

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO
BÁSICA

VITOR FERREIRA DE SOUZA

**MIOPIA ESPACIAL: A INVISIBILIDADE DO PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO
URBANO NO ENSINO DE GEOGRAFIA**

BAURU

2021

VITOR FERREIRA DE SOUZA

MIOPIA ESPACIAL: A INVISIBILIDADE DO PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO
URBANO NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Faculdade de Ciências, Campus de Bauru – Programa de Pós-graduação em Docência para a Educação Básica, sob orientação do Prof. Dr. Lourenço Magnoni Júnior.

BAURU

2021

S729m

Souza, Vitor Ferreira de

MIOPIA ESPACIAL: A INVISIBILIDADE DO
PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO URBANO NO ENSINO
DE GEOGRAFIA / Vitor Ferreira de Souza. -- Bauru, 2021

165 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências, Bauru

Orientadora: Lourenço Magnoni Júnior

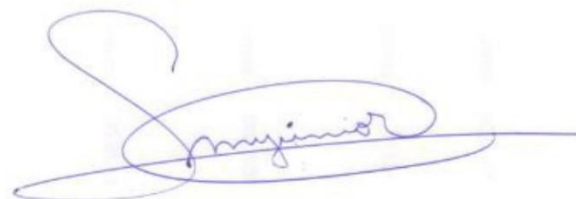
1. Ensino de Geografia. 2. Planejamento urbano. 3. Produção do
espaço. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências, Bauru. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE VITOR FERREIRA DE SOUZA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 19 dias do mês de novembro do ano de 2021, às 14:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de VITOR FERREIRA DE SOUZA, intitulada **'MIOPIA ESPACIAL: A INVISIBILIDADE DO PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO URBANO NO ENSINO DE GEOGRAFIA" E PRODUTO EDUCACIONAL "ZONEAMENTO CIDADINO"**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. LOURENÇO MAGNONI JÚNIOR (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETPS) / Faculdade de Tecnologia de Lins (FATEC), Prof. Dr^a. PATRICIA HELENA MIRANDOLA GARCIA (Participação Virtual) do(a) Departamento de Geografia / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Prof. Dr. VITOR MACHADO (Participação Virtual) do(a) Departamento de Educação da Faculdade de Ciências / Universidade Estadual Paulista. Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final **APROVADO**. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Prof. Dr. LOURENÇO MAGNONI JÚNIOR

AGRADECIMENTOS

Deixo registrado meu profundo agradecimento e admiração a todas as pessoas que colaboraram, direta ou indiretamente, no processo de elaboração da dissertação. Foi uma trajetória preenchida de diálogos produtivos, novos olhares, descobertas e a possibilidade de conhecer pessoas.

À minha família, pais e irmãs, por sempre torcerem pelas minhas conquistas e por estimularem o pensamento crítico desde cedo. Um obrigado especial à minha mãe que sempre acompanhou de perto as etapas da minha vida e me aconselha com uma sabedoria admirável.

Aos membros do Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica, por todo o trabalho dispendido, do auxílio ágil e das disciplinas ofertadas com excelência. Foi um privilégio ser aluno de uma estrutura que fura a bolha do academicismo e traz na comissão de frente a bandeira da Educação Básica.

Aos professores Wellington Figueiredo, Patrícia Mirandola e Vitor Machado por todo o incentivo e por terem contribuído, de maneira crítica e gentil, para o aperfeiçoamento do trabalho.

Ao Lourenço Magnoni Júnior pela confiança e apoio incondicional dado todo este momento. Uma gratidão imensa de ter conhecido alguém que admiro imensamente.

À Rossanne pela parceria e longas conversas durante toda a trajetória do mestrado. Ao Vinicius pela compreensão e companheirismo em todos os momentos. Agradeço também aos outros amigos que foram importantes ao longo desses últimos anos: Viviane, Turca, Thierre, Serginho, Maristela, Beatriz, Tati, Rodrigo Chechi, Tafarel, Rodrigo Azevedo e Saab.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo fornecer noções gerais sobre o planejamento urbano de São José do Rio Preto, por meio de uma sequência didática no ensino de Geografia. A problemática inicial pautou-se sobre a impossibilidade em desenvolver uma conscientização sobre a produção do espaço urbano alheio ao tema do planejamento urbano, principal instrumento da produção espacial do poder público. Para o ensino de Geografia, as ações voltadas para a promoção da conscientização espacial são cruciais para a compreensão dos agentes produtores do espaço urbano e a construção de uma cidadania participativa. A pesquisa pautou-se em um estudo de caso, sendo realizada em uma escola do referido município, com cerca de 30 alunos do nono ano do Ensino Fundamental. O processo metodológico foi dividido em seis etapas: 1) levantamento bibliográfico dos principais assuntos a serem trabalhados. 2) Aplicação de um questionário sobre o conhecimento prévio dos alunos sobre temática. 3) Realização da sequência didática. 4) Confecção de materiais e realização de atividades. 5) Elaboração do objeto educacional. 6) Organização dos resultados finais. Em decorrência da pandemia do coronavírus, a aplicação da pesquisa se deu de maneira virtual e contou com alguns recursos, como a plataforma *Google Meet* e o contato com os alunos via *WhatsApp*. A partir do percurso, outros objetivos foram estruturantes para o trabalho como a discussão sobre os instrumentos urbanísticos e a criação de um objeto educacional. Como resultado, constatou-se a crucialidade em se trabalhar o planejamento urbano e os instrumentos urbanísticos para a compreensão crítica sobre a produção do espaço. Também trouxe uma nova dimensão sobre o exercício cidadão e o desenvolvimento de uma democracia mais representativa; a conscientização das ações do poder público na normatização do espaço urbano e a necessidade da ciência geográfica para a sedimentação do sentido de espacialidade e de promoção cidadã.

Palavras-Chave: Ensino de Geografia; planejamento urbano; produção do espaço.

ABSTRACT

This research aims to provide general notions about the urban planning of São José do Rio Preto, through a didactic sequence in Geography teaching. The initial problem was based on the impossibility of developing an awareness of the production of urban space outside the theme of urban planning, the main instrument of spatial production of the public power. For the teaching of Geography, the actions aimed at the promotion of spatial awareness are crucial to the understanding of the agents that produce the urban space and the construction of a participative citizenship. The research was based on a case study, carried out in a school of the aforementioned municipality, with about 30 ninth-grade students. The methodological process was divided into six steps: 1) Bibliographic survey of the main issues to be worked on. 2) Application of a questionnaire about the students' previous knowledge about the theme. 3) Realization of the didactic sequence. 4) Making materials and carrying out activities. 5) Elaboration of the educational object. 6) Organization of the final results. Due to the pandemic of the coronavirus, the application of the research took place virtually and relied on some resources, such as the Google Meet platform and contact with students via WhatsApp. From the course, other objectives were structuring to the work, such as the discussion about urban planning instruments and the creation of an educational object. As a result, the cruciality of working on urban planning and urbanistic instruments for a critical understanding of the production of space was verified. It also brought a new dimension to the exercise of citizenship and the development of a more representative democracy. Finally, the awareness of the actions of the public power in the normatization of urban space and the need of geographic science for the sedimentation of the sense of spatiality and the promotion of citizenship.

Key-words: Geography teaching; urban planning; space production.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – A favela de Paraisópolis ao lado de um prédio de luxo no bairro Morumbi.....	31
Figura 02 – Exemplo de cidade espalhada.....	47
Figura 03 – Exemplificação da aplicação do PEUC em terrenos não edificadas.....	48
Figura 04 – Exemplificação da aplicação do PEUC em imóveis subutilizados.....	48
Figura 05 – Imóveis não utilizados.....	49
Figura 06 – Esquema da aplicação do IPTU progressivo no tempo.....	50
Figura 07 – Mapa do Estado de São Paulo em 1900.....	53
Figura 08 – Primeiro desenho sobre a planta da cidade.....	54
Figura 09 – Mapa das linhas férreas do Estado de São Paulo.....	56
Figura 10 – Hotel Itamarati, construído em 1939.....	58
Figura 11 – Represa de São José do Rio Preto.....	59
Figura 12 – Conjuntos habitacionais implantados entre 1968-2007 e loteamentos irregulares.....	61
Figura 13 – Áreas em pousio social na zona Sul de Rio Preto. No entorno, condomínios fechados horizontais.....	66
Figura 14 – Condomínios fechados horizontais em São José do Rio Preto.....	67
Figura 15 – Você já leu ou ouviu falar sobre planejamento urbano?.....	75
Figura 16 – Você acha que sua cidade é planejada?.....	75
Figura 17 – Em sua cidade, você conhece algum canal de participação que a população pode usar para lutar pelos seus direitos?.....	77
Figura 18 – Você sabe para que serve a Constituição?.....	78
Figura 19 – Mapa da luz.....	79
Figura 20 – Vista panorâmica da cidade de Rio Preto na década de 1940.....	80
Figura 21 – Condomínios fechados horizontais em São José do Rio Preto.....	81
Figura 22 – Urbanização na América Latina.....	83
Figura 23 – Desigualdades nas cidades.....	84
Figura 24 – Vista aérea da cidade de Guarujá-SP.....	85
Figura 25 – Atividade proposta.....	91
Figura 26 – Desenho produzido pelo aluno.....	93
Figura 27 – Desenho produzido pelo aluno.....	94
Figura 28 – Desenho reproduzido pelo aluno.....	95

Figura 29 – Desenho reproduzido pelo aluno.....	96
Figura 30 – Linha do tempo.....	99
Figura 31 – Imprensa nacional reportando o evento ocorrido em Rio Preto.....	100
Figura 32 - Carta protocolada nos órgãos responsáveis da prefeitura.....	105
Figura 33 – Legenda do mapa do zoneamento urbano de São José do Rio Preto...	108
Figura 34 – Parte do zoneamento urbano rio-pretense	109
Figura 35 – Bairro da escola representado pelo círculo vermelho.....	110
Figura 36 – Escola circulada em vermelho.....	110
Figura 37 – Exemplo da atividade proposta.....	112
Figura 38 – Cada quadrado representa uma quadra.....	112
Figura 39 – Exemplo 01: zoneamento.....	113
Figura 40 – Exemplo 02: zoneamento.....	114
Figura 41 – Exemplo 03: zoneamento.....	115
Figura 42 – Exemplo 04: zoneamento.....	115
Figura 43 – Exemplo 05: zoneamento.....	116
Figura 44 – Exemplo 06: zoneamento.....	117
Figura 45 – Objeto educacional: zoneamento cidadão.....	118
Figura 46 – Modelo de zoneamento.....	119

LISTA DE SIGLAS

Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (USAID)
Áreas de Proteção Permanente (APP)
Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR)
Estrada de Ferro Araraquarense (EFA)
Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)
Federação Nacional dos Arquitetos (FNA)
Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj)
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU)
Organização das Nações Unidas (ONU)
Organização Não Governamental (ONG)
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)
Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC)
Programa para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat)
Sistema Único de Saúde (SUS)
Unidade Básica de Saúde (UBS)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
INTRODUÇÃO	15
METODOLOGIA	19
I – GESTÃO E PLANEJAMENTO URBANO BRASILEIRO: OS RETROCESSOS E A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA CONSCIÊNCIA ESPACIAL	25
1.1 O que é Geografia?.....	25
1.2 O conceito do planejamento urbano e seus antecedentes históricos.....	26
1.3 O espaço urbano brasileiro na atualidade: desigualdades e contradições ..	31
1.4 Uma nova realidade da política em gestação: Constituição e o Estatuto da Cidade	34
1.5 Por que devemos insistir na participação social? E por que é crucial inserir os alunos nesse processo?	39
1.6 Os instrumentos urbanísticos na convergência da conscientização da produção do espaço urbano	43
II – A URBANIZAÇÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E O PLANO DIRETOR	51
2.1 Fundação do município de São José do Rio Preto e o seu desenvolvimento urbano nas primeiras décadas (1852-1912).....	52
2.2 Estação ferroviária: uma nova reorganização do espaço geográfico (1912-1930).....	55
2.3 O início da modernização (1930-1960).....	57
2.4 Crescimento populacional e espraiamento urbano (1960-2000).....	60
2.5 Condomínio fechados, segregação socioespacial e o papel do plano diretor	64
III - CONSCIENTIZAÇÃO ESPACIAL: OS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS E O ALUNO CIDADÃO NO ENSINO DE GEOGRAFIA	73
3.1 Aula 01 - As diferentes urbanizações: o espaço urbano como produto da sociedade.....	78
3.2 Aula 02 - Para além da forma: as desigualdades sociais e a segregação socioespacial	83
3.3 Aula 03 - As reformas urbanas para a legitimação do direito à cidade	86
3.4 Aula 04 e 05 - Estatuto da cidade e os instrumentos urbanísticos.....	88

3.5 Aula 06 e 07 – Urbanização rio-pretense e o exercício de reivindicação	97
IV – OBJETO EDUCACIONAL: ZONEAMENTO CIDADINO	108
V - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS.....	122
APÊNDICE	129

PREFÁCIO

Caro leitor, o trabalho que você lerá em seguida foi gestado em um tempo de incertezas e conflitos, em que se colocam em xeque o papel da escola e do conhecimento científico. No curso da pandemia, intensifica-se no país uma onda negacionista, que fundada sob a pilastra da intolerância, coloca em descrédito os fatos e fundamenta um ambiente no qual a democracia vai fenecendo. Paralelamente a esse processo, problemas seculares da sociedade brasileira ecoam em todos os cantos do território nacional, como o racismo, desigualdade social, preconceito em relação ao gênero e à sexualidade, agravamento da crise urbana, agressões ao meio ambiente e ataques à educação.

No campo educacional, surge o questionamento de qual é o papel da educação formal nesse rápido mundo de transformações. O cenário que se observa é de uma batalha travada pelos professores contra a recusa ao pensar. Em uma sociedade mediada pelas imagens (DEBORD, 2016), cujos eletrônicos são agentes indispensáveis para que a maior parte dos contatos sociais aconteçam, as relações entre os seres, seja entre homem-homem ou homem-natureza se enfraquecem, produzindo um ambiente fértil para a alienação.

Como ir ao encontro do conhecimento e de uma reconexão civilizatória se estamos mergulhados, todo o tempo – claro, mais acessível para aqueles providos de condições financeiras, os cidadãos do cartão de crédito – em uma filosofia do entretenimento? Plataformas e mais plataformas de *streaming*, que contém séries, minisséries, filmes e desenhos; jogos e mais jogos disponíveis nos *smartphones*; os mais variados aplicativos na *playstore*; as redes sociais e outros elementos que ditam esse processo. Um entretenimento conspícuo, que, muitas vezes, contribui para um cenário de vidas baseadas em *likes* e organizadas pelos algoritmos da rede que conecta tudo (superficialidade), mas ao mesmo tempo nada (essência).

Eis a alienação do nosso tempo, entendida por Milton Santos (2014, p. 70) como uma fábrica de enganos. Um mundo “[...] em que os homens pouco se comunicam pela emotividade e se deixam mover como instrumentos”.

É a partir dessa visão elencada que foi criado e fundamentado todo o processo da pesquisa. Inquietações que buscam compreender como o período pandêmico, associado a um ambiente político e social de negação, sufoca a sociedade em um

nível crítico de distanciamento das relações sociais concretas, atingindo diretamente o espaço educativo, além dele, a nossa maneira de inteligir no mundo.

Diante desse contexto, a cidade aparece como uma questão chave para alargar a manta de reflexões. O espaço urbano tem muito a dizer, pois reflete as estruturais sociais. Segregação socioespacial e esfacelamento da dinâmica social dão o tom nas metrópoles presentes das periferias do capitalismo global. Dois fenômenos, fora do ambiente virtual, que potencializam o processo alienante e enfraquece a dinâmica social.

Para o rompimento dessa lógica de urbanidade, a educação e um novo modelo de cidade são indispensáveis para tal processo. Por isso, deve-se fazer presente o levante da bandeira do planejamento urbano no ensino. Um planejamento urbano com foco no desenvolvimento socioespacial, que cumpra as funções sociais do território e que permita a população ser atuante. Estas premissas são cruciais para o afrouxamento da algema da alienação. Mudar a cidade, garantir o direito à cidade é fortalecer as relações sociais e enfrentar às desigualdades sociais, os problemas ambientais, a polarização das ideias e as pandemias que virão, como bem demonstra a história. Para isso, combater o analfabetismo urbanístico e subsidiar a compreensão da dinâmica do espaço geográfico na Educação Básica, por intermédio do ensino de Geografia, pode ser o início de um caminho virtuoso.

INTRODUÇÃO

Cidade¹, selva de pedra, *locus* da produção, sinônimo de progresso, espaço de desigualdades, concentração de poder, berço da civilização, local da modernidade e da pobreza. Denominações que se referem a um mesmo fenômeno, a cidade, vista sob diversos prismas e experienciada diferentemente pelas pessoas, de acordo com a sua classe social, seu lugar de habitação e até mesmo pela sua etnia. A cidade tem muitas histórias para serem contadas e muitas versões, dependendo do ponto de vista do narrador.

A pesquisa que aqui é retratada, embasada pelo rigor científico, diz respeito ao entendimento por parte dos alunos do nono ano do Ensino Fundamental de um espaço urbano brasileiro que vive em constante conflito, de múltiplas territorialidades e de agentes produtores do espaço urbano, de desigualdades sociais abismais, expressas da maneira mais nítida nas metrópoles de um país que construiu duas partes de uma mesma cidade. De um lado, espaços de pobreza e penúria social, ou assim como Santos e Silveira (2006) os definem, espaços opacos. De outro, espaços da circulação do capital, de infraestrutura, ciência, tecnologia e conhecimento. Os espaços luminosos, usufruto de todas as camadas da população, mas de maneira bastante peculiar, pois enquanto a empregada doméstica pega o elevador de funcionários e transita nesses ambientes sob olhares que a veem como uma não cidadã, a elite tem passagem irrestrita nos espaços luminosos².

Abrir o tema da realidade urbana, seja em um artigo científico, seja em uma dissertação de mestrado, é compreender que não será possível prover uma análise com todas as nuances necessárias para o seu entendimento dialético. O recorte é mais que necessário, portanto, se parte da premissa de compreender o objeto de

¹ O conceito de cidade é complexo e deve ser analisado levando em consideração o contexto histórico, para que não se caia em anacronismos. Em cada momento, a cidade desempenha funções diferentes, sendo “[...] um sistema dinâmico complexo no qual a forma espacial e o processo social estão em contínua interação” (HARVEY, 1980, p. 34). Cidades “[...] são assentamentos humanos extremamente diversificados, no que se refere às atividades econômicas ali desenvolvidas [...] um espaço de produção não agrícola” (SOUZA, 2019, p. 26-27). A cidade representa “[...] trabalho materializado; ao mesmo tempo em que representa uma determinada forma do processo de produção e reprodução de um sistema específico, portanto, a cidade é também uma forma de apropriação do espaço urbano produzido” (CARLOS, 2019a, p. 27).

² “Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização (SANTOS, SILVEIRA, 2006 p. 264). Já os espaços opacos seriam aqueles lugares ausentes de densidade técnico-informacional, infraestrutura e circulação de grandes volumes de capitais.

estudo a partir de instrumentos e normas legais, que balizam (ou deveriam) o seu desenvolvimento. São eles: os instrumentos de planejamento urbano, o plano diretor e a legislação urbanística, como o Estatuto da Cidade e os artigos sobre a política urbana presentes na Constituição de 1988.

Nesse sentido, sob os trilhos de uma pedagogia libertadora, apresenta-se o objetivo geral da pesquisa:

- Ressignificar a consciência espacial sobre o planejamento urbano de São José do Rio Preto, por meio de uma sequência didática no ensino de Geografia.

As estruturas tecidas vão ao encontro em dar visibilidade em um tema pouco explorado na Educação Básica, além do entendimento da importância dos instrumentos de planejamento para elucidar como se normatiza o crescimento da cidade em seu dia a dia. Quais são as forças que atuam no cenário de transformação do meio urbano. O papel do cidadão no debate do direito à cidade, desempenhado em espaços de participação popular, como os conselhos municipais. Além, é claro, da consciência socioespacial, de que o espaço geográfico é fruto da produção de diferentes agentes em conflitos, com diferentes interesses.

Parte-se em defesa da ocorrência de práticas escolares, desde o Ensino Fundamental, que abordem as legislações urbanísticas, como o Estatuto da Cidade e o plano diretor, para que subsidiem o desenvolvimento crítico de ações tomadas por parte do poder público ou sancionadas por ele, afetando diretamente o local de moradia de muitos trabalhadores.

Nesse contexto, o ensino de Geografia pode ancorar todo esse escopo de discussão, já que entre suas finalidades está a de prover bases e meios de “[...] desenvolvimento e ampliação da capacidade dos alunos de apreensão da realidade do *ponto de vista da espacialidade*, ou seja, de compreensão do papel do espaço nas práticas sociais e destas na configuração do espaço” (CAVALCANTI, 2013, p. 11).

Não há como discutir, neste século, sobre a produção do espaço urbano brasileiro sem tocar na esfera do plano diretor, política urbana e dos instrumentos urbanísticos. A cada ano eles se tornam mais relevantes em centros de discussão sobre o futuro das cidades e de seu desenvolvimento sustentável³, tornando-os

³ Em 2020, nos debates para as eleições municipais, o plano diretor surgiu de maneira recorrente nos discursos dos candidatos, principalmente entre os da capital paulista, já que o ano de 2021 inicia-se o processo de construção de um novo documento.

indispensáveis para o ensino de Geografia, pois convergem com os objetivos da ciência geográfica:

A finalidade de ensinar Geografia para crianças e jovens deve ser justamente a de os ajudar a formar raciocínios e concepções mais articulados e aprofundados a respeito do espaço. Trata-se de possibilitar aos alunos a prática de pensar os fatos e acontecimentos enquanto constituídos de múltiplos determinantes; de pensar os fatos e acontecimentos mediante várias explicações, dependendo da conjugação desses determinantes, entre os quais se encontra o espacial. A participação de crianças e jovens na vida adulta, seja no trabalho, no bairro em que moram, no lazer, nos espaços de prática política explícita, certamente será de melhor qualidade se estes conseguirem pensar sobre seu espaço de forma mais abrangente e crítica (CAVALCANTI, 2013, p. 24).

Realizadas ressalvas importantes, outros intuitos foram costurados subjacentes ao objetivo principal do trabalho:

- Discutir os instrumentos urbanísticos.
- Realizar apontamentos sobre o processo de urbanização de São José do Rio Preto.
- Interpretar os dados de um questionário sobre o conhecimento prévio dos alunos sobre a política do planejamento urbano.
- Executar uma sequência didática para a promoção do pensamento crítico e de seu alargamento sobre a produção do espaço urbano.
- Criar um objeto educacional com finalidade didática para à exploração da temática do zoneamento urbano.

Nessa carta de intenções e de problemáticas apresentadas, sob à luz das reflexões de Cavalcanti (2013, 2014, 2015, 2019), cultiva-se na totalidade do trabalho a emergência da leitura crítica da cidade para uma prática cidadã, tendo como cuidado não fugir de um debate geográfico, dialogando assim com as suas categorias de análises.

Sobre a estrutura textual, a dissertação é composta pelas seguintes seções: 1) metodologia, 2) conceitos urbanísticos, 3) o processo histórico da formação socioespacial de São José do Rio Preto, 4) aplicação da sequência didática em sala de aula, 5) objeto educacional produzido, 6) conclusão.

Na metodologia, além de apresentar o passo a passo da pesquisa, houve um cuidado em explicitar escolhas metodológicas e de divergência de análises entre autores utilizados, inclusive expondo os motivos do uso de pesquisadores urbanistas fora do campo da análise geográfica sobre o espaço urbano.

Como se verá adiante, a pandemia trouxe dificuldades em efetivar certas etapas do trabalho. Dessa forma, algumas reestruturações foram necessárias para garantir a aplicação da pesquisa e o processo de dialogicidade com os alunos. Plataformas como o *Google Meet* e *WhatsApp* auxiliaram para a concretização do trabalho.

Em resumo, o percurso metodológico pautou-se em uma revisão bibliográfica sobre três eixos temáticos principais: instrumentos de planejamento urbano, desenvolvimento urbano de São José do Rio Preto e o ensino de Geografia. Após o processo bibliográfico, foi aplicado um questionário com os alunos do nono ano sobre os instrumentos de planejamento urbano.

Depois das etapas descritas acima, deu-se início a sequência didática. Foram nove aulas, ministradas por meio do uso do *Google Meet*, que abordaram os objetivos já expostos. Nesse processo foram enviados materiais e atividades para os alunos refletirem sobre aquilo que fora trabalhado, além da confecção do produto final, expresso por uma atividade didática adaptada sobre o tema e o protótipo de um objeto educacional.

O referencial teórico inicia-se na primeira seção, que traz para o centro do debate a produção do espaço urbano, os conceitos urbanísticos, um breve retrospecto da trajetória do planejamento urbano no país e alguns fenômenos espaciais que fazem parte do cenário das cidades brasileiras. Além disso, expõe sobre a importância da participação popular para a legitimação das leis urbanísticas.

A segunda seção articula-se com o desenvolvimento socioespacial de São José do Rio Preto, sua trajetória de crescimento demográfico e expansão da malha urbana, além do desenvolvimento econômico. A terceira apresenta-se todo o desenvolvimento da aplicação do estudo de caso, dialogando com alguns trabalhos existentes que associam o planejamento urbano e o ensino de Geografia, além de expor de que maneira é possível associar o campo da ciência geográfica com a temática apresentada, trazendo práticas pedagógicas profícuas para o processo de ensino-aprendizagem. A quarta seção traz a construção de um objeto educacional, que tem como o objetivo potencializar os conteúdos trabalhados com os alunos. O modo como foi aplicado e os materiais utilizados são descritos passo a passo.

Por fim, na conclusão expõe os resultados adquiridos com a pesquisa, em síntese, constatou-se a crucialidade em se trabalhar com o planejamento urbano e os instrumentos urbanísticos para a promoção do pensamento crítico sobre a produção

do espaço. Trouxe também uma nova dimensão sobre o exercício cidadão e a construção de uma democracia mais representativa; e a conscientização sobre ações do poder público na normatização do espaço urbano e a necessidade da ciência geográfica para a sedimentação do sentido de espacialidade e cidadania.

METODOLOGIA

Antes de esmiuçar o percurso metodológico é necessário esclarecer algumas escolhas no que diz respeito aos pilares de sustentação de qualquer metodologia: o método de pesquisa.

Sob os alicerces das ideias de Demo (2005, 2019) optou-se por realizar uma pesquisa prática, de cunho qualitativo, utilizando o “[...] conhecimento científico para fins explícitos de intervenção” (DEMO, 2019, p. 21). Nesse sentido, o caminho percorrido reside em compreender a intensidade da problemática da pesquisa. Como, a partir da prática pedagógica exercida, os alunos ressignificaram o tema trabalhado. A preocupação, em nenhum momento, foi baseada em métodos quantitativos ou em prover análises que se preocupam com a extensão do fenômeno, embora tenha tido aplicação de um questionário.

O materialismo dialético foi eixo central para as reflexões tecidas, na perspectiva de encarar a realidade de maneira contraditória, não linear, com a pujança da estrutura econômica capitalista condicionando não só a produção do espaço urbano, mas também a consciência e as relações sociais. Além disso, o papel da pesquisa não foi de neutralidade, pois, embora se tenha “[...] em mente captar o fenômeno, não existe definição que não tenha, por trás, sujeito definidor” (DEMO, 2019, p. 15).

O processo metodológico foi dividido em seis etapas: levantamento bibliográfico; questionário; intervenção; confecção de materiais e realização das atividades; elaboração do objeto educacional; e organização dos resultados finais.

A busca do referencial teórico utilizado pautou-se em periódicos, livros e em repositórios de dissertações e teses, evocando os principais eixos temáticos: o ensino de Geografia e as categorias geográficas; o ensino de Geografia e o planejamento urbano a partir da produção do espaço; os instrumentos urbanísticos e legislativos; concepções sobre ensino; e o desenvolvimento urbano da cidade de São José do Rio Preto.

A concretização da prática deu-se a partir de um estudo de caso, realizado em uma escola municipal de São José do Rio Preto/SP. A turma escolhida foi um nono ano contendo 30 alunos, pois o plano de ensino da unidade escolar contempla o estudo do planejamento urbano na série mencionada. Dessa forma, não ocorreu qualquer prejuízo ou mudança nos conteúdos trabalhados durante o ano letivo.

Ao longo do processo, da pesquisa teórica à sequência didática, teve-se a preocupação em definir qual é o público alvo da dissertação produzida: o professor da Educação Básica. Por isso, procurou-se apresentar conceitos talvez já muito bem debatidos entre os acadêmicos, mas pouco conhecidos no meio escolar. Esse posicionamento pode ser alvo de crítica entre a comunidade científica por se ater de forma demasiada em conceitos e exposição de determinados conteúdos, porém, não provoca dissuasão nas escolhas realizadas pelo autor. O foco da escrita é trazer clareza para um professor de uma rede municipal ou estadual, que queira se aprofundar na temática do planejamento urbano e trazê-la para dentro de sala de aula.

Durante a etapa do referencial teórico, houve o cuidado em conceituar e distinguir algumas escolhas, entre elas a definição de sequência didática, já que existem diversos caminhos na literatura acadêmica. Este trabalho optou-se pelas ideias de Zabala (1998, p. 18), que define tal prática como um “[...] conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos”.

Para o autor, o primeiro passo para a elaboração de uma sequência didática é perguntar “[...] se esta sequência é mais ou menos apropriada e, por conseguinte, quais são os argumentos que nos permitem fazer esta avaliação” (ZABALA, 1998, p.63).

Nessa perspectiva, Zabala alerta se o conjunto de atividades permite: 1) determinar os conhecimentos prévios que cada aluno tem em relação aos conteúdos; 2) ser significativo os conteúdos propostos; 3) inferir na adequação do nível de desenvolvimento de cada aluno; 4) representar um desafio alcançável; 5) provocar conflito cognitivo; 6) promover motivações e atitudes favoráveis; 7) auxiliar na autonomia do aluno (ZABALA, 1998).

Alguns autores, em cada eixo temático, destacam-se na importância das considerações tecidas e se apresentam como norteadores deste trabalho. Sobre o ensino de Geografia e as categorias geográficas, as produções realizadas por

Cavalcanti (2013, 2014, 2015) trouxeram sedimentação tanto para as ideias, quanto para a intervenção da sequência didática em sala de aula. Em seu livro “geografia, escola e construção de conhecimentos”, a autora define as categorias de análise da ciência geográfica, além de apresentar as visões, um tanto equivocadas, de alunos e professores (CAVALCANTI, 2013).

Para entender a produção do espaço urbano, sob o viés de uma análise materialista dialética, trabalhos como de Sposito (2020, 2019), Carlos (2007, 2019a, 2019b), Santos (2014, 2018) foram indispensáveis para tal. Já a convergência entre planejamento urbano e ensino de Geografia, algumas dissertações iluminaram formas e possibilidades para introduzir o tema de sala em aula, como os trabalhos de Almeida (2014) e Alves (2018).

No caso dos instrumentos urbanísticos, a dificuldade foi em trabalhar com autores voltados para as especificidades da Geografia. É possível afirmar que poucos estudos voltados para as legislações urbanísticas e seus instrumentos têm sua gênese no campo da Geografia⁴. Souza (2013, 2013, 2018) está entre os grandes expoentes da ciência geográfica que contribuem para essa seara, com estudos sólidos sobre os instrumentos urbanísticos e legislativos.

É legítimo ressaltar esse cenário, pois se tomou o cuidado de não parecer um trabalho técnico ou realizado por um urbanista. Mesmo mantendo articulações com pesquisadores de outro campo do conhecimento, como Rolnik (1998), Villaça (1999) e Maricato (1997, 2013, 2014), procurou-se trazer o tema a partir do ponto de vista da Geografia, mantendo a técnica quando necessária, como por exemplo, a apresentação dos instrumentos que normatizam às cidades brasileiras.

Outro ponto foi a preocupação com o conflito entre as análises dos pesquisadores que foram utilizados. A tendência ideológica da presente pesquisa é apontar a necessidade da mudança do espaço urbano e o alargamento do exercício cidadão, mas ainda dentro de uma sociedade capitalista. O entendimento dos instrumentos urbanísticos e de seu uso se pauta nessa seara de discussão, mas reafirma que o sistema econômico brasileiro é gerador de desigualdade social, de espaços de incertezas e de acumulação das riquezas. Por isso, a necessidade de

⁴ Nas ementas das disciplinas sobre planejamento urbano, ministradas no curso de Geografia, é possível notar poucas referências que possui como ponto de partida a Geografia. O uso de pesquisas e estudos realizados por urbanistas são recorridos de maneira considerável.

discutir reformas estruturais do sistema econômico, sob o foco de uma perspectiva crítica, dialética e social como antídoto ao neoliberalismo nefasto.

Dito isso, alguns autores como Harvey (2014, 2016) e Lefbvre (1999, 2001) discutem os rumos da cidade a partir da necessidade de uma ruptura do sistema capitalista, diferentemente de outros autores utilizados para este trabalho, como Maricato (2013, 2014) e Souza (2018, 2019), que analisam o espaço das cidades como uma estrutura social que deve ser modificada, sob os moldes do capitalismo. Já Harvey é enfático ao dizer que “[...] a totalidade do sistema capitalista de acumulação infinita, assim como suas estruturas relacionadas de poder de exploração de classe e do Estado, deve ser derrubada e substituída” (HARVEY, 2014, p. 23-24).

Dos autores citados, todos sob à luz da análise dialética, observa-se mais convergência do que divergência entre suas ideias. A cidade capitalista é rechaçada sob os dois aspectos apresentados, com graus e concepções diferentes. Mas, a linha de pesquisa adotada dialoga com esses dois pontos de reflexões e julga não entrar em contradição por assumir essa escolha.

Nesse sentido, ao adotar a concepção de Freire (2016, 2019a, 2019b), no que tange ao processo educativo, a pesquisa compreende que a estrutura capitalista não corrobora com o processo de conscientização⁵ do aluno, sendo necessária uma educação libertadora para tal. Sob esse viés, a pesquisa credita a responsabilidade de trazer para dentro da sala de aula a discussão de um sistema econômico excludente, que necessita de rupturas e mudanças, além do incentivo ao espírito crítico sobre a produção do espaço e das relações sociais mediadas pelo fator econômico.

Após o processo de aprofundamento teórico, para entender a problemática e as possibilidades das ações a serem desenvolvidas, foram produzidos três termos de responsabilidade (apêndice 01) para a realização do estudo de caso, enviados e aprovados pelo Comitê de Ética. Eles foram devidamente assinados pelos pais, alunos e gestor escolar para iniciar a intervenção proposta. Para maiores esclarecimentos é possível acompanhar todo o processo burocrático pelo site Plataforma Brasil, com o seguinte protocolo: 25885619.3.0000.5398.

⁵ Freire (2016) diferencia consciência de conscientização. Para ele a consciência é a apreensão da realidade de maneira espontânea, já a conscientização seria um desenvolvimento crítico da apreensão da realidade, “na qual o homem assume um posicionamento epistemológico” (FREIRE, 2016, p. 56).

A realização do estudo de caso, por meio de uma sequência didática, iniciou-se com a aplicação de um questionário para avaliar o conhecimento prévio dos alunos no que diz respeito ao planejamento urbano. De início, como se trata de uma pesquisa prática, de cunho qualitativo, esse processo seria entrevistando os integrantes individualmente para saber melhor o que cada um pensa sobre o tema. Com a pandemia não foi possível realizar da maneira prevista, nesse sentido, a aplicação do questionário foi feita por meio do *Google Forms*, com questões alternativas e dissertativas.

Para interpretar os questionários, utilizou-se o processo de análise de Demo (2019), pautado na observância de traços comuns nas respostas, apontando relevos recorrentes, e nas diferenças exemplares para identificar os comportamentos não lineares que se manifestam. Dessa maneira, a pesquisa possibilitou expressar as tendências que apareciam nas respostas dos alunos sobre o assunto abordado.

Após o questionário foram ministradas 9 aulas expositivas dialogadas, todas realizadas por meio da plataforma do *Google Meet*. As aulas foram gravadas e todas as imagens e reportagens expostas aos alunos se encontram em apêndice.

Além das aulas, ocorreu o contato com os alunos por meio do *WhatsApp*, para tirar dúvidas, fornecer materiais e vídeos para que eles pudessem assistir para complementar algumas temáticas. Também se utilizou tal ferramenta para expandir o processo de dialogicidade.

Entre as aulas ministradas, com as dificuldades dos alunos se tornando mais nítidas, pensou-se em maneiras didáticas de abordar o zoneamento urbano, culminando com uma atividade adaptada para a pandemia, com apenas a utilização de uma folha e lápis de colorir para a sua realização, além de um protótipo de um objeto educacional caso a prática acontecesse em sala de aula presencialmente com os alunos.

Também foi confeccionado um material, em formato apostilado, contendo informações sobre o que era trabalhado durante as aulas e exercícios para os alunos desenvolverem determinadas habilidades. Entre as atividades realizadas, os alunos tiveram que produzir um desenho sobre como eles imaginam a cidade em que vivem e como eles gostariam que ela fosse. O material foi um dos instrumentos de avaliação, além da participação dos alunos durante as aulas e a atividade do zoneamento urbano.

Os apontamentos levantados, em torno do instrumento de análise supracitado, foram sustentados graças ao diálogo com autores que teorizam sobre representações sociais. Miranda (2005) alerta para o risco da ideia de eliminar a subjetividade dos desenhos e apresenta uma proposta que converge com a polissemia e a polifonia das coisas. Já Viana (2015, p. 36) teoriza sobre a importância da representação, que para o autor seria “[...] um fenômeno da consciência. É a consciência do ausente, mas que, por isso mesmo, remete a algo parcial, a “algo” específico, a um objeto, ideia, coisa, ser”.

Nesse sentido, todo o processo de produção foi costurado pelo diálogo com os alunos, no sentido de perguntar-lhes o porquê de tais escolhas, mantendo a subjetividade das representações, mas ao mesmo tempo, criando um arcabouço de lucidez sobre suas obras.

A confecção de uma carta, atividade proposta com o objetivo de os alunos expressarem as mudanças necessárias para a cidade, também seguiu esse direcionamento. A técnica trouxe a possibilidade de um olhar qualitativo na produção textual do aluno, pois “[...] uma elaboração de textos com qualidade pode tanto mais relevar a qualidade da aprendizagem e consequente politicidade, à medida que aflora a autoridade do argumento, desvelando a cidadania que sabe pensar” (DEMO, 2011, p. 120).

É importante salientar que todas as atividades e materiais propostos foram objetivados como um meio para entender o processo de produção do conhecimento em torno do planejamento urbano. Não é possível analisar atividades soltas em relação ao todo, pois de acordo com a perspectiva de sequência didática adotada, o seu conjunto ordenado culmina para uma produção final (ZABALA, 1998).

O produto final foi a criação de um objeto educacional que facilita o entendimento do zoneamento urbano. Confeccionado em cubos de madeira, ele estimula classificar uma cidade em zonas, por exemplo, residencial, comercial, industrial, entre outras. Em decorrência da pandemia o objeto foi adaptado para aplica-lo de forma remota, em formato de atividade utilizando folha de sulfite, com o uso de legendas e figuras geométricas.

Como etapa final, foram depurados todos os resultados colhidos durante o desenvolvimento e conclusão da sequência didática. Deste ponto em diante serão expostos, em pormenores, os erros e acertos colhidos no longo processo da pesquisa.

I - GESTÃO E PLANEJAMENTO URBANO BRASILEIRO: OS RETROCESSOS E A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA CONSCIÊNCIA ESPACIAL

1.1 REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS: O QUE É GEOGRAFIA?

O exame de qualificação trouxe mais dúvidas e perguntas do que respostas. As reflexões desde então não saíram da cabeça do pesquisador, entre elas qual o sentido da Geografia neste século XXI e sobre o analfabetismo geográfico.

Muito se debate sobre os objetivos da ciência geográfica e se hoje ela perde sua forma ou conteúdo frente ao aparecimento de outras ciências e do advento da tecnologia. Para suscitar esse assunto, Lacoste (2012), em seu livro clássico “A geografia – isso serve em primeiro lugar, para se fazer a guerra”, já trata do problema dessa área do conhecimento e faz reflexões importantes a respeito da ciência geográfica nas universidades e nas escolas.

Uma delas, que inclusive faz alusão no título deste presente trabalho, a miopia coletiva dos fenômenos espaciais. Na época do autor, em 1970, os problemas da Geografia estavam voltados em fundamentos de uma ideologia nacional, cuja produção de teses e dissertações ocultavam problemas políticos.

Lacoste (2012) questiona sobre a função social da pesquisa geográfica, que para ele seria a leitura crítica do espaço geográfico e a construção de ações que beneficie a sociedade. Porém, o sentido da Geografia voltada para os Estados e para empresas privadas direcionava-se para um caminho contrário. Estudos voltados para a construção de estradas e rodovias, fluxos de pessoas, mercadorias e infraestrutura que nem sempre respeitavam a população local ou a coletividade.

No caso da Geografia realizada nas escolas, o autor critica com veemência: “[...] os geógrafos continuam a fazer como se eles só tivessem que ler, sem problemas, “o grande livro aberto na natureza” (LACOSTE, 2012, p. 89). E continua em sua crítica: “os alunos não querem mais ouvir falar dessas aulas que enumeram, para cada região ou para cada país, relevo – clima – vegetação – população – cidades – indústrias” (LACOSTE, 2012, p. 12).

Depois de 50 anos, o que mudou? Entendemos qual é a finalidade da Geografia?

Ao propor o tema do planejamento urbano durante toda esta dissertação até o momento da qualificação, o autor restringiu na máxima de que toda a gênese do

problema da falta de entendimento da urbanização estaria no equívoco de não se trabalhar o planejamento urbano, tratando assim de um analfabetismo urbanístico. Um erro, já que diante de reflexões colocadas, vislumbra-se que a gênese está concentrada no analfabetismo geográfico.

O analfabetismo geográfico consiste nos indivíduos não compreenderem a produção do espaço geográfico. Esse espaço, definido por Santos (2017, P. 21) como um “[...] conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistema de ações”, traz a ideia de que ele não é um receptáculo das técnicas, pois para o autor o espaço também determina os objetos, já que ele é visto como “[...] um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica. Essa lógica da instalação das coisas e da realização das ações se confunde com a lógica da história, à qual o espaço assegura a continuidade” (SANTOS, 2017, p. 40).

Nesse sentido, o recorte sobre o planejamento urbano tem como finalidade entender como os objetos estão organizados segundo uma lógica, que traz consigo um sistema de ações. São nessas vias que a geografia escolar deve se fazer presente e viva.

Para finalizar, uma reflexão importante:

A geografia é um rio que perdeu sua sintaxe. Assim como um rio do sertão nordestino que perde seu prumo e rumo quando o fio contínuo de água corta na seca, vê-se ela como um discurso-rio que corta e busca restabelecer sua inteiridade, sabendo precisar um rio de muito fio de água para refazer o fio antigo que o fez (MOREIRA, 2011, p. 50).

Moreira (2011) relata que antes a Geografia tinha uma forma, porém sem conteúdo. Agora, a Geografia tem conteúdo, mas não tem forma. Isso quer dizer que os geógrafos necessitam não apenas ter a base da literatura geográfica, mas a total compreensão de qual é o objeto que a geografia propõe a estudar. Caso isso não ocorra, volta-se na indagação de Lacoste (2012) que reflete se a Geografia, Sociologia e História são apenas etiquetas universitárias.

1.2 – O CONCEITO DO PLANEJAMENTO URBANO E SEUS ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Antes de iniciar a discussão sobre a influência do planejamento urbano na produção do espaço, é preciso desvencilhar de algumas noções equivocadas. Em primeiro lugar, a importância do ato de planejar não é exclusivo do contexto da política urbana ou das sociedades contemporâneas. Desde as primeiras civilizações se

verifica, nos grupos de caçadores e coletores, a preocupação de organizar seus territórios e suas atividades (SOUZA, 2018). O planejamento urbano é apenas mais uma forma, legitimada em lei, em organizar o espaço geográfico, algo crucial para o estabelecimento das formas das civilizações presentes atualmente.

Em segundo lugar, a literatura acadêmica, muitas vezes, reduz o tema do planejamento urbano em duas análises superficiais. Uma, a crença de que existe a sua falta nas cidades brasileiras (SOUZA, 2018). A outra, é que seu uso estaria estritamente voltado para a manutenção do *status quo*, sem a possibilidade de dar novos contornos para essa prática (SOUZA, 2018; MARICATO, 2013).

Como já foi dito, o planejamento urbano é regulamentado por lei, sendo dessa forma presente nos municípios brasileiros com mais ou menos solidez. Além disso, existem mecanismos que podem propiciar uma nova orientação de seu uso para a legitimação de ganhos sociais das camadas vulneráveis da sociedade.

Como se verá mais adiante, a discussão em torno do planejamento urbano vai além dos reducionismos, e, portanto, este trabalho parte da premissa de que é possível utilizá-lo como um instrumento para promover a justiça social e o direito à cidade⁶, além de entender que é ele conduz a política urbana e parte da produção do espaço, mesmo sendo escamoteado por *lobbies* e utilizado de forma ambígua, cujo antídoto para essas ações nefastas seriam a participação social e o exercício da cidadania.

Um outro ponto de partida é distinguir o planejamento e gestão urbanos. Mesmo sendo complementares, no campo do urbanismo eles podem ser divididos a partir de seus objetivos e proposições. No caso do planejamento, podemos encarar como um instrumento mais voltado para ações futuras, que analisa os desdobramentos de um processo, “[...] *com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios*” (SOUZA, 2018, p. 46).

Já a gestão está ligada às ações de curto prazo: “[...] *administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as*

⁶ Mesmo compreendendo o planejamento como algo crucial para o desenvolvimento de uma reforma urbana, é necessário ter consciência que nenhuma política local dá conta de resolver problemas estruturais per si, como por exemplo, o desemprego em São Paulo (1,5 milhão de desempregados). Nesse sentido, seria necessária uma articulação entre o poder municipal e federal (MARICATO, 2013).

necessidades imediatas". (SOUZA, 2018, p. 46). Dessa maneira, Souza compreende que:

O planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra; e a gestão é a efetivação, ao menos em parte (pois o imprevisível e o indeterminado estão sempre presentes, o que torna a capacidade de improvisação e a flexibilidade sempre imprescindíveis), das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir. Longe de serem concorrentes ou intercambiáveis, planejamento e gestão são *distintos e complementares*. (SOUZA, 2018, p. 46).

Sobre seus antecedentes históricos, o planejamento urbano brasileiro desempenhou diferentes papéis. No Período Colonial, a preocupação estava voltada para o formato da cidade. Por meio de um plano diretor, a Coroa Portuguesa instituiu um padrão espacial, de princípios geométricos e estéticos, cuja "[...] atuação do poder municipal voltava-se para a conservação e limpeza de ruas e praças" (ANTONELLO, 2013, p. 243).

Já no final do século XVII e início do XVIII, o foco era para a problemática do abastecimento de água nas cidades. E entre o século XIX e XX, as questões relacionadas ao saneamento básico e as vias de expansão das cidades ganham relevo (ANTONELLO, 2013).

Ainda entre os séculos supracitados, Maricato (2013) aponta que o planejamento urbano, voltado para a temática sanitária, tinha como objetivo eliminar as epidemias que ocorriam nas cidades, ao mesmo tempo "[...] em que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista" (MARICATO, 2013, p. 17). Nesse contexto, a população mais pobre era marginalizada e expulsa para os morros e franjas da cidade. "Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e especialmente Rio de Janeiro são cidades que passaram por mudanças que conjugaram saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial nesse período" (MARICATO, 2013, p. 17).

Sob esse prisma, Antonello (2013) alerta que essa visão se reduz a um planejamento físico-territorial. Como se apenas solucionar os problemas do espaço físico, via organização e implantação de infraestrutura, as desigualdades socioeconômicas seriam resolvidas. "Portanto, a problemática social era determinada pelos aspectos estruturais de infraestrutura do espaço urbano e não pelas condições socioeconômicas das diferentes classes sociais" (ANTONELLO, 2013, p. 243).

Mesmo nos dias atuais é uma constante um planejamento que alinha apenas técnica e modernização sob as áreas da cidade, trazendo enormes prejuízos para a dinâmica urbana, a começar pela questão social. Nesse sentido, Santos (2018, p.125) elucida que “[...] é um equívoco pensar que problemas urbanos podem ser resolvidos sem solução da problemática social”.

Já Souza (2019) traz questionamentos sobre o tipo de desenvolvimento urbano supracitado:

Para algumas pessoas, uma cidade “desenvolve-se” ao crescer, ao se expandir, ao conhecer uma modernização do seu espaço e dos transportes, ao ter algumas áreas embelezadas e remodeladas. Esquecem-se, com muita facilidade, duas coisas: os *custos*, sociais e ambientais, de tais progressos, via de regra muito seletivos, social e espacialmente; e o *contexto* mais amplo (regional, nacional, internacional) de tais melhoramentos, os quais, normalmente, significam que está em curso, dependendo do país, uma extração de mais-valia e uma drenagem da renda fundiária de outras áreas, dentro ou até fora do país, as quais alimentam os projetos de embelezamento, “revitalização” etc. que conferem prestígio a certas partes de certas grandes cidades. O desenvolvimento estritamente econômico (isto é, crescimento + modernização tecnológica) em uma cidade capitalista costuma cobrar um alto preço. O brilho desse “progresso” é, contudo, tamanho, ou também tão intensificado com a ajuda do *marketing* e da propaganda, que cega a maioria das pessoas. Cabe, no entanto, para e perguntar: *que “desenvolvimento urbano” é esse, que vem no bojo de tantas e tantas contradições?* (SOUZA, 2019, p. 95-96).

Já na década de 1970, no bojo do planejamento físico-territorial, os problemas se agravam com a disseminação do neoliberalismo. Agora, o foco do instrumento urbanístico também está voltado para estimular a iniciativa privada, oferecendo-lhe diversas vantagens, como as isenções tributárias, infraestrutura e abolição de restrições de uso impostas pelo zoneamento (SOUZA, 2018).

Nessa onda neoliberal, o Consenso de Washington⁷, ocorrido em 1989, traz para os países em desenvolvimento medidas contestáveis, por vezes contraditória, para o desenvolvimento socioespacial, como: redução de gastos público, privatização de estatais e abertura comercial (MARICATO, 2013).

Para Maricato (2013, p. 10), o Consenso de Washington impõe obstáculos para uma ação planejada, que deve “[...] condicionar os investimentos públicos e os esforços da administração pública, bem como regular os investimentos privados,

⁷ O Consenso, ocorrido na cidade de Washington, definiu políticas econômicas liberais para os países em desenvolvimento, entre elas, redução de gastos públicos, reforma tributária, abertura comercial, privatizações de estatais e afrouxamento das leis trabalhistas. A diminuição do Estado nas questões de ordem econômica e social trouxe impactos profundos a urbanização e reestruturação produtiva do capital (MARICATO, 2013).

visando seguir diretrizes democraticamente, ao longo de um período que deve abranger várias gestões municipais”.

Na esteira desse desenvolvimento liberal, observa-se a prática do mercado imobiliário controlando “[...] os investimentos públicos urbanos que são o fator mais importante de valorização imobiliária. Isso justifica e explica a sofisticação dos *lobbies* existentes sobre a orientação dos investimentos públicos no processo de urbanização” (MARICATO, 2013, p. 43). Para se ter uma ideia da voracidade do setor imobiliário, somente entre janeiro de 2008 e setembro de 2012, o preço dos imóveis no Rio de Janeiro subiu 184,9% e em São Paulo 151,3% (MARICATO, 2014).

Dessa forma, as construtoras e os incorporadores imobiliários escolhem os espaços privilegiados da cidade, dividindo-a em duas, a legal, onde os direitos da população são assegurados, e a cidade ilegal, uma somatória de loteamentos ilegais, decadente infraestrutura, e ausência de postos de saúde, hospitais, escolas e áreas de lazer.

Diante disso, vai ocorrendo a intensificação dos problemas urbanos, tornando as cidades verdadeiras bombas socioecológicas: “[...] congestionamentos infundáveis, poluição do ar e da água, violência, especulação imobiliária, aumento dos aluguéis acima da inflação, são alguns temas que impõe aos trabalhadores um cotidiano de sofrimento, atingindo também a classe média” (MARICATO, 2014, p. 19).

É nesse processo de desigual produção espacial que a gestão e o planejamento urbano foram tecidos, no bojo do pensamento tecnocrático e mercadológico. Porém, não são apenas retrocessos que compõe a temática, já que final do século XX e começo do XXI acende uma centelha de mudanças, por meio das reivindicações dos movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs) e sociedade civil por uma reforma urbana que ganhos significativos vão surgindo, como dois artigos inseridos na Constituição de 1988 sobre política urbana e a promulgação da lei do Estatuto da Cidade.

1.3 – O ESPAÇO URBANO BRASILEIRO NA ATUALIDADE: DESIGUADES E CONTRADIÇÕES

Figura 01 – A favela de Paraisópolis ao lado de um prédio de luxo no bairro Morumbi.



Fonte: VIEIRA, 2004, n.p.

“Uma imagem vale mais que mil palavras”, frase célebre do filósofo chinês Confúcio e expressa na fotografia acima registrada por Tuca Vieira (2004), que retrata a realidade presente em grande parte das metrópoles latino-americanas. Como se nota, o solo urbano é apropriado de maneiras distintas e por diferentes classes sociais, um objeto de uma disputa truculenta pelo direito de sua posse, orientada “[...] pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabelecem na sociedade capitalista, produzindo um conjunto ilimitado de escolhas e condições de vida” (CARLOS, 2019a, p. 46).

Nesse jogo de acesso à terra, a produção do espaço urbano vai sendo construída e dois fenômenos vão se cristalizando, a desigualdade social e a heterogeneidade da paisagem urbana, resultado do poder econômico das diferentes classes da sociedade. (CARLOS, 2019a). Nesse sentido, Carlos complementa:

O modo pelo qual o indivíduo terá acesso à terra na cidade enquanto condição de moradia, vai depender do modo pela qual a sociedade estiver hierarquizada em classes sociais e do conflito entre parcelas da população. Assim, o tipo, o local, tamanho e forma de moradia vão depender e expressar

o modo como cada indivíduo se insere dentro do processo de produção material geral da sociedade (CARLOS, 2019a, p. 54).

No escopo dessa reprodução, desigual e contraditória, as cidades brasileiras criam imensos bolsões de pobreza, paralelamente aos pequenos enclaves de riqueza cravados no território urbano. Tendência expressa na pequena parte da população que vive em espaços com infraestrutura e próximos de serviços essenciais, e a grande parte dos brasileiros em condições de penúria social. Para trazer concreticidade, só na cidade de São Paulo 50% dos moradores vivem em favelas, loteamentos ilegais e cortiços (MARICATO, 1997), além de um terço dos domicílios no Brasil terem condições inadequadas de moradia (IBGE, 2015). Nesse sentido, Moreira (2014, p. 132) aponta reflexões sobre essa realidade:

O arranjo do espaço urbano é a reprodução direta do perfil desigual da distribuição da riqueza nacional. São reflexos recíprocos no espelho do arranjo do espaço urbano a distribuição territorial e o extrato de renda monetária dos moradores da cidade. Cada extrato social da população urbana se distribui pela cidade segundo o pedaço da renda nacional que lhes cabe. E é essa correlação entre distribuição territorial e extrato de renda monetária que leva a cidade a dividir-se em bairros de pobres, bairros de classe média e bairros de rico.

Dessa maneira, o espaço legitima-se como um verdadeiro campo de forças, um conjunto “[...] de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante de nossos olhos e que se manifestam através de processos de funções” (SANTOS, 1986, p. 122). Assim, pode-se inferir que a pobreza não é apenas um fato do modelo socioeconômico, mas também um modelo espacial (SANTOS, 2018).

A classe trabalhadora se apropria dos espaços rejeitados pelas incorporadoras imobiliárias, longe dos locais de infraestrutura, destinada a morar em favelas, cortiços, habitações populares em zonas distantes e em áreas de risco, como de mananciais e de encostas. Na outra ponta, a elite tem um cardápio de escolhas oferecido pelos agentes imobiliários, com prédios residenciais luxuosos e condomínios horizontais que padronizam a paisagem urbana e estimula a fragmentação do espaço. Com isso, o processo de urbanização vai produzindo “[...] novos padrões de comportamento que obedecem a uma racionalidade inerente ao processo de reprodução das relações sociais, no quadro de constituição da sociedade urbana revelado na prática socioespacial” (CARLOS, 2007, p. 11). Essa é a tônica da produção da rede urbana no país.

Na confluência desse processo, o poder público também dá sua parcela de contribuição, que não é pequena, pois possui diversos mecanismos regulatórios para a condução da produção do espaço urbano amparadas, sobretudo, pela Constituição e pelo Estatuto da Cidade, objetos serão explanados nos próximos tópicos.

Para Sposito (2020), não existe imparcialidade nas ações públicas e dá o exemplo da cidade de São Paulo, que mesmo com inúmeros terrenos públicos desocupados, “[...] o tecido urbano cresce desmesuradamente na periferia. As contradições impostas pelo desenvolvimento capitalista estão impressas na estrutura e na paisagem urbana. A opção do Estado parece clara...” (SPOSITO, 2020, p. 75).

Harvey (2016) corrobora com o pensamento da autora:

O Estado, constituído como sistema coercitivo de autoridade que detém o monopólio da violência institucionalizada, forma um segundo princípio organizador por meio do qual a classe dominante pode tentar impor sua vontade não somente aos seus oponentes, mas também ao fluxo, à mudança e à incerteza anárquicos a que a modernidade capitalista sempre está exposta. Os instrumentos vão da regulação do dinheiro e das garantias legais de contratos de mercado leais às intervenções fiscais, à criação do crédito e às redistribuições de impostos, passando pelo fornecimento de infraestruturas sociais e físicas, controle direto das alocações do capital e de trabalho, bem como dos salários e dos preços, nacionalização de setores essenciais, restrições ao poder da classe trabalhadora, vigilância policial, repressão militar, etc. (HARVEY, 2016, p. 104).

Como se pode notar, o Estado tem mecanismos de minimizar problemas sociais e ambientais na produção do espaço urbano. Porém, o poder público orienta o desenvolvimento e crescimento da cidade a partir de uma lógica em que muitas vezes é excludente, escolhe para os seus investimentos “[...] em bens e serviços coletivos, exatamente os lugares da cidade onde estão os segmentos populacionais de maior poder aquisitivo; ou que poderão ser vendidos e ocupados por estes segmentos pois é preciso valorizar as áreas” (SPOSITO, 2020, p. 74).

Sob esse ponto, questiona-se: a cidade cresce desordenadamente por falta de planejamento? Ou será que o Estado utiliza a máquina pública e os instrumentos de planejamento de acordo com determinados interesses representados por um pequeno grupo de pessoas?

É crível afirmar que não é pela falta de um planejamento urbano que as cidades brasileiras se deterioraram, mas o modelo civilizatório urbano que a elite da sociedade brasileira escolheu. Neste ponto, o Estado brasileiro corrobora para tal processo, acentuando desigualdades e contradições. Um modelo urbano que retrata um processo democrático falho nas decisões sobre os rumos da cidade.

Nesse sentido, é preciso colocar em xeque as atuações de poder público municipal. De que maneira são utilizados os instrumentos urbanísticos, expressos em legislações sólidas para normatizar o espaço urbano e projetar um futuro sob os auspícios de uma política de desenvolvimento socioespacial sustentável. Para isso, o conhecimento dos alunos e da sociedade civil sobre os espaços de participação social e da regulamentação do planejamento urbano é ponto de partida crucial para uma consciência socioespacial, sob a lógica da produção do espaço e reivindicação de seus direitos.

1.4 – UMA NOVA REALIDADE DA POLÍTICA URBANA EM GESTAÇÃO: CONSTITUIÇÃO E O ESTATUTO DA CIDADE

No início de 1980, a discussão da reforma urbana, ancorada pelos movimentos sociais, ganha destaque para repensar o espaço urbano com o objetivo de garantir moradia, saneamento básico e infraestrutura para a população. O clamor por espaços mais sustentáveis e menos desiguais já existia na década de 1950, por conta, principalmente, da escassez de moradias. Porém, com o golpe de 1964, a discussão foi adormecida e ganha um novo fôlego com o processo de redemocratização brasileiro (SOUZA, 2019).

Durante o desenvolvimento da nova Constituição de 1988, o Movimento Nacional para Reforma Urbana (MNRU), com a participação de 48 entidades estaduais e locais, e seis entidades nacionais, entre elas, a Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR) e a Federação Nacional dos Arquitetos (FNA), clamavam pela reforma urbana expressa por uma Emenda Popular (SAULE JÚNIOR, UZZO, 2010).

Para a apreciação da Emenda Popular pela Assembleia Constituinte era necessário contar com trinta mil assinatura de eleitores, além do apoio de três entidades. O MNRU “[...] obteve cerca de 160.000 assinaturas para encaminhar a Emenda Popular pela Reforma Urbana à Assembleia Constituinte” (ANTONELLO, 2013, p. 240).

A Emenda Popular da Reforma Urbana, apresentada durante a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), trouxe os instrumentos ao debate social, em meio à construção de uma nova concepção de cidade e de gestão urbana, fortemente motivada pelos objetivos de assegurar uma maior democratização do solo urbano e combater a especulação imobiliária do setor privado, limitando o poder dos proprietários. (DENALDI; CAVALCANTI, SOUZA, 2015, p. 13).

Mesmo com a desidratação que a Emenda sofreu, ao longo das discussões na Assembleia Constituinte, foi possível aprová-la e inserir dois artigos (182 e 183) sobre a política urbana na Constituição de 1988, um marco para o desenvolvimento das cidades brasileiras.

O significado de reforma urbana, adotado pelos movimentos sociais, não era minimizado em uma discussão de ordem sanitária ou de embelezamento da cidade, mas, de acordo com Souza (2019, p. 112), entendida como uma “[...] uma reforma social estrutural, com uma muito forte e evidente dimensão espacial, tendo por objetivo melhorar a qualidade de vida da população, especialmente de sua parcela mais pobre, e elevar o nível de justiça social”.

Além disso, busca-se o asseguramento da função social da propriedade urbana, que para Alves (2018, p. 61) é cumprida quando ela é utilizada para “[...] habitação, atividades econômicas geradoras de emprego e renda, proteção do meio ambiente e preservação do patrimônio cultural. Este preceito visa acabar com o mau uso da propriedade e o uso especulativo de imóveis urbanos”

Nesse sentido, os objetivos da reforma urbana se associam a algo mais amplo, o debate sobre o direito à cidade, que se manifesta como “[...] forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 134).

Para Lefebvre (2001, p. 139) o direito à cidade deve perpassar à vida urbana, “[...] à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e de empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais etc”.

Seguindo essa direção, Maricato (2013, p. 119) alerta que a terra urbana, direito do cidadão, deve ser servida por “[...] infraestrutura e serviços (rede de água, rede de esgotos, rede de drenagem, coleta de lixo, iluminação pública, além dos equipamentos de educação, saúde etc). Ou seja, a produção de moradia exige um pedaço da cidade e não de terra nua”

Inserida nesse debate, normas de ordenamento foram criadas ao longo das reivindicações da população, como forma de permitir o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade. Entre os dispositivos que a Constituição no artigo 182 prevê estão aqueles que inibe à especulação imobiliária, como o parcelamento e edificação

compulsórios, além do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo (BRASIL, 1988):

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: I - parcelamento ou edificação compulsórios; II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais (BRASIL, 1988, n.p).

Denaldi, Cavalcanti e Souza (2015) salientam que a Constituição não trouxe parâmetros concretos sobre a função social da propriedade urbana, deixando esta incumbência para os municípios, conforme reza o artigo 182, parágrafo segundo: “a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor” (BRASIL, 1988, n.p).

Por plano diretor entende-se que:

Seria um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento econômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos e, aprovadas por lei municipal. (VILLAÇA, 1999, p. 238).

Para complementar a citação acima, o plano diretor busca o desenvolvimento socioespacial do município e deve convergir para os objetivos de uma reforma urbana à luz dos direitos estabelecidos na Constituição. É também um instrumento de planejamento crucial para se pensar o meio urbano e o rural.

Para Nygaard (2005, p. 25), “o tradicional plano diretor pode ser considerado como o instrumento mais completo que o Estado já teve a sua disposição para interferir na organização e no controle urbano”. Ribeiro e Cardoso (2012, p. 108) corroboram com esse pensamento e ressaltam que a sua elaboração “[...] deve ser encarada como uma forma de defesa do compromisso do poder público em assegurar um determinado nível de bem coletivo”.

Mesmo com sua potencialidade, Maricato (2013) alerta para a dificuldade de a Câmara dos Vereadores dos municípios aprovar planos diretores que combatam as desigualdades sociais, pois isso “[...] requer o enfrentamento dos proprietários

fundiários e imobiliários que estão longe de construir um setor frágil em nossa sociedade patrimonialista” (MARICATO, 2013, p. 92).

Outra mudança, talvez a mais significativa para se pensar no desenvolvimento socioespacial, foi a promulgação da lei do Estatuto da Cidade, em 2001, que em seu parágrafo único “[...] estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2001, n. p.).

A nova lei, cria, aprimora e fornece bases para que os municípios, por meio de uma série de instrumentos urbanísticos, possam “[...] induzir o desenvolvimento urbano, financiar a política urbana, realizar a regularização fundiária e democratizar a gestão urbana” (DENALDI, CAVALCANTI, SOUZA, 2015, p. 03).

O Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes: garantia do direito a cidades sustentáveis; gestão democrática por meio da participação popular e de associações representativas nos segmentos da sociedade; cooperação entre os governos; planejamento no desenvolvimento das cidades; oferta de equipamentos urbanos e comunitários; e ordenação e controle do uso do solo.

Em seu artigo 2º fica claro a obrigatoriedade de planejar as cidades de maneiras sustentáveis, afim de evitar a utilização inadequada de imóveis urbanos; o parcelamento do solo e edificação excessivos em relação à infraestrutura urbana; poluição e degradação ambiental; a especulação imobiliária que resulte em subutilização ou não utilização (BRASIL, 2001); entre outros preceitos que trazem uma nova consciência para efetivar o direito da população de usufruir do espaço urbano.

Outros três pontos, que merecem destaque presente na lei, são o estudo de impacto de vizinhança (EIV), o plano diretor e a gestão democrática. No caso do primeiro, ele representa um conjunto de estudos realizados por empreendimentos que são geradores tanto de efeitos positivos quanto negativos, afim de minimizar impactos que afetam o adensamento populacional, os equipamentos urbanos e comunitários, a geração de tráfego, o patrimônio natural e cultural, entre outros (BRASIL, 2001).

As atividades que geram maior impacto e necessitam do EIV são descritas no plano diretor de cada município. O instrumento obriga que os empreendimentos

diminuam os efeitos nocivos decorrentes da construção ou/e atividade desenvolvida, além de criar medidas compensatórias para a vizinhança afetada.

A partir do EIV é possível prever os impactos de curto, médio e longo prazo antes da construção do empreendimento. Com os dados produzidos e em mãos, o poder público tem uma compreensão maior para decidir ou não sobre a aprovação de tal construção.

Um outro elemento, favorável para o desenvolvimento de uma política socioespacial, é a obrigatoriedade do plano diretor para cidades:

I – com mais de vinte mil habitantes; II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal; IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico; V – incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamento de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos. Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012 (BRASIL, 2001, n. p).

Com isso, cria-se aos poucos uma cultura do planejamento nos municípios brasileiros, em consonância com o que reza as legislações urbanísticas que aludem o direito à cidade, à luz das reflexões sobre ambientes sustentáveis e o combate da desigualdade socioespacial.

Nesse sentido, é preciso expressar que, este trabalho compreende que as políticas de inclusão social não dependem apenas de um plano diretor ou de instrumentos do planejamento urbano. É necessária uma abordagem integrada, assim como expressa Maricato:

A urbanização de favelas pode resolver problemas de saneamento ambiental, atribuir endereço legal a cada domicílio, melhorar as condições de moradia e de segurança urbana, mas não melhora o nível de escolaridade ou de alfabetização, não organiza as mulheres para melhorar o padrão de vida, nem ajuda na organização de cooperativas de trabalho, ou no lazer dos jovens (MARICATO, 2013, p. 75).

Seguindo essa direção, Souza (2019) também elucida que os sistemas políticos, os valores culturais e a organização espacial são todos agentes que influenciam o nível de bem-estar e de justiça social de uma sociedade. Dessa forma, o planejamento urbano deve desenvolver as medidas de curto, médio e longo prazo articulando-se com outras pastas das secretarias municipais, como a assistência social, educação, cultura, esporte, entre outras.

Outro ponto, é que mesmo com os avanços existe um abismo entre a lei e a sua aplicação, um processo complexo e mediado por relações de poder (MARICATO, 2013). Na esteira dessa preocupação, o Estatuto da Cidade trouxe a gestão

democrática e a participação popular como foco da política urbana, que deve ser garantida pelos municípios a partir de instrumentos como: órgãos colegiados, debates, audiências públicas, conferência e programas de desenvolvimento urbano (BRASIL, 2001). Para Maricato (2013, p.151):

A gestão democrática por meio de um conselho permitirá trazer à tona e numa mesma arena os agentes e seus interesses. É ali que podemos interferir para defender o direito dos excluídos à cidade, até o nível que permitir a correlação de forças, de modo a garantir que essa cidade seja bela e agradável como são os espaços democráticos

Nesse sentido, a gestão democrática, garantida por lei, traz novos instrumentos de participação popular que pode auxiliar os munícipes reivindicar seus direitos e desenvolver um planejamento que abarque os diversos segmentos da sociedade, rompendo com a lógica da reprodução do *status quo*. Porém, para isso se concretizar, um dos elementos essenciais é o engajamento do cidadão nos debates de sua cidade, tema que merece um tópico especial para discuti-lo.

1.5 – POR QUE DEVEMOS INSISTIR NA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? E POR QUE É CRUCIAL INSERIR OS ALUNOS NESSE PROCESSO?

Qual é o caminho para uma sociedade mais justa e igualitária? Certamente, a resposta para essa pergunta não é acompanhada apenas do olhar sobre as melhorias materiais, os espaços com infraestrutura e as técnicas implantadas. Esses processos são indubitavelmente importantes para o desenvolvimento socioespacial, porém, a justiça social deve vir acompanhada da liberdade do cidadão e de sua autonomia (SOUZA, 2018).

Não existe a possibilidade do direito à cidade sem a completude do ser humano. Se a autonomia e a liberdade lhe são negadas, os seus direitos são vilipendiados, pois as decisões sobre os rumos da cidade serão realizadas sem um prévio diálogo com as camadas sociais. O que se quer expressar é que a materialidade é crucial para o desenvolvimento urbano, porém, a materialidade imposta, planejada por agentes externos, impedem o pleno exercício da cidadania das pessoas.

Nesse sentido, Souza (2018, p. 71) alerta que “melhorias materiais com tutela significam uma infantilização dos dominados/dirigidos”. Portanto, deve-se insistir para o alargamento da participação da população nas questões de seu município e de seu bairro. “Mudar a cidade é uma tarefa coletiva” (SOUZA, 2018, p. 518).

Para Carlos (2019a), o pensamento de um novo urbano é necessário e significa:

[...] a superação da atual ordem econômica, social, jurídica, política e ideológica, a partir da participação de toda a sociedade brasileira, através da ampliação dos espaços de representação, do fortalecimento dos sindicatos e dos partidos autênticos. As conquistas democráticas colocam-se como fundamentalmente prioritárias para o avanço em direção à construção de uma nova sociedade” (CARLOS, 2019a, p. 33).

É nesse sentido que o entendimento do espaço geográfico, com a articulação de suas categorias de análise, deve levar em consideração os mecanismos públicos que orientam a produção do espaço urbano, subvertendo-os a uma lógica social e não apenas de mercado. Portanto, para o ensino de Geografia, o desenvolvimento do tema da participação social e do planejamento são indispensáveis na pauta de transformações da realidade urbana.

Esse caminho converge com as demandas que o conceito do direito à cidade prega. Porém, para que isso ocorra é necessário o exercício cidadão, algo que inclui a competência para realizar uma leitura da cidade (CAVALCANTI, 2014). “[...] Ser cidadão é exercer o direito de morar, de produzir e de circular na cidade, é cumprir o dever de garantir o direito coletivo à cidade” (CAVALCANTI, p. 74, 2014).

Cavalcanti ainda ressalta que:

[...] A defesa do direito à cidade para todos os seus habitantes parte do entendimento de que a produção do seu espaço é feita com participação desses habitantes, obedecendo a suas particularidades e diferenças. Trata-se de defender a necessidade de uma cidade com gestão democrática, que busca conciliar interesses e ações mais imediatas e elementares, nem por isso menos importantes para a vida humana, do cotidiano de seus moradores (CAVALCANTI, 2014, p. 83).

Vários são os exemplos, ao longo da trajetória brasileira, que demonstram a importância da participação de todas as camadas da população em reivindicar seus direitos assegurados pela Constituição. Um deles, o episódio do passe livre:

Quando em 11 de junho de 2013, o Movimento Passe Livre – MPL saiu às ruas da cidade de São Paulo, protestando contra o reajuste da tarifa dos transportes coletivos, ninguém ousaria pensar que um mês depois, mais de 100 governos municipais cancelariam o aumento das tarifas (MARICATO, 2014, p. 15).

Harvey (2014), também aponta a importância dos Movimentos Sociais para a concretização do Estatuto da Cidade⁸. Mesmo se tratando de um período marcado

⁸ Um exemplo concreto é a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que é formado por trabalhadores que não possuem moradia. Fundado em 1997, o MTST é crucial na luta por moradias

pelo neoliberalismo, as articulações e os debates promovidos pelos Movimentos deram destaque para a temática da reforma urbana, evidenciando a sua necessidade incontestável. Nesse sentido, a escola ficar à mercê dessas discussões é projetar um caminho distante da luta contra a desigualdade social.

Outro elemento que a participação cidadã promove é a legitimação das leis. Para Maricato (1997, p. 123), existem leis que são levadas mais a sério pelo poder público em detrimento de outras, “[...] tudo depende das circunstâncias e dos interesses envolvidos”.

Para Souza (2019, p. 131), para que as leis sejam cumpridas e os instrumentos urbanísticos sejam implementados, “[...] é muito importante que a sociedade civil esteja informada e se mobilize para exigir e fiscalizar o cumprimento da lei”. Nesse sentido, a criação dos espaços democráticos de participação pelos municípios são fundamentais para a consolidação desse cenário:

A construção de um espaço de convivência e administração de conflitos, formando cidadãos interlocutores sobre os principais problemas da cidade, talvez seja a tarefa mais importante que um dirigente municipal possa cumprir no atual momento no Brasil. A abertura desse espaço permitirá o conhecimento e a divulgação dos agentes que têm interesses lucrativos, clientelistas e, até mesmo, vinculados à corrupção, nas áreas dos transportes, da saúde, do abastecimento, do mercado fundiário e imobiliário etc (MARICATO, 2013, p. 73).

Mesmo com uma abertura democrática sendo gestada, é sempre necessária uma constante autocrítica dos mecanismos participativos, assim como aponta Antonello (2013), pois muito discursos promovem o slogan de “cidade democrática”, mas com pouco ou nenhum envolvimento de algumas camadas da população⁹. Dessa forma, é necessário compreender que “[...] a instituição de uma lei não é segurança da real participação social, porém, constitui-se em um mecanismo fundamental para criar condições necessárias para o avanço a uma sociedade participativa (ANTONELLO, 2013, p. 253).

Com a lei assegurando o processo de participação social, cabe a sociedade civil, Movimentos Sociais e as ONGs fazer valer esse direito, pressionando o poder público a criar canais de comunicação e debate, não apenas para informar à

e justiça social no Brasil, pressionando o poder público seguir à risca as balizas legais e constitucionais da política habitacional.

⁹ Os conselhos municipais exemplificam essa afirmação, pois muitos deles são apenas consultivos. Para uma real participação do povo seria crucial eles serem deliberativos.

população sobre os rumos da cidade, mas construindo juntos os melhores caminhos para mudar a realidade do município.

Outro exemplo, da potencialidade da participação social, são os orçamentos participativos¹⁰, instituídos em algumas cidades brasileiras, sendo a cidade de Lages (SC), a pioneira (década de 1970) nesse processo. Neles, a população debate e delibera sobre as prioridades dos investimentos públicos para o próximo ano (SOUZA, 2018).

Sobre os orçamentos participativos, Antonello elucida:

[...] as decisões sobre a arrecadação e os gastos públicos não ficam a cargo apenas dos técnicos da burocracia estatal e do governo, o poder é redirecionado para a participação direta de pessoas, comunidades, associações de moradores, movimentos sociais e organizações da sociedade civil (ANTONELLO, 2013, p. 250).

O orçamento participativo delega poder aos próprios cidadãos e pavimenta “[...] o terreno para que se rompa com os pressupostos de funcionamento da democracia representativa” (SOUZA, 2018, p. 342). Outro ponto, é o seu sentido político-pedagógico, que auxilia desenvolver nos moradores do município uma consciência de seus direitos.

Além disso, contar com os conselhos municipais e orçamentos participativos deliberativos, auxilia no rompimento da captação do investimento público apenas em áreas mais nobres da cidade, prática comum em gestões municipais. Como exemplo, a gestão do ex-prefeito de São Paulo, Paulo Salim Maluf, cujas obras faraônicas, em sua maior parte, foram realizadas na região sudoeste de São Paulo, considerada um reduto de moradores de alta renda (MARICATO, 2013).

Como se observa pelos exemplos dados, a participação popular é fundamental na elaboração da gestão e do planejamento dos municípios. Em diversos países do mundo esse tema é debatido e levado com seriedade, até mesmo agências internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Programa para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) são “[...] unânimes em defender a participação social nos destinos de uma comunidade” (MARICATO, 2013, p. 74). Criar uma cultura

¹⁰ Souza (2018) e Maricato (2013, 2014) apontam a cidade de Porto Alegre como um dos municípios cujo orçamento participativo mais se consolidou, criando uma cultura de participação dos municípios para decidir, junto ao poder público, os setores que mais necessitam de investimento.

de participação no planejamento urbano é fundamental para que os indivíduos sejam coautores da cidade em que eles almejam viver (ALVES, 2018).

Por fim, mas não menos importante, o tema apresentado deve ser inserido nas escolas não apenas por seu potencial em auxiliar o desenvolvimento da cidadania, mas para que os alunos possam compreender a cidade onde eles moram e quais são as maneiras que eles têm para reivindicar o direito à cidade. Essa tarefa consiste em combater, utilizando um termo de Lacoste (2012, p.52), uma “[...] miopia coletiva em relação aos fenômenos espaciais”.

Maricato (2014), mesmo sendo ligada a área da arquitetura, também compreende a importância de os cidadãos compreenderem a estrutura de produção do espaço urbano e traz contribuições profícuas para se pensar o tema na seara do ensino de Geografia:

Construir um novo paradigma sobre as cidades, ainda que no contexto da periferia do capitalismo (ou seja, repetindo, não estamos no campo revolucionário) exigiria uma mudança cultural, e uma costura federativa, possível apenas a médio ou longo prazo. Combater o analfabetismo urbanístico significa elucidar a estratégia das forças selvagens que fazem do solo urbano e dos orçamentos públicos pasto para seus interesses. Listar as forças que têm poder sobre a produção das cidades já seria um tema fundamental desse aprendizado. (MARICATO, 2014, p. 54-55).

Eis que é nesse escopo que se encontra possibilidade de repensar o ensino de Geografia, de forma a promover um conhecimento sobre o município que vai além do físico-territorial. Que apresenta os dilemas vividos no urbano e no rural; as legislações e os agentes que normatizam esses espaços; e o enfrentamento dos problemas que envolvam não apenas os técnicos e os planejadores, mas a comunidade. Essa noção de cidadania deve ser iniciada na escola, pois qual seria o sentido de compreendermos a dinâmica do dia a dia do município apenas quando adultos?

1.6 OS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS NA CONVERGÊNCIA DA CONSCIENTIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O desenvolvimento de um pensamento, compatível com as demandas socioespaciais, requer a superação de um entendimento físico-territorial da cidade. Diante das explanações trazidas até aqui é profícuo para o ensino de Geografia contextualizar determinados temas ligados à questão urbana, como os conceitos urbanísticos, os canais de participação popular, a política urbana e, também, os agentes da produção espacial, dentre eles o poder público, com seus instrumentos de

planejamento urbano imbricados com os interesses sociais e dos agentes econômicos.

Para fechar esse tópico, alguns instrumentos urbanísticos, como o zoneamento de uso e ocupação do solo e aqueles presentes no Estatuto da Cidade serão apresentados brevemente, já que eles serão evocados no momento em que será exposta à aplicação da sequência didática em sala de aula. Além disso, julga-se necessário que os professores da Educação Básica se apropriem desses conceitos, para assim reforçar a concepção de como o solo urbano é ou deveria ser produzido a partir de normas urbanas regulamentadas pelo poder público municipal.

A partir das premissas elencadas acima, os instrumentos urbanísticos podem ser entendido como um conjunto de normas e regras voltadas para a gestão e o planejamento urbano da cidade. Para Souza (2018), eles podem ser de diversas naturezas, como tributos, zoneamentos, parâmetros urbanísticos, entre outros. Nesse sentido, o autor divide-os em 5 categorias: informativos (sistemas de divulgação de informação); estimuladores (incentivos fiscais e outras vantagens para atrair investimentos); inibidores (Imposto Predial Territorial Urbano progressivo no tempo, desapropriação e parcelamento compulsório); coercitivos (coeficientes de ocupação); *rationale* (valorização dos imóveis ou de alguma área provocada pela ação do Estado).

O zoneamento de uso e ocupação do solo¹¹ encontra-se como um dos instrumentos do planejamento mais conhecidos. Para Rolnik (1998, p. 38), ele pode ser definido como a “[...] divisão do conjunto do território urbanizado (ou a ser urbanizado) em zonas diferenciadas, para as quais são aplicados parâmetros de uso e ocupação específicos”. Em outras palavras, com a divisão da cidade em zonas se estabelece o que cada uma delas pode ser construída, algumas sendo permitidas a verticalização, outras proibindo fábricas, já que “[...] não faz sentido prever ou aprovar a localização de indústrias poluentes em uma área residencial” (SOUZA, 2019, p. 128). Dessa maneira, o zoneamento de uso e ocupação do solo “[...] são, tipicamente, instrumentos coercitivos, permitindo alguns casos e proibindo outros” (SOUZA, 2018, p. 319).

Os zoneamentos realizados são sempre alvo de muita polêmica, pois, ao mesmo tempo que eles podem auxiliar um planejamento com foco no

¹¹ O zoneamento surgiu a partir de uma ordenação legal na cidade de São Francisco, em 1867. (SOUZA, 2018).

desenvolvimento socioespacial, também podem aprofundar a segregação. Em sua gênese, o instrumento tinha um viés higienista e era utilizado para excluir as pessoas de baixa renda em determinados lugares da cidade (SOUZA, 2018).

Nesse sentido, Lefebvre (2001, p.97) alerta que a segregação pode ocorrer de diversas formas, como pelo quesito da renda e da ideologia de diferentes grupos sociais; de maneira voluntária; e também programados pelas próprias instituições municipais. O que interessa aqui é, principalmente, a atuação do poder público estimulando tal processo.

Diante dessa lógica segregacionista, Lefebvre (2001) alerta sobre a perda da essência do urbano, o seu habitar, que seria não apenas o local de moradia, mas a interação social e civilizatória da sociedade urbana. Com isso, “[...] *a consciência da cidade e da realidade urbana se esfuma tanto nuns como nos outros, até desaparecer*” (LEFEBVRE, 2001, p. 28).

Maricato (2013, p. 2013) também rechaça uma política segregacionista e ressalta que devemos reafirmar a necessidade de um zoneamento sustentável, “[...] não como um instrumento de segregação e aumento do preço da terra, mas ao contrário, de ampliação do direito à cidade”.

O processo de segregação traz diversos males para a sociedade, entre eles repete o que se identifica nas redes sociais e nos espaços políticos: a polarização. A dinâmica em conviver com o diferente é abafada com a padronização de espaços com uma única camada social, como acontece entre os condomínios horizontais ou nas habitações populares. Para Lefebvre (1999), acaba-se criando um obstáculo na socialização entre os diferentes grupos. Esse fenômeno presente na malha urbana converge com a realidade observada em outras práticas sociais.

Outro instrumento de grande valor é a outorga onerosa do direito de construir ou solo criado. Nele, o proprietário do terreno pode construir para além do coeficiente de construção, como elucida Souza:

O solo criado corresponde a uma espécie de tributo ou contraprestação que o incorporador imobiliário paga à municipalidade. A lógica é a seguinte: prédios altos, via de regra construídos para atender às necessidades residenciais ou de negócios de uma camada privilegiada da população, acarretam uma sobrecarga nada desprezível sobre a infraestrutura instalada, a qual foi paga pelo conjunto dos contribuintes (SOUZA, 2019, p. 126-127).

A aprovação para a realização da outorga onerosa deve atender aos parâmetros do tamanho do impacto que o empreendimento custará para o espaço urbano. Por exemplo, a construção de mais arranha-céus em locais com rede de

abastecimento de água deficitária e mobilidade urbana comprometida seria algo inviável.

Já o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC), também previsto no Estatuto da Cidade, inibe a ociosidade da terra urbana, assegurando o cumprimento da função social da propriedade. O PEUC é associado ao enfrentamento dos vazios urbanos, realidade presente nas cidades brasileiras e gerador de diversos problemas sociais, ambientais e econômicos.

Antes de esmiuçar o PEUC é necessário compreender o que seriam os vazios urbanos. Souza (2018, p. 264) compreende que “[...] são terras urbanas ociosas, normalmente mantidas desocupadas como reserva de valor”. Essa prática representa uma das estratégias da especulação imobiliária, deixar a terra “parada” para ser valorizada ao longo dos anos com o crescimento das cidades.

Em decorrência dessa situação, as cidades vão se espraiam e (figura 02), trazem enormes custos para o município “[...] no que diz respeito à promoção da urbanização e à implantação de infraestrutura” (DENALDI, CAVALCANTI, SOUZA, 2015, p. 12). Para Santos:

O próprio poder público torna-se criador privilegiado de escassez; estimula, assim, a especulação e fomenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; incapaz de resolver o problema da habitação, empurra a maioria da população para as periferias; e empobrece ainda mais os mais pobres, forçados a pagar caro pelos precários transportes coletivos e a comprar caro bens de um consumo indispensável e serviços essenciais que o poder público não é capaz de oferecer. (SANTOS, 2018, p. 123).

Maricato (2013, p. 85), assim como Santos (2018), compreende que o próprio poder público estimula a manutenção dos vazios urbanos criando conjuntos habitacionais em áreas desvalorizadas e longe de serviços essenciais, “[...] em zonas rurais ou periféricas, alimentando a manutenção de vazios e a expansão horizontal urbana”.

Figura 02 – Exemplo de cidade espraiada.



Fonte: DENALDI, CAVALCANTI, SOUZA, 2015, p. 25.

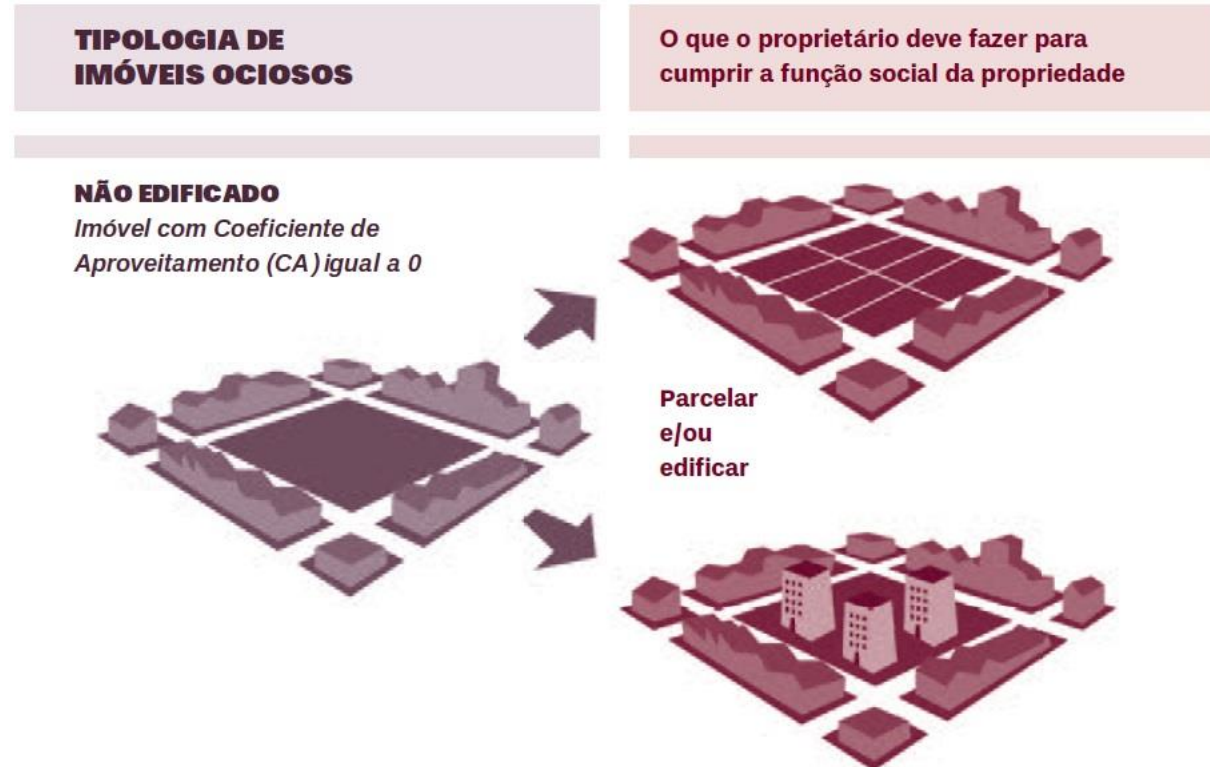
Nesse sentido, o PEUC¹² será crucial para coibir a prática dos vazios urbanos e a conseqüente especulação imobiliária, pois, ele articula-se com a lógica:

“[...] de produção de cidades socialmente mais justas e ambientalmente menos predatórias, visando a ampliar as oportunidades de acesso à terra urbanizada, otimizar a infraestrutura instalada e evitar o espraiamento das cidades em direção às áreas rurais e às ambientalmente frágeis ou de risco. Dessa forma, o instrumento contribui com o ordenamento territorial, induzindo o crescimento ou o adensamento de regiões ou setores urbanos mais adequados (DENALDI, CAVALCANTI, SOUZA, 2015, p. 07).

Como o próprio nome retrata, o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios ocorrerão quando os imóveis não atendem a função social da propriedade, estabelecida pelo plano diretor do município. Ao aplicar o parcelamento ou edificação compulsórios em vazios urbanos, o poder público municipal estabelece um prazo para o proprietário regularizar a situação do terreno, como esquematizado na figura 03.

¹² Já em meados do século XX instrumentos semelhantes ao do PEUC já eram encontrados nos países europeus. A legislação italiana, de 1942, obrigava os proprietários a construir dentro de um prazo estabelecido, sob a pena de desapropriação do imóvel; na Espanha, em 1956, os proprietários também deveriam construir de acordo com os prazos previstos.

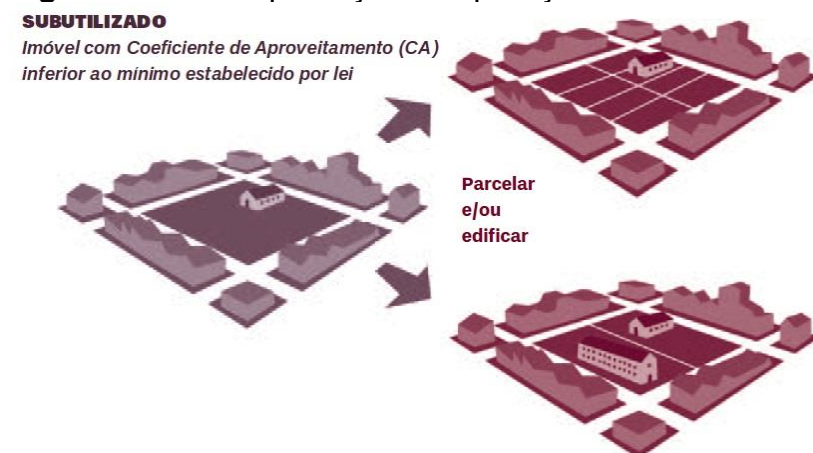
Figura 03 – Exemplificação da aplicação do PEUC em terrenos não edificados.



Fonte: DENALDI, CAVALCANTI, SOUZA, 2015, p. 27.

Já a utilização compulsória pode ser aplicada em imóveis subutilizados, cujo coeficiente de construção é menor que o estabelecido no plano diretor (figura 04). Para os imóveis não utilizados (figura 05) pelo proprietário a regra também se aplica, sendo uma prática comum no centro da cidade de São Paulo.

Figura 04 – Exemplificação da aplicação do PEUC em imóveis subutilizados

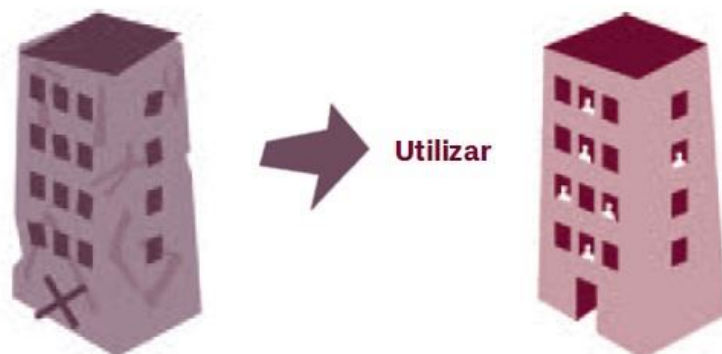


Fonte: DENALDI, CAVALCANTI, SOUZA, 2015, p. 27.

Figura 05 – Imóveis não utilizados

NÃO UTILIZADO

*Edifícios ou
outros imóveis
desocupados*



Fonte: DENALDI, CAVALCANTI, SOUZA, 2015, p. 27.

É preciso compreender que existem casos que, mesmo o imóvel não edificado ou subutilizado, ele ainda cumpre sua função social. São os exemplos os imóveis:

não edificados, mas ambientalmente protegidos, como as Áreas de Proteção Permanentes (APP), ou aqueles que exerçam função ambiental relevante, mesmo que não sejam ambientalmente protegidos e, ainda, os que apresentem restrições ambientais em função de aspectos como a natureza do solo, a declividade ou outros; subutilizados, mas de interesse do patrimônio cultural, ainda que não tenham sido objeto de tombamento; cuja configuração geométrica inviabilize a construção; que contenham faixas não edificáveis, tais como dutos, linhas de transmissão, faixas de domínio etc., desde que essas limitações comprometam completamente o aproveitamento do imóvel; nos quais se realize atividade econômica que prescindia de edificação, como estacionamentos, depósitos a céu aberto, pátios industriais etc. (DENALDI; CAVALCANTI, SOUZA, 2015, p. 32).

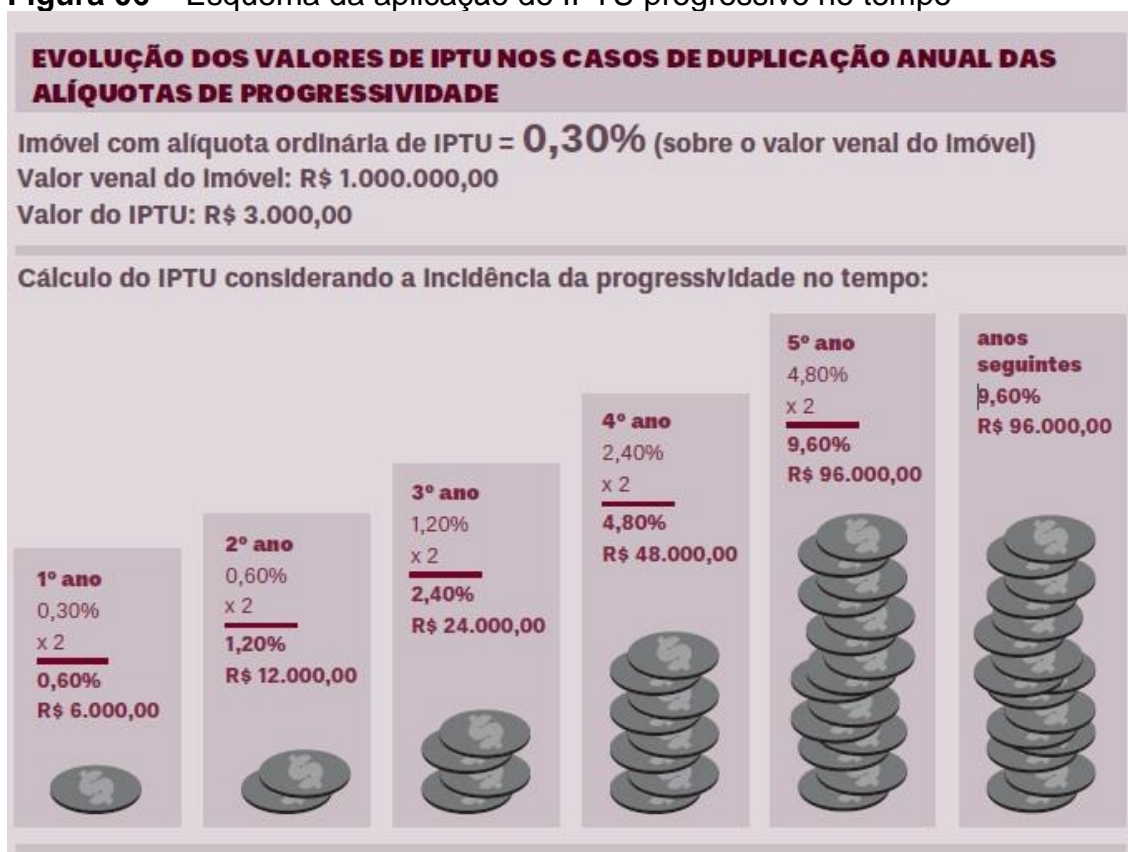
Em caso de não regularização do terreno ou imóvel, o Estatuto da Cidade estabelece em seu art. 7º “[...] à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos. (BRASIL, 2001, n. p.). Dessa forma, o IPTU progressivo no tempo é:

[...] o IPTU normal acrescido, ao longo do tempo, por um número “x” de anos, de um percentual crescente de majoração, com fins punitivos e para forçar o proprietário de um terreno comprovadamente ocioso ou subutilizado a dar a este destino que atenda, minimamente que seja ao princípio constitucional da “função social da propriedade”; e a *desapropriação*, como solução extrema (SOUZA, 2019, p. 124).

Mesmo após a aplicação do IPTU progressivo, como exemplificado na figura 06, o proprietário não tenha cumprido a obrigação estabelecida, o poder público, em consonância com o Estatuto da Cidade, “[...] poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública” (BRASIL, 2001, n. p.).

Como se pode constatar, existe legislação para combater os problemas urbanos e promover espaços democráticos. Porém, “[...] os instrumentos de planejamento, por mais relevantes e criativos que sejam, só adquirem verdadeira importância ao terem a sua operacionalização (regulamentação) e sua implementação influenciadas e monitoradas pelos cidadãos” (SOUZA, 2018, p. 321).

Figura 06 – Esquema da aplicação do IPTU progressivo no tempo



Fonte: DENALDI, CAVALCANTI, SOUZA, 2015, p. 58.

Nesse sentido, este trabalho acredita que a falta dessa discussão nos espaços escolares, assim como em outros que o próprio poder público promove, representa uma certa intencionalidade proposital de manter as coisas como elas são, pois sem o conhecimento da população para reivindicar seus direitos o capital privado organiza o território urbano a seu bel prazer, reiterando relações de poder arraigadas desde o Brasil Colônia. Um desenvolvimento que custa um alto preço para as classes mais baixas da sociedade e gerador de desigualdade social expressa nas paisagens da cidade.

II - A URBANIZAÇÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E O PLANO DIRETOR

Considerada capital regional¹³, de acordo com a classificação do IBGE (2020), São José do Rio Preto apresenta-se como uma das principais cidades do noroeste paulista, com um desenvolvimento urbano marcado pelo investimento de estruturas que dão suportes para o escoamento da produção interiorana e também pelo seu papel na área de serviços e comércios, que desempenha uma forte rede de influência, abrangendo mais de 130 municípios localizados nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás (IBGE, 2020).

No século passado, no que tange aos aspectos sociais da dinâmica urbana, a divisão espacial da população por meio dos estratos de renda fora uma constante. Uma cidade legal, construída na região central, uma outra ilegal, edificada em áreas periféricas com ausência de infraestrutura e da atuação do poder público. Ao longo de seu processo de crescimento populacional e da malha urbana, nota-se o aprofundamento das diferenças socioeconômicas entre a zona Sul e a zona Norte.

Nos anos 2000 é possível identificar na paisagem urbana o processo de segregação socioespacial, os problemas urbanos advindos de escolhas imediatistas e a ação dos incorporadores imobiliários, que conduzem junto ao poder público, uma reorganização do cenário urbano.

Para compreender algumas tendências da urbanização rio-pretense, este capítulo apresenta considerações sobre a história do município, o processo de produção do espaço urbano, do crescimento populacional e uma análise sobre o plano diretor vigente. A divisão da linha temporal dos eventos narrados foi baseada na periodicidade proposta por Francisco (2011), com algumas alterações que culminaram nas seguintes fases: o período que corresponde as primeiras décadas da cidade, 1952-1912; a aceleração do crescimento econômico e o desenvolvimento da linha férrea, entre 1912 e 1930; a modernização da cidade, entre 1930 e 1960; e os fenômenos do crescimento populacional, espraiamento urbano e o adensamento da verticalização, entre 1960 a 2000.

Nas últimas duas décadas serão realizados alguns apontamentos a respeito das perspectivas do desenvolvimento socioespacial do município, cotejando com o

¹³ “São centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de influência em comparação com as Metrôpoles. Ao todo, 97 Cidades foram classificadas como Capitais Regionais em todo o País (IBGE, 2020, p. 05). São José do Rio Preto é um importante polo em diversos ramos da economia, entre eles saúde e educação.

plano diretor do ano de 2006, e também, com a sua nova atualização aprovada recentemente pela câmara dos vereadores.

2.1 FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E O SEU DESENVOLVIMENTO URBANO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS (1852-1912)

O processo histórico, da formação territorial de São José do Rio Preto, inicia-se com a chegada dos mineiros. Luiz Antônio da Silveira, em 1843, vindo de Minas Gerais, foi um dos responsáveis pelo desbravamento das terras que já eram povoadas pelos indígenas Kaingang e local de passagem dos tropeiros (AZEVEDO, 2004).

Para Pinheiro (1992), a etnia Kaingang, localizada no noroeste paulista, foi violentamente atingida pelo processo de transformação e ocupação do território pelos colonizadores. O autor demonstra por meio de documentos históricos a resistência da população indígena durante esse processo:

Eles reagiram e interagiram, lutando, revoltando-se, fugindo, sentindo de forma dolorosa a conquista de seus territórios pelos colonizadores. Impuseram limites à conquista e desenvolveram estratégias para se relacionarem, à distância, com as frentes modernas de colonização. Talvez esse fato tenha contribuído para adiar o esbulho de suas terras pelo sistema capitalista. (PINHEIRO, 1992, p. 51).

Felicissimo Antonio de Souza Pereira¹⁴, o encarregado em realizar a catequização dos indígenas na região, traz em suas cartas a dificuldade em dialogar com os Kaingang:

[...] indo eu ao lugar onde se achavão os Índios ultimamente alojados, levando em minha companhia para servirem de interpretes dois Índios manços (mas talvez de outra tribo) afim de os induzir a relacionarem-se conosco para então melhor catequiza-los. Empregando todas as maneiras ao meu alcance, foram baldadas, não querem relações e achão-se bastante enfurecidos, e nem atenderão o que lhes disseram os Indios que eu levei. (PINHEIRO, 1992, p. 109).

Em São José do Rio Preto, o choque entre as civilizações também ocorreu e presença da Igreja Católica é uma constante no processo de territorialização do novo vilarejo. Em 19 de março de 1852, Luiz Antônio da Silveira doa parte de suas terras para a Igreja Católica, em nome do seu santo protetor, São José das Botas (AZEVEDO, 2004), criando o núcleo urbano do distrito rio-pretense, sob uma área de espigão, cortada pelos córregos Canela e Borá. A região ficou conhecida como oeste pioneiro, por ser uma das primeiras fronteiras de ocupação do oeste paulista

¹⁴ Optou-se por deixar seus escritos no original, sem alterar para as normas vigentes de ortografia.

(VASCONCELOS, 1992), como é possível notar no mapa de estado de São Paulo, do ano de 1900, da figura 07.

Figura 07 – Mapa do Estado de São Paulo em 1900



Fonte: INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO, 2020.

Ao redor da vila, ocorre o processo de transformação da paisagem, da mata original, transição entre Mata Atlântica e Cerrado, para as fazendas de café, principal elemento de povoamento da época (MONBEIG, 1988).

O cultivo agrícola atraiu contingentes populacionais não apenas para o campo, mas também para o meio urbano, “[...] onde foram incrementadas as funções comerciais e de prestação de serviços, que, por sua vez, contribuíram para o processo embrionário de crescimento do tecido urbano” (AZEVEDO, 2004, p.107-108). Azevedo (2004), alerta que essa dinâmica trouxe, para as autoridades locais, a necessidade de ações voltadas para o direcionamento da organização do espaço urbano.

Com o advento do café na região¹⁵ as atividades do núcleo urbano foram se estruturando, o comércio e os serviços desempenhavam o papel de suprir as

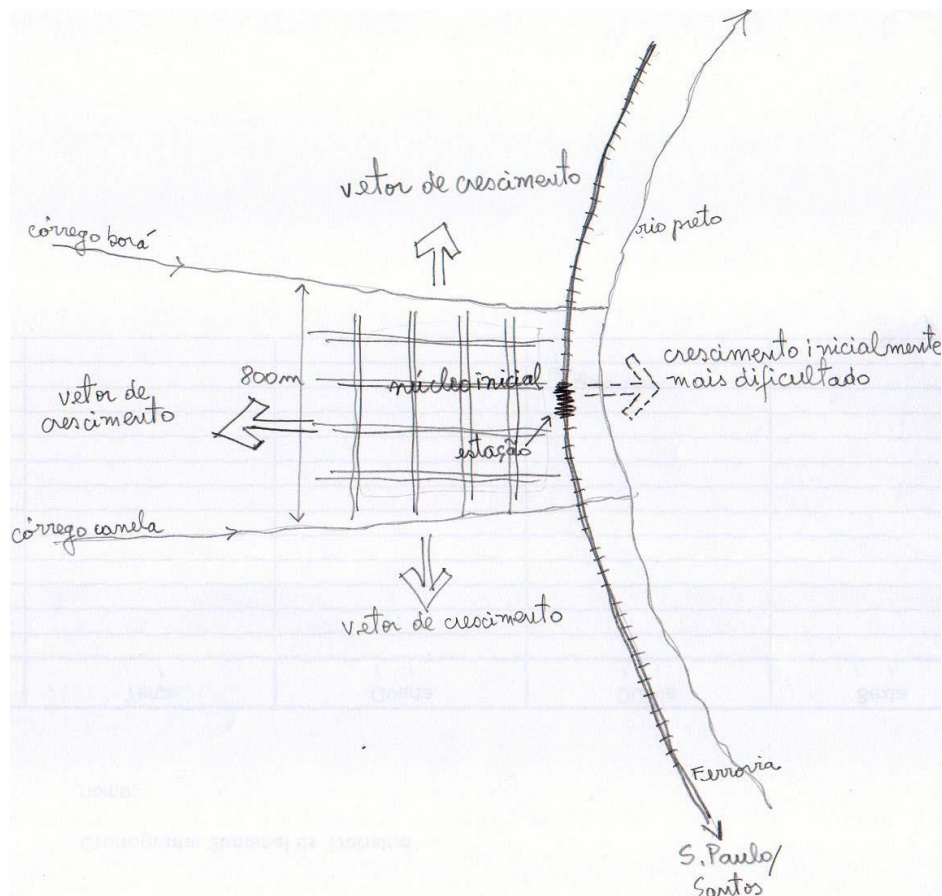
¹⁵ A região de São José do Rio Preto também tinha cultivos secundários, como feijão, milho, arroz e algodão. Na pecuária, a criação de suínos se sobressaía. (MONBEIG, 1998).

necessidades do entorno, ofertando “[...] sal, açúcar, óleo vegetal, tecidos, aguardente, fumo de corda, utensílios domésticos e munição para armas de caça” (AZEVEDO, 2004, p.68). Esse protagonismo e a articulação da política local foram importantes para São José do Rio Preto se desmembrar, em 1894, de Jaboticabal, sendo assim, elevado à categoria de município. Sobre esse assunto, Vasconcelos pontua:

[...] a emancipação dos municípios constituiu-se no principal marco da consolidação do poder local e essa afirmação de autonomia relativa escorou-se, de um lado, na dinâmica econômica experimentada pela região e, de outro, articuladamente, na dinâmica política (em outras palavras: o potencial de votos) que poderia ser mobilizado pelas lideranças regionais (VASCONCELOS, 1992, p. 29).

O ano após ser elevada à categoria de município, Rio Preto contava com 800 habitantes na cidade e na área rural 12.500 (AZEVEDO, 2004). Nesse período, a igreja solicita para que o engenheiro italiano, Ugolino Ugolini, elaborasse a planta da futura cidade (figura 08). “O traçado do engenheiro planejava a cidade com ruas largas, que se cruzavam em ângulo reto, como um tabuleiro de xadrez, dividindo a área em quarteirões e estes em datas” (AZEVEDO, 2004, p. 108).

Figura 08 – Primeiro desenho sobre a planta da cidade.



Fonte: AZEVEDO, 2004, p.109.

Nesse período, nas primeiras décadas do surgimento de Rio Preto, é notável a influência das atividades do campo para o desenvolvimento do espaço urbano. A elite cafeeira sente a necessidade de ter um local para o escoamento da produção, dotado de infraestrutura e de uma rede mínima de comércio e serviços para suprir determinadas demandas. É nesse cenário que a estação ferroviária surge intensificando o processo.

2.2 A ESTAÇÃO FERROVIÁRIA: UM NOVA REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO (1912 -1930)

A partir de 1912, com a chegada da Estrada de Ferro Araraquarense (EFA), uma nova gama de fixos e fluxos alteram significativamente o espaço urbano e suas relações com o campo. A cidade fortalece seu papel central nas relações comerciais e de serviços, além de tornar-se um eixo central na região para o escoamento da produção agrícola e dos manufaturados (FRANCISCO, 2011).

O fluxo de pessoas também aumentou de maneira gradativa. Todos os dias, por meio dos trens, o município recebia contingentes populacionais que aceleram a sua taxa de crescimento. Para ilustrar, antes da chegada da EFA, a população urbana era de 1.200 habitantes, em 1929, saltou para os 27.800, sendo que no final dessa década já existiam 4 mil prédios presentes na paisagem urbana (CAVALHEIRO, LAURITO, 1929).

O período também foi marcado pela imigração estrangeira. Em Rio Preto, entre 1923 e 1932, “[...] o número de fazendas de café de propriedade de imigrantes estrangeiros na região rio-pretense cresce de cerca de 4.500 para mais de 11.100, dos quais 76% e 58% respectivamente eram de italianos”. (VASCONCELOS, 1992, p.36).

Vasconcelos (1992), elucida que, entre 1910 a 1930, a rede urbana do oeste de São Paulo consolida-se, composta pelas regiões administrativas de Araçatuba, Marília, Rio Preto e Presidente Prudente. O processo foi propiciado, na concepção do autor, pela imigração estrangeira, o desenvolvimento do café e a estruturação de ferrovias. Nesse período, já eram 20 municípios que faziam parte da área de influência de São José do Rio Preto.

Como é possível observar, na figura 09, as 04 regiões administrativas citadas foram locais que tiveram a implementação de estações ferroviárias. No caso de Rio Preto, somente em 1933 a ferrovia Araraquarense se expande e implementa uma estação em Mirassol, e em 1941, uma outra em Bálamo. (RIBEIRO, 2019).

Figura 09 – Mapa das linhas férreas do Estado de São Paulo.



Fonte: FARINA, 2018, n.p.

Para Monbeig (1988), nos anos de 1920 surgiram novas funções desenvolvidas no setor de serviços, como o ramo financeiro e bancário, atendendo aos fazendeiros de café dessa região. O setor da educação também se destaca nesse processo:

Aumentando a população, tornando-se os meios de comunicação cada vez mais fáceis, continua a firmar-se o papel escolar da cidade pioneira. Os internatos públicos ou privados recebem filhos e filhas dos fazendeiros, dos comerciantes, dos advogados e dos médicos, que moram nos patrimônios longínquos. De manhã e de tarde, nos trens, encontra-se grande número de adolescentes e crianças, que residem nas cidadezinhas próximas do grande centro urbano (MONBEIG, 1988, p. 367-368).

No caso da saúde, o município se destacava na oferta de tratamentos clínicos. Monbeig (1988, p. 368) explicita que, “[...] para um tratamento mais delicado ou em longo prazo, devem os desbravadores dirigir-se aos médicos de Rio Preto, Marília ou Londrina”.

Ainda na década de 1920, alguns ramos industriais começaram a surgir, como é o caso da indústria alimentícia e têxtil, ampliando nas décadas posteriores, com atividades ligadas ao mobiliário e minerais não metálicos (AZEVEDO, 2004). Para

Vaconcelos (1992), alguns setores industriais surgem a partir da necessidade de descentralizar a oferta de determinados produtos vindos da capital paulista.

Levando essa discussão para o campo da produção espacial, Santos (2017) esclarece de como a técnica, presente no território, sempre está associada com o fato político. A ideia de urbano extrapola as conexões estritas de produção, distribuição, circulação e trocas (CARLOS, 2019a). Para Carlos (2019a), os processos de produção espacial do meio urbano devem ser ampliados para análises sobre as determinações sociais, políticas, ideológicas e jurídicas.

A divisão espacial do trabalho vai aprofundando as relações complexas em torno da urbanização, gerando novas forças produtivas que estão associadas as técnicas presentes na configuração territorial (CARLOS, 2019a). Nesse sentido, a história da urbanização rio-pretense parece ser um exemplo concreto dessa lógica elencada. Para o seu crescimento urbano foi necessária a constituição de um poder local com capital, um aprofundamento da divisão do trabalho e as técnicas engendradas sob o território, crucial para a circulação de mercadorias e da reprodução do capital.

2.3 O INÍCIO DA MODERNIZAÇÃO (1930-1960)

A cidade passa por profundas transformações na sua forma urbana, com o planejamento voltado para modernizar determinadas áreas e não necessariamente combater problemas de ordem social. É nessa época que se intensificam as verticalizações, como a construção do prédio Caramuru (atualmente Hotel Itamarati), em 1939, conforme representado na figura 10 (FRANCISCO, 2011).

Outro aspecto de modificação da paisagem urbana foi a canalização dos córregos Borá e Canela. O então prefeito da época, Alberto Andaló, em 1956, promulga uma série de decretos que autoriza o processo de construção das duas das principais avenidas da cidade: Alberto Andaló (sob o córrego Canela) e Bady Bassitt (sob o córrego Borá) (ARANTES, 1997).

Figura 10 – Hotel Itamarati, construído em 1939.



Fonte: Acervo do autor, 2020.

O projeto, elaborado pelo Engenheiro Eiras Garcia, em 1957, contemplava o primeiro plano de zoneamento do município e propunha uma série de medidas, como “[...] a execução de um plano viário, a implementação de áreas verdes e outros equipamentos urbanos” (ARANTES, 1997, p. 117). Santos (2013, p. 51) aponta que Eiras Garcia, em seu relatório intitulado “Estudos da Urbanização da Cidade”, apresenta uma série de problemas urbanos: inexistência de espaços livres, falta de legislação de controle urbano, dimensões inadequadas de quadras e lotes, largura estreita das vias públicas, falta de profissionais, especulação imobiliária, entre outros.

Ocorre também a construção e urbanização do parque da represa municipal, sendo mais tarde, entre 1987 e 1990, sob o comando dos arquitetos Jamil José Kfourri e Myrthes Baffi, projetado os três lagos da represa, cartão postal da cidade (figura 11) até os dias de hoje (TEODÓZIO, 2008).

Figura 11 – Represa de São José do Rio Preto.



Fonte: ROCHA, 2021, n.p.

As rodovias também começavam a ganhar relevância para o cenário econômico da cidade. Para Azevedo (2004, p. 36), o entroncamento rodoferroviário contribuiu para consolidar a condição do município de “[...] polo regional capaz de estender sua influência sobre as parcelas de territórios de Estados vizinhos, como são os casos de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e até mesmo Goiás”.

Na área rural, as estruturas também se alteraram, com a implementação gradativa do cultivo de algodão nas propriedades agrícolas. Mesmo assim, o café mantém sua expressividade, tanto que em 1935, a região de Rio Preto correspondia por 17% da produção de café do estado (VASCONCELOS, 1992).

Vasconcelos (1992) aponta que a importância do ciclo do café e algodão, associado com a malha ferroviária, vai perdurar de 1940 a 1970. Após esse período, identifica-se o esgotamento das atividades, consequência direta das políticas a nível nacional e da estruturação das atividades econômicas voltadas para os entroncamentos rodoviários.

A modernização da agropecuária também trará alterações importantes para o município:

[...] a valorização da terra e o aprofundamento da concentração fundiária. O englobamento dos sítios pelas fazendas e a crescente mecanização das atividades rurais provocaram a expulsão de parcela significativa da força de trabalho rural. Os camponeses pobres sem o acesso à terra, evadiram-se para a cidade, por não encontrarem modos de sobrevivência na economia rural modernizada, incrementando o processo de urbanização” (AZEVEDO, 2004, p. 52).

A nova configuração, das relações produtivas e territoriais, trouxe para a cidade uma horda de trabalhadores rurais, que passaram a morar distante do centro urbano. Longe da alçada do poder público e da fiscalização ocorreu a apropriações de terras. Esse processo dá início a construção de uma periferia carente de recursos.

2.4 CRESCIMENTO POPULACIONAL E ESPRAIAMENTO URBANO (1960-2000)

A explosão demográfica marca o período elencado e traz consequências para o meio urbano, como os loteamentos ilegais e a consolidação de uma área periférica sem os instrumentos públicos básicos. A população¹⁶ salta de 65 mil, em 1950, para 188 mil, em 1980 (FRANCISCO, 2011).

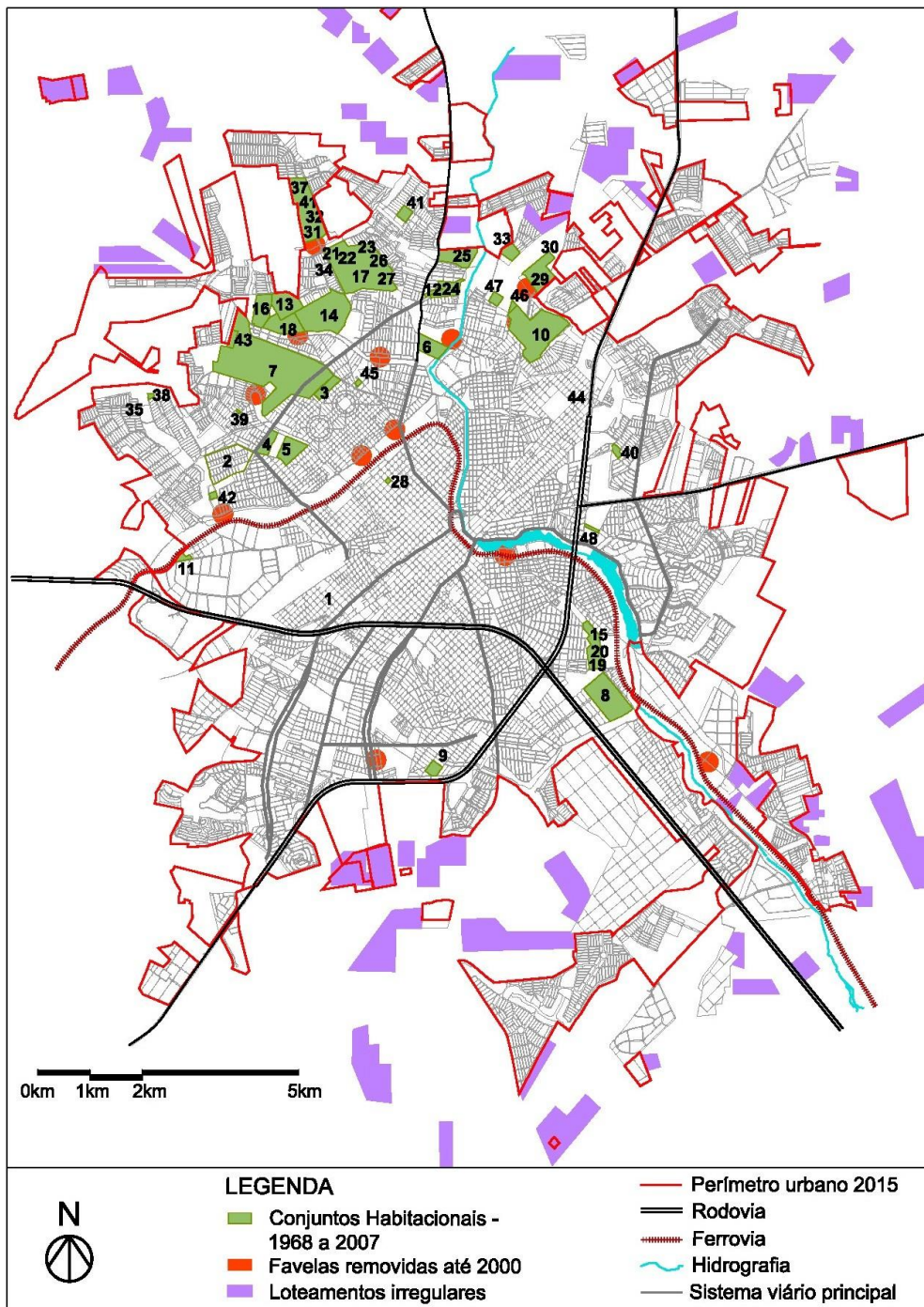
De acordo com Bueno (2002), na década de 1980, a cidade apresentava mais de 8 mil metros quadrados de loteamentos ilegais. Francisco (2011) aponta que esse processo se deu, sobretudo, entre a década de 1980 e 1990. Para a autora, os loteamentos ilegais eram implementados nas áreas periféricas, intensificando o espraiamento da cidade (figura 12).

Azevedo (2004), alerta que, na década de 1990, apenas as zonas oeste e sudoeste eram possíveis verificar a quase inexistência de loteamentos ilegais. O autor explica essa tendência:

Essas duas zonas sempre foram naturalmente atrativas à locação dos condomínios fechados, portanto, de melhor padrão e destinados à elite. Outras razões para esse fato podem estar ligadas às presenças, nessas duas zonas: do Clube de Campo Palestra e da Fazenda do Estado; do Aeroporto Estadual “Prof. Eriberto Manoel Reino”, inaugurado oficialmente em 19/03/1959, com área de 21ha, distando do centro da cidade cerca de 4 km; do Instituto Penal Agrícola-IPA, de controle estadual, com uma área de 919,2ha, distante da Zona Central cerca de 5 km; e dos trilhos da atual Ferrobán, que atravessam o centro da cidade. Essas denominadas “barreiras institucionais”, além de terem dificultado a proliferação dos loteamentos ilegais, também se constituíram em verdadeiros obstáculos ao pleno desenvolvimento urbano da cidade. (AZEVEDO, 2004, p. 164).

¹⁶ No final da década de 1970, cerca de 95% da população já residia na zona urbana (AZEVEDO, 2004).

Figura 12 – Conjuntos habitacionais implantados entre 1968-2007 e loteamentos irregulares.



Fonte: OTERO, 2016, p. 145.

Já os loteamentos populares, criados pelo poder público, se localizam longe das áreas mais elitizadas e desejadas pelo mercado imobiliário, estimulando a segregação socioespacial:

Quanto à distribuição espacial da população por faixa de renda, cabe destacar que a população pobre da cidade está sendo alocada (através dos programas públicos de loteamentos populares e de auxílio à autoconstrução)

quase exclusivamente, a partir de 1986-1987, na região Norte da área urbana, numa ampla franja periférica limitada pelos eixos Noroeste e Nordeste a partir do Centro. (VASCONCELOS, 1992, p. 137).

Os incorporadores imobiliários ditam as regras do processo de organização espacial. Na década de 1990, o que se observava, era a continuidade da distribuição de loteamentos populares na zona norte da cidade, pouco valorizada. E nas “[...] zonas Sudeste e Leste, concentraram-se os condomínios fechados às classes mais aquinhoadas”. (AZEVEDO, 2004, p. 164).

Já na parte sul e sudeste vemos a predominância de condomínios horizontais e por loteamentos com terrenos de áreas unitárias mais elevadas.

O processo de periferização da cidade de São José do Rio Preto ao longo dos anos setenta e até meados da década de oitenta, deu-se de maneira semelhante ao da maioria dos centros urbanos em rápida expansão no país: em primeiro lugar, como um processo de alocação da população de baixa renda, em segundo lugar como um mecanismo de alargamento do perímetro urbano pela incorporação de novas e amplas faixas de terra urbana (e aí, não necessariamente dirigida à formação de bairros pobres) e, finalmente, como um artifício para a criação de novas áreas de valorização especulativa da terra urbana, os chamados “vazios urbanos” que são áreas intersticiais beneficiadas pela extensão da implantação dos principais serviços públicos às novas zonas periféricas da cidade (VASCONCELOS, 1992, p. 134).

Como discutido no capítulo anterior, Rio Preto segue a tendência de crescimento urbano de muitas cidades brasileiras. Uma área central, com estrutura urbanística e instrumentos públicos, uma periférica, edificada sem a observância do poder público e de sua assistência. Para Azevedo (2004, p. 60), no caso da referida cidade, “[...] as camadas ditas populares da sociedade fixaram-se nos bairros mais afastados, onde parte expressiva delas permaneceu praticamente excluída dos chamados benefícios da modernização”.

Santos (2013, p. 139) também reflete sobre o novo cenário:

A partir da década de 1990, administração municipal de São José do Rio Preto passa a ter um novo posicionamento em relação à gestão urbana, pautado no empreendedorismo como resposta à reestruturação econômica. Tem como foco de atuação as intervenções em projetos urbanos, em parcerias público-privadas e na flexibilização dos padrões urbanísticos de uso e ocupação do solo. (SANTOS, 2013, p. 139)

A prefeitura, em um diagnóstico elaborado em 1980, admite os problemas e os classificam em 4 fundamentais: o progressivo empobrecimento da população, localizada em áreas periféricas; êxodo rural; a expansão industrial; e a especulação imobiliária (VASCONCELOS, 1992).

Outra tendência, que marcou o período analisado, foi a perda da importância, após a década de 1970, dos cultivos de café e algodão, associada com a decadência da malha ferroviária (VASCONCELOS, 1992). Azevedo (2004) relata uma nova reestruturação do campo na região administrativa:

[...] após a década de setenta, ocorre uma expansão das culturas permanentes de laranja e cana-de-açúcar, enquanto algumas culturas temporárias, como o milho e o arroz, tiveram uma certa redução de suas áreas de cultivo. Nas pastagens, predominantemente artificiais, ocorre um incremento da criação do rebanho bovino, tanto leiteiro quanto de corte, para a produção de matérias-primas demandadas pelas indústrias, especialmente de laticínios, de frigoríficos e de couro (AZEVEDO, 2004, p. 54).

Atrelada a esse processo, ocorreu um fortalecimento das rodovias, não apenas na região analisada, mas em todo o território nacional. O período de 1960, em diante, observa-se um investimento intenso na construção da malha rodoviária em todo o país. Em Rio Preto, três rodovias¹⁷ são implementadas: a pavimentação da SP 310, entre 1954 e 1956; a SP 425, entre 1960 e 1961; e o trecho da BR 153, em 1970.

No início, as rodovias foram dificultadores da expansão da malha urbana rio-pretense, por isso, foi necessário construir locais que permitiam a ligação entre os dois lados, como aponta Azevedo:

A presença da BR 153, passando na direção NE-SW, e da SP 310, na direção E-W, ambas atravessando o perímetro urbano, especialmente nos trechos onde houve rebaixamento do terreno para viabilizar sua instalação, foi considerada, ao longo de muitos anos, como um fator de direcionamento e até mesmo de contenção da própria expansão urbana. Graças à construção de interligações, como os viadutos e passarelas, estas rodovias deixaram de ser consideradas barreiras à ocupação do solo, permitindo, assim, a livre circulação de pessoas e bens econômicos, o que, por sua vez, conduziu a uma nova expansão do tecido urbano, tanto a leste (para além da BR 153), quanto ao sul (para além da SP 310) da cidade” (AZEVEDO, 2004, p. 124).

A diversificação industrial também foi acelerada, alguns ramos procuravam “[...] maior proximidade com as fontes de matérias-primas (oleaginosas, citrus, carnes, leite, cana-de-açúcar, látex, etc)” (AZEVEDO, 2004, p. 53). Azevedo analisa esse processo:

No início dos anos setenta, respondendo ao incentivos promovidos pela Prefeitura Municipal, muitas fábricas instalaram-se na cidade, dedicando-se, especialmente, aos seguintes ramos industriais: metalurgia, móveis em geral, artefatos de papel, confecções, artefatos de plástico, artefatos de cimento/concreto, beneficiamento de café, produtos químicos, construtoras, fundição, artefatos de couro, beneficiamento de algodão, bebidas

¹⁷ As rodovias elencadas ligam Rio Preto às seguintes regiões: SP 310 – São Paulo; SP 425 – sul de Minas; BR 153 – sul de Goiás, Brasília e norte do Paraná.

(refrigerantes), artefatos de borracha, fiação de seda, artefatos de espuma, beneficiamento de arroz, artefatos de vidro e produtos alimentícios (AZEVEDO, 2004, p. 59).

A partir de 1980¹⁸, outros dois ramos industriais surgem - associado com o início do cultivo de cana-de-açúcar e laranja - que são aqueles voltados para a produção de suco cítrico e de etanol (VASCONCELOS, 1992).

A modernização, encabeçada pelo poder público, também continua privilegiando as áreas centrais. Entre 1963 e 1968, sob a administração do Prefeito Loft João Bassitt, constroem-se o Paço Municipal, Câmara Municipal, Teatro Municipal, Estádio Alberto Andaló e a reforma do Estádio Mário Alves Mendonça (AZEVEDO, 2004).

Nessa esteira, encabeçada pela iniciativa privada, teve-se a criação do calçadão, entre 1979 e 1982, e do Riopreto Shopping, em 1989, com investimento de 26 milhões de dólares (VASCONCELOS, 1992).

As ações da prefeitura estavam imbricadas com os desejos da iniciativa privada. Para Francisco (2011, p. 137), a cidade passa a ser construída por “[...] empresas altamente capitalizadas, em consórcios com grandes bancos nacionais, respaldadas pelo Poder Público em sua política de planejamento estratégico”.

2.5 CONDOMÍNIOS FECHADOS, SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E O PAPEL DO PLANO DIRETOR (2000-2020)

Como foi possível observar, os problemas do espaço urbano rio-pretense não são recentes, eles vieram de um longo processo histórico, iniciado no século passado. Os agentes e os fenômenos da produção do espaço já são velhos conhecidos, a diferença são as novas maneiras de se apropriar do território e realizar a reprodução do capital.

Nesse sentido, continua-se aprofundando a segregação socioespacial, de um lado da cidade a proliferação de condomínios fechados, sejam eles horizontais ou verticais, de outro, bairros da classe desfavorecida, em determinadas localidades da

¹⁸ A relevância industrial, entre os anos de 1970 em diante, fez com que o poder público criasse os dois primeiros distritos industriais. Um no ano de 1970, intitulado Waldermar de Oliveira Verdi, e outro, Carlos de Arnaldo e Silva, em 1983.

cidade, reforçados inclusive pelo poder público, por meio do programa Minha Casa, Minha Vida¹⁹, como a pesquisa de Meireles e Castro (2017) aponta.

Um outro incômodo bastante conhecido, que perpassa a história da produção espacial de Rio Preto, é a ocorrência de vazios urbanos. Um crescimento desordenado, para além da área periurbana, que estimulou o aparecimento de áreas sem função social no perímetro urbano. Sobre esse assunto, Vasconcelos pontua:

O processo de periferização da cidade de São José do Rio Preto ao longo dos anos setenta e até meados da década de oitenta, deu-se de maneira semelhante ao da maioria dos centros urbanos em rápida expansão no país: em primeiro lugar, como um processo de alocação da população de baixa renda, em segundo lugar como um mecanismo de alargamento do perímetro urbano pela incorporação de novas e amplas faixas de terra urbana (e aí, não necessariamente dirigida à formação de bairros pobres) e, finalmente, como um artifício para a criação de novas áreas de valorização especulativa da terra urbana, os chamados “vazios urbanos” que são áreas intersticiais beneficiadas pela extensão da implantação dos principais serviços públicos às novas zonas periféricas da cidade (VASCONCELOS, 1992, p. 134).

Atualmente, existem áreas na cidade pertencentes ao perímetro urbano que estão em pousio social. Em alguns setores da zona Sul (figura 13) observa-se a ação de plantar alguma cultura agrícola ou praticar a pecuária como forma de legitimar a função social da propriedade, mesmo não se classificando como terras agrícolas e pagando o IPTU, ao invés do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

¹⁹ Criado pela Medida Provisória nº 459/2009 e instituído pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, o PMCMV é o maior programa habitacional já realizado no país. Através dele, as famílias de baixa renda conseguem subsídios para financiar sua casa própria. De acordo com Meireles e Castro (2017), os subsídios eram dados de acordo com a renda dos indivíduos, divididos em três faixas: de 1 a 2 salários mínimos, 3 a 6 salários mínimos, e 7 a 10 salários mínimos. De 2009 a julho de 2019, foram entregues mais de 4,3 milhões de unidades residenciais.

Figura 13 – Áreas em pousio social na zona Sul de Rio Preto. No entorno, condomínios fechados horizontais.



Fonte: Acervo do autor, 2020.

Sobre os condomínios fechados horizontais, continua a tendência de serem localizados, principalmente, nas regiões Sul e Sudeste como é possível inferir por meio das análises de Otero (2016) e de seu mapa da figura 14.

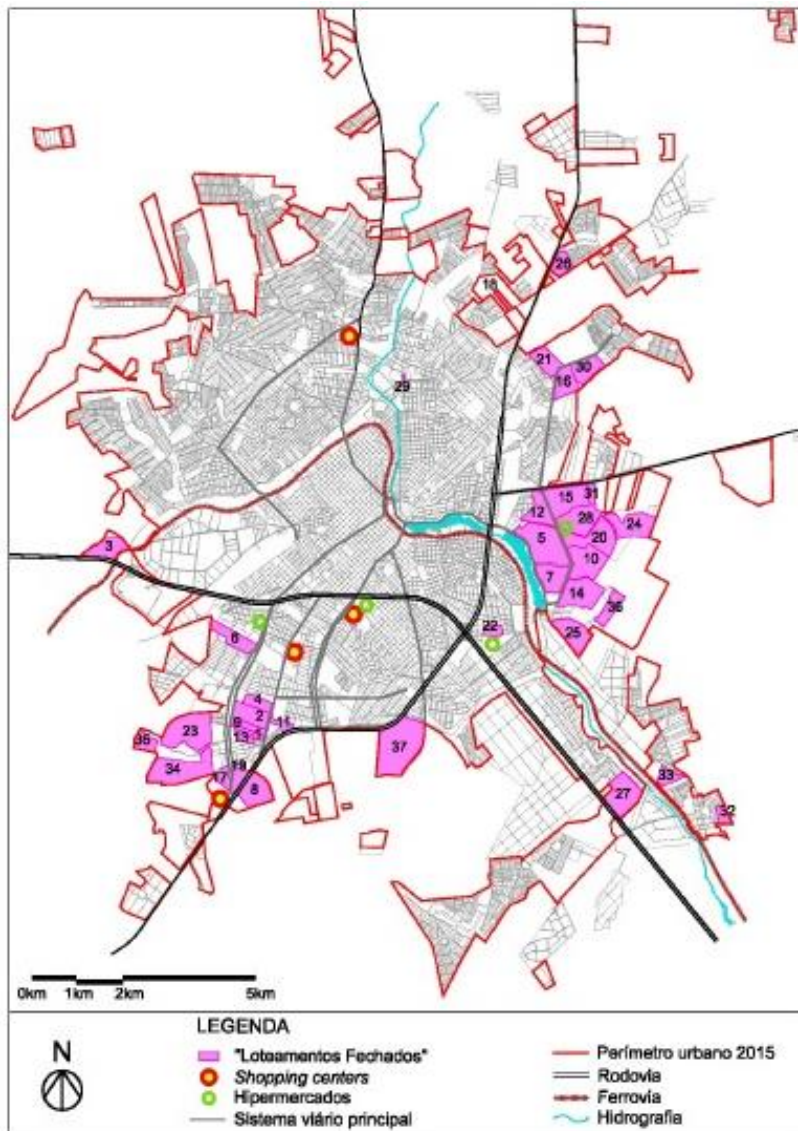
Barroso (2010), analisa esse processo e ressalta que, a partir da década de 1990, o mercado imobiliário oferece apenas parcelamentos em condomínios fechados para as classes mais altas. Este é o novo modelo de habitar dos ricos, o enclausuramento em espaços onde o nível econômico é relativamente homogêneo.

Rodrigues (2018) traz em diversos de seus trabalhos críticas sobre as consequências dos condomínios fechados, entre eles o enfraquecimento da dinâmica urbana e o estímulo a segregação socioespacial. A autora ressalta que “para combater o medo da violência e, principalmente, valorizar o produto imobiliário, o setor imobiliário, valendo-se do direito de propriedade, produz uma reengenharia do espaço” (RODRIGUES, 2018, p. 160).

Os trabalhadores produzem a cidade e dentre dela os loteamentos murados e as moradias. São contratados, em geral, como trabalhadores precários da

indústria de construção civil e similares. Os incorporadores imobiliários lucram com a exploração da força de trabalho. Quando a área da cidade onde trabalham está “pronta” para entrar no circuito mercadoria, eles devem desaparecer. Como não desaparecem, moram em lugares precários decorrentes dos baixos salários e do preço da terra e das edificações urbanas. São considerados os bandidos, os incultos que devem ficar de fora dos muros ou apenas entrar na área murada para continuar a vender sua força de trabalho como domésticos, jardineiros etc. São proibidos de entrar nas áreas muradas para que haja garantia de “segurança” para os proprietários/moradores que vivem intramuros (RODRIGUES, 2018, p. 163).

Figura 14– Condomínios fechados horizontais em São José do Rio Preto.



Fonte: OTERO, 2016, p. 235.

Dessa forma, Rodrigues (2018) entende que os condomínios fechados criam uma cidade segmentada e fragmentada. Para Rolnik (1998, p. 150-151), eles viram as costas ao espaço público e representam “[...] uma postura antiurbana, contrária a qualquer mistura de usos ou de classes, e muito dependente do transporte individual.

Já no que tange aos programas de habitação popular, os estudos de Meireles e Castro (2017) apontam que a principal área escolhida pelo poder público para implementar loteamentos foi a região norte. Dentre os projetos de habitação, o Programa Minha Casa Minha Vida²⁰ é de maior expressividade em Rio Preto.

O bairro Parque Nova Esperança é fruto do programa do governo federal, ele é composto por 2.491 casas, com áreas entre 36 e 38 m² (2 quartos, sala, cozinha, banheiro, área de serviço e garagem descoberta). “Foi um dos maiores conjuntos do Brasil construídos pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, com uma população estimada de cerca de 10 mil pessoas” (MEIRELES, CASTRO, 2017, p. 228).

Mesmo com avanços sociais para os rio-pretenses, projetos como esse também geram críticas, principalmente pelas áreas escolhidas distante do centro urbano - mesmo existindo diversos locais impregnados de vazios urbanos – e a falta de infraestrutura e dos instrumentos coletivos. Sobre esse assunto, Meireles e Castro ressaltam:

[...] a padronização das unidades e a produção de bairros monofuncionais têm gerado impactos ao ambiente urbano que afetam suas três dimensões: a social, a econômica e a ambiental. São frequentes os registros, em conjuntos habitacionais populares, de intensas impermeabilizações do solo natural, de deslocamentos e erosão de terra, de acréscimo na demanda por infraestrutura, de baixa mobilidade e carência de acesso a comércio, serviços e empregos, e de aumento do custo de vida das famílias, que são obrigadas a realizar viagens diárias em busca por cidade servida de infraestrutura, bem como locais que possibilitem oportunidade de trabalho e, por conseguinte, mecanismos de reprodução da vida urbana. (MEIRELES, CASTRO, 2017, p. 220).

Os referidos autores também alertam que, no período analisado, a região sul recebia a maior parcela de investimentos públicos, ao passo que existiam outras regiões mais carentes, como a norte e a leste (MEIRELES, CASTRO, 2017, p. 220).

Para se ter ideia do drama da desigualdade entre as regiões de Rio Preto, Azevedo (2004) aponta que os índices de mortalidade infantil na zona norte eram até 6,5 vezes maiores que os registrados na zona sul. Ainda sobre bairros cuja população não tem garantida o seu direito à cidade, Meireles e Castro pontuam:

[...] os projetos de produção em massa de unidades habitacionais se transformaram em repositórios dos setores de mais baixa renda das cidades, de desempregados e/ou de populações precariamente inseridas nos sistemas de emprego formal das cidades. Segregados do resto da cidade, esses grandes conjuntos se transformaram em ilhas de pobreza e, mais recentemente, de concentração de problemas sociais, como a presença de

²⁰ Era necessário que a população se enquadrasse em uma das 3 faixas de renda para acessar o benefício. A faixa 01, a mais baixa, exigia-se que a família ganhasse de 0 a 2 salários mínimos (MEIRELES, CASTRO, 2017).

tráfico de drogas, de violência doméstica [...] (MEIRELES, CASTRO, 2017, p. 220).

Diante de todos os problemas levantados, é crucial ressaltar que o aparato legislativo, que normatiza a política urbana, foi banalizado. Azevedo (2004) alerta que o zoneamento sempre foi divergente com as premissas e objetivos elencados nos planos diretores produzidos pela cidade de Rio Preto:

Todos esses planos foram ignorados pela sociedade rio-pretense no geral, e especialmente pelos seus principais atores, incluindo o Poder Executivo, ao mostrar-se omisso na gestão dos mesmos, e o Poder Legislativo (muitas vezes sob pressão do Executivo e de grupos empresariais poderosos) ao aprovar ou propor emendas e leis de Zoneamento e Parcelamento em desacordo com as diretrizes básicas dos referidos planos. (AZEVEDO, 2004, p. 172).

Essa perspectiva reafirma o que Maricato (2014), Villaça (1999) e Souza (2018) abordam sobre os planos diretores, que muitos deles são engavetados ou apresentam objetivos e diretrizes superficiais para o planejamento do município. Além disso, as escolhas da produção do espaço urbano, ditadas pela regra do mercado imobiliário, sedimentou o processo de segregação socioespacial, com a zona norte representando o local de moradia da classe trabalhadora, e sobretudo, a zona sul, a classe privilegiada.

No caso do recorte analisado, Azevedo pontua:

já existia uma tradição, de praticamente um século, de elaboração de planos diretores e de legislação de regulação urbanística em São José do Rio Preto. Porém, tratava-se daqueles velhos Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado, que tudo prometiam, mas que não possuíam os instrumentos para induzir a implementação do modelo idealizado, o que explica a ineficácia da aplicação de todos eles (AZEVEDO, 2004, p. 176).

No plano diretor de 1992, o autor ressalta que apenas oito diretrizes, dentre mais de 70, foram completamente implementadas, como a construção de um ginásio de esporte a implementação de um programa de recomposição da mata ciliar. Outras cinco diretrizes foram implementadas parcialmente, entre elas a criação de um polo de alta tecnologia, utilizando parte da área do Instituto Penal Agrícola (IPA) (AZEVEDO, 2004).

Já os dois últimos planos, promulgados após a vigência do Estatuto da Cidade, observa-se um maior comprometimento com a normatização do solo urbano e a coibição de práticas especulativas, porém sem efeito prático.

O plano de 2006 tinha como diretrizes gerais promover:

I. a atratividade e a viabilidade econômica do Município, respeitando suas características e vocações econômicas em prol de seu desenvolvimento; II. a função social da propriedade; III. a gestão participativa e democrática da cidade; IV. a qualidade de vida e do meio ambiente, assim como da justiça social, reduzindo as desigualdades e a exclusão social; V. a equidade de oportunidades e de acessibilidades aos equipamentos e aos serviços públicos a todos os munícipes (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2006, p. 01).

No campo econômico, alguns objetivos foram perseguidos, como o fortalecimento da cidade como centro de referência em saúde e atualização dos bancos de dados com informações necessárias para atrair os agentes econômicos. Outros, como evitar a monocultura da cana-de-açúcar e estimular o associativismo foram pouco promovidos.

Na área de habitação, o objetivo de fomentar a ocupação das glebas não utilizadas ou subutilizadas não foi percorrido. Na área de meio ambiente, a preocupação da última década com os córregos e as florestas urbanas aumentou. Na área educacional alguns projetos são desenvolvidos no município, voltados para a conscientização ecológica. Outra preocupação é o uso de agrotóxicos em áreas de microbacias.

Na mobilidade urbana, a discussão em torno da transposição da linha férrea para fora do centro da cidade foi concretizada. O projeto está em andamento, porém o objetivo de revitalizar a Estação Ferroviária da EFA fracassou, mesmo com algumas tentativas.

Das tratativas relacionadas à especulação imobiliária, o plano diretor traz toda a parte legislativa presente no Estatuto da Cidade, mas sem um aprofundamento prático. Nessa parte, não há nenhum objetivo ou diretrizes traçadas.

A lei também prevê quais são os casos que ficam excluídos da obrigação de parcelamento, edificação ou utilização compulsória. São eles:

I – utilizados para instalação das seguintes atividades econômicas: a – terminais de logística; transportadoras; garagem de veículos de transporte de passageiros. II – que exercem função ambiental essencial, tecnicamente comprovada pelo órgão municipal competente; III – de interesse do patrimônio cultural ou ambiental; IV – ocupados por clubes ou associações de classe; V – de propriedade de cooperativas habitacionais; VI – que pertençam a entidades sem fins lucrativos, desde que dotados de projeto de utilização; VII – em casos de terrenos medindo até 400 metros quadrados e cujo proprietário comprovar não possuir outro terreno (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2006, p.12).

Para finalizar, existe uma narrativa contraditória quando em suas diretrizes gerais o plano ressalta a gestão participativa e democrática da cidade. Pois, em seu art. 70 fica expresso que o Conselho do Plano Diretor de Desenvolvimento

Sustentável tem apenas caráter consultivo “[...] e o objetivo de assessorar a Municipalidade nas suas instâncias executiva e legislativa” (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2006, p. 19).

Por tudo que já discutido até aqui, é inviável que os conselhos municipais continuem tendo pouca representatividade na esfera política. Como a própria Constituição Brasileira fundamenta, todo poder emana do povo, sendo assim, pensar em espaços mais colaborativos e participativos é crucial para que as demandas sociais sejam atendidas. Dessa maneira, os conselhos municipais deveriam ter caráter deliberativo.

O plano diretor de 2006 foi utilizado até o ano passado (2020), após a promulgação de um novo documento no dia 14 de janeiro de 2021²¹. Como se nota, a prefeitura descumpriu o prazo de vigência máxima de 10 anos, estabelecido pelo Estatuto da Cidade para a elaboração um plano sucessor.

Em sua atualização são elencadas algumas diretrizes idênticas ao antigo, mas com uma mudança na orientação de prospectar o crescimento da cidade nos próximos dez anos, com ações voltadas para a estruturação de uma região metropolitana em torno de São José do Rio Preto.

No artigo 21, referente ao desenvolvimento urbano, estabelece: “XXIII - considerar ações coordenadas com demais municípios da futura Região Metropolitana no sentido de desenvolver e fortalecer as cadeias produtivas regionais e sua competição” (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2021, p.04).

Para a produção de uma região metropolitana articulada, o plano também prevê:

XXI – Promover a integração da logística regional com o anel rodoviário em torno da conurbação de São José do Rio Preto, bem como estudos com vistas à implantação de sistema de transporte de massa no leito da orla ferroviária atual; XXII – Promover estudos com vistas à implantação de um novo Terminal Rodoviário Interurbano que possa dinamizar a integração regional prevendo transporte de integração com o Aeroporto. (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2021, p.05).

Para especialistas, a nova lei traz diversos problemas para a produção do espaço urbano. Na nota técnica nº 02/2020 da Defensoria Pública do Estado de São Paulo é exposta uma série de problemas com o novo documento, como a falta de participação popular, a superficialidade sobre a indução da função social da

²¹ O início de elaboração do novo plano iniciou-se em 2017.

propriedade, ausências de estudos diagnósticos e o aumento desproporcional do perímetro urbano (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2020).

Sobre a participação dos munícipes para a elaboração do novo plano, a defensoria pública rebate:

As instâncias de participação se limitaram a 5 palestras que conferiram abordagens superficiais e genéricas e 10 audiências públicas. Não se vislumbram debates separados por temas ou segmentos sociais, apenas audiências por divisões territoriais, assim não se demonstra a diversidade nas instâncias participativas, havendo desconformidade com o artigo 5 da Resolução nº 25/2005 do Ministério das Cidades foi descumprido (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2020, p.07).

Outro ponto de questionamento são os vazios urbanos, que para a defensoria pública, excluindo a região central, todas as demais áreas da cidade têm a presença dos vazios, o que expressa a má utilização do espaço urbano. Contraditoriamente, a prefeitura optou por expandir significativamente o perímetro urbano. Sobre isso, a defensoria pública alerta:

Uma grande marca do plano diretor proposto é orientação de expansão urbana e ampliação significativa do perímetro urbano, sem qualquer justificativa, em razão da incoerência com necessidade de combate aos vazios urbanos e com a evolução populacional decrescente (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2020, p.36).

Diante do contexto apresentado, a produção do espaço urbano rio-pretense encontra-se em discordância com o direito à cidade. No horizonte, o cultivo da consciência espacial cidadã e a participação popular e dos movimentos sociais serão cruciais para a promoção da justiça social.

III - CONSCIENTIZAÇÃO ESPACIAL: OS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS E O ALUNO CIDADÃO NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Nesta seção, com o arcabouço teórico já desenvolvido, será explicitado o estudo de caso realizado por meio da aplicação de uma sequência didática em uma sala de nono ano do Ensino Fundamental, contendo 30 alunos, em São José do Rio Preto. O objetivo é de fornecer noções gerais sobre o planejamento urbano e os instrumentos urbanísticos para assim possibilitar aos alunos analisar criticamente a produção do espaço, exercitar formas de participação popular e realizar conexões com o cotidiano de seu bairro.

A escola, onde a intervenção foi desenvolvida, localiza-se em um bairro rodeado por um distrito industrial e com a presença de linha férrea. Grande parte dos alunos não moram nas redondezas, mas são filhos de profissionais que trabalham nas indústrias do entorno. Há também aqueles que são moradores da favela da Vila Itália, composta atualmente de 600 moradores.

A instituição de ensino, fundada em 1998, conta com uma estrutura predial antiga que necessita de reformas. É composta por cerca de 300 alunos, distribuídos do 1º ao 9º ano, e sua existência é graças a luta dos moradores para não fechar o local²²

No período de intervenção da pesquisa, o nono ano contava com 30 alunos, muitos deles participativos e com pouca dificuldade de aprendizagem. Em sua grande maioria, advém de famílias com mais de um filho e estavam matriculados na unidade escolar desde os anos iniciais do fundamental.

Para dar início ao estudo de caso foi necessária uma análise sobre o plano de ensino de Geografia das séries finais, para que fosse possível coadunar os conteúdos já trabalhados com a intervenção da pesquisa. Dessa forma, constatou-se que os assuntos do nono ano eram semelhantes: 1) Processo de urbanização no mundo / sociedade urbano-industrial. 2) Plano diretor de São José do Rio Preto e planejamento urbano das cidades. 3) Indicadores sociais e econômicos que refletem a desigualdade social.

²² A escola pertencia ao Estado de São Paulo que decidiu encerrar as suas atividades. Porém, os moradores, juntamente com a associação de bairro, foram protestar na Assembleia Legislativa de São Paulo e conseguiram reverter fechamento municipalizando a unidade escolar.

O estudo de caso, contou com a aplicação de uma sequência didática feita durante o ensino remoto. Dessa forma, foram ministradas 09 aulas expositivas-dialogadas via *Google Meet*, com interações via *WhatsApp* e envio de materiais produzidos, impressos ou em arquivo PDF. É necessário esclarecer que as aulas já estavam previstas dentro do planejamento da escola e do professor, além da convergência com os conteúdos e as habilidades presentes na série supracitada.

Primeiramente, os alunos responderam um questionário para que fosse possível, a partir dele, identificar o conhecimento prévio para assim elaborar as estratégias de ensino. Porém, com o dificultador da realidade remota, apenas 16 responderam, tornando ainda mais necessária a indagação das perguntas aos alunos durante as aulas.

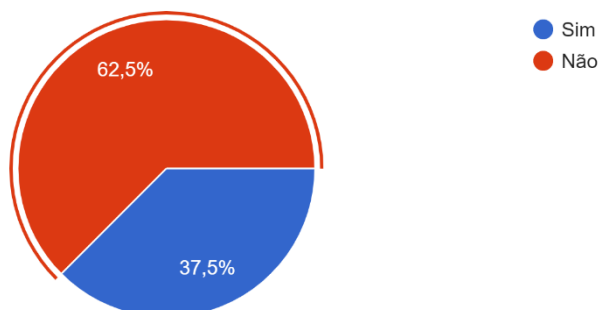
O processo de procurar entender as respostas e as falas dos alunos já era um objetivo desde o início da pesquisa, em consonância com a linha metodológica adotada e vislumbrada por Demo (2011, p. 109), que alerta que a pesquisa qualitativa não dispensa formalização metódica, “[...] porque isso é parte da cientificidade. Todo discurso coletado precisa sofrer processo de ordenamento, primeiro, para localizar recorrências e, segundo, para buscar por baixo delas, o que haveria de mais próprio, singular e surpreendente”. Sobre esse viés, os questionários foram paralelamente sobrepostos com as falas dos alunos, encontrando tendências e linhas de pensamentos divergentes.

Os alunos responderam se tinham conhecimento sobre o planejamento urbano. Das 16 respostas, apenas 06 responderam afirmativamente (figura 15), porém não sabiam definir qual era sua finalidade ao longo das indagações. Para muitos, o planejamento urbano estava ligado a melhora da qualidade de vida, no que tange aos serviços públicos e não necessariamente na organização do território e na busca do direito à cidade.

Figura 15

Você já leu ou ouviu falar sobre planejamento urbano?

16 respostas



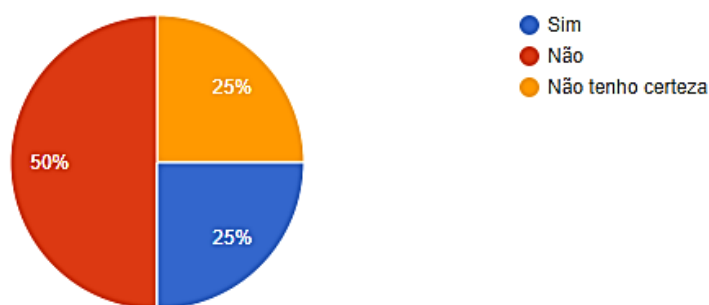
Fonte: Acervo do autor, 2020.

Um total de 25% também assinalou que a cidade em que eles vivem é planejada, outros 25% não tem certeza e os 50% restantes apontaram que não existe planejamento (figura 16). Foi perguntado também quais eram os temas a seguir que eles já tinham ouvido falar: Estatuto da Cidade, plano diretor, reforma urbana, IPTU, vazios urbanos, função social da propriedade, zoneamento urbano, especulação imobiliária e conselho municipal. Os dois que mais se destacaram foram IPTU e conselho municipal (quadro 01).

Figura 16

Você acha que a sua cidade é planejada ?

16 respostas



Fonte: Acervo do autor, 2020.

Quadro 01

CONHECIMENTOS URBANÍSTICOS	NÚMERO DE ALUNOS
IPTU	14
Conselho municipal	12
Vazio urbano	10
Zoneamento urbano	10
Reforma urbana	09
Plano diretor	09
Estatuto da Cidade	07
Especulação imobiliária	02
Função social da propriedade urbana	02
Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.	

Dentro os menos conhecidos estavam à especulação imobiliária e a função social da propriedade, com apenas dois alunos identificando-os. Quando perguntado quais dos itens (plano diretor, planejamento urbano, vazio urbano, zoneamento urbano e conselho municipal) São José do Rio Preto possuía, o mais assinalado foi o conselho municipal, com 10 pessoas, o menor, os vazios urbanos, com apenas 2 indicações.

É mister alertar que a cidade possui diversos locais com vazios urbanos, o que levanta a suposição de que os alunos possuem a dificuldade de realizar a leitura da paisagem e de seu conteúdo ou não associam o conceito de vazio urbano com áreas não edificadas, sem função social estabelecida.

Nesse sentido, a categoria paisagem pode ressignificar diversos elementos presentes na estrutura urbana a partir das problemáticas que são apresentadas. Sobre a leitura do espaço e as categorias geográficas, Cavalcanti fundamenta:

Compreende-se que a leitura dos espaços da cidade pode ser feita pela Geografia, o que contribui significativamente para sua compreensão. Esse campo do conhecimento constitui um conjunto de conceitos, princípios, categorias e teorias que permitem analisar a produção e reprodução do espaço urbano, tanto em sua dinâmica, com os agentes envolvidos. São conceitos mais abrangentes para essa análise, tomando como parâmetro a dinâmica da vida cotidiana, a paisagem, o lugar e o território, dos quais certamente derivarão outros. A *paisagem* como expressão das formas espaciais que expressam o conteúdo social; o *lugar* como local que tem seu significado para o sujeito, mas que deve ser visto em sua multiescalaridade; e o *território*, como espaço apropriado por grupos determinados pelas relações de poder. (CAVALCANTI, 2019, p.124).

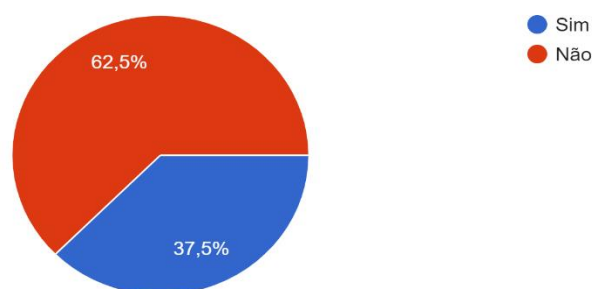
Com isso, converge-se para um entendimento de que as categorias geográficas dão suporte para o acesso às informações sob um olhar crítico, para então construir conhecimentos importantes para a vida cidadã, já que “a prática da cidadania inclui a competência para fazer a leitura da cidade” (CAVALCANTI, 2013, p. 74).

Continuando na análise do questionário, quando perguntados sobre os maiores problemas que a cidade enfrenta, grande parte dos alunos responderam que eram as queimadas, tema que estava recorrente na imprensa por conta de uma grande área afetada pelo fogo, próximo do antigo Instituto Penal Agrícola, durante o período de estiagem de chuvas. Outros problemas apontados foram: falta de emprego e saúde, buracos nas vias públicas, segurança e proliferação da dengue. Quando questionados sobre o que fazer para resolver os problemas, muitos trouxeram à tona a importância da reivindicação, como ilustra a frase de uma aluna: “*discutir com a população sobre projetos para melhorar tais temas abordados e, principalmente, ouvir mais a população*”. Paralelamente, dez deles não conheciam nenhum canal de participação do qual era possível a população do bairro participar e defender seus direitos (figura 17).

Figura 17

Em sua cidade, você conhece algum canal de participação que a população pode usar para lutar pelos seus direitos?

16 respostas



Fonte: Acervo do autor, 2020.

Quando perguntados se eles achavam que o maior engajamento da população para reivindicar seus direitos pode melhorar cidade, todos, de maneira unânime responderam afirmativamente. Esse dado demonstra o reconhecimento por parte dos alunos que a participação social é geradora de transformações sociais.

Com isso, para o fortalecimento do direito à cidade é necessário partir do entendimento de que a produção do espaço deve ser feita com a participação dos habitantes. “Trata-se de defender a necessidade de uma cidade com gestão democrática, que busca conciliar interesses e ações mais imediatas e elementares, nem por isso menos importantes para a vida humana, do cotidiano seus moradores” (CAVALCANTI, 2013, p. 83).

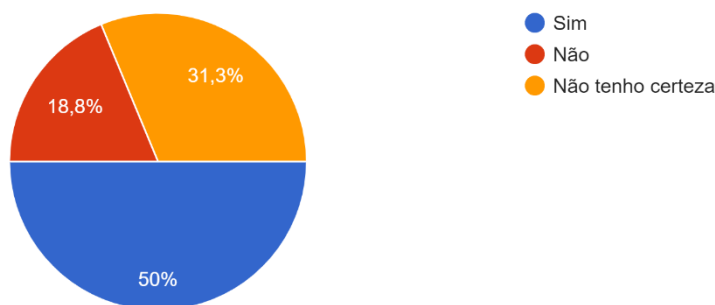
Para conjugar todos esses preceitos seria crucial os alunos compreenderem os seus direitos e deveres regidos pela Constituição. No caso analisado, apenas metade

dos alunos sabiam sobre o que a Carta Magna representa (figura 18). Mesmo que a luta pela cidadania não deva se esgotar em leis, como alerta Souza (2014), é necessário o entendimento dos mecanismos que regem as estruturas políticas do país.

Figura 18

Você sabe para que serve a Constituição

16 respostas



Fonte: Acervo do autor, 2020.

Realizados os devidos apontamentos, abaixo serão expostas as nove aulas ministradas, estruturadas em tópicos, sendo a última a exposição das especificidades do objeto educacional e o passo a passo de sua confecção.

3.1 AULA 01 - AS DIFERENTES URBANIZAÇÕES: O ESPAÇO URBANO COMO PRODUTO DA SOCIEDADE

Na primeira aula, o foco da discussão foi conceituar o que é urbanização e como esse fenômeno apresenta diferentes formas em cada período histórico e em cada sociedade estando diretamente vinculado à reprodução do capital, às práticas culturais e sociais, e a divisão do trabalho.

Indagados sobre o conceito de urbanização, a maior parte dos alunos tiveram em mente um processo de concentração de pessoas em áreas com infraestrutura, com iluminação pública, água encanada e asfaltos. Essa visão envereda na assertividade, mas apresenta algumas superficialidades. O conceito supracitado vai além das infraestruturas, ele pode ser entendido como um “[...] processo, e a cidade, forma concretizada deste processo” (SPOSITO, 2020, p. 11).

Nesse sentido, além da urbanização representar o crescimento da população nas cidades e sua expansão da malha urbana, o fenômeno está intimamente ligado com as funções que ocorrem dentro da cidade. No caso da cidade capitalista, as

funções estabelecidas são de diversas ordens: *lôcus* do poder político, maior presença de atividades ligadas ao setor secundário (indústria) e terciário (comércio e serviços), *lôcus* das informações²³.

Durante a discussão em torno do conceito foi mostrado o “mapa da luz” (figura 19), que evidencia os locais com maiores aglomerações do planeta e outros com menores densidades. Nesse sentido, buscou-se levantar indagações que levassem a motivos que explicam áreas mais urbanizadas do que outras.

Figura 19 – Mapa da luz



Fonte: WAITMAN, 2009, n.p.

Como se nota, o conceito de urbanização, que representa um processo pelo qual se concretiza a cidade, é complexo e não deve ser cristalizado. Em cada sociedade a urbanização ocorre de maneira diferenciada, com outras formas. Além disso, determinadas atividades econômicas estão intimamente ligadas com à urbanização (SOUZA, 2019).

Após as primeiras explanações, embasado pelas análises de Mumford (1982), foram mostradas algumas imagens, todas presentes no apêndice II, das diferentes formas de urbanização. Para iniciar, a partir da vivência dos alunos, foi mostrado uma

²³ “A cidade é, particularmente, o lugar onde se reúnem as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo. O seu caráter de concentração, de densidade, viabiliza a realização com maior rapidez do ciclo do capital, ou seja, diminui o tempo entre o primeiro investimento necessário à realização de uma determinada produção e o consumo do produto” (SPOSITO, 2020, p. 64). “É essencialmente o *lôcus* da produção, concentração dos meios de produção, do capital, da mão de obra, mas é também concentração de população e bens de consumo coletivo” (CARLOS, 2019, p. 70).

imagem (figura 20) de São José do Rio Preto na década de 1940. Nota-se, como em grande parte das cidades brasileiras, a forma parecida com um tabuleiro de xadrez.

Figura 20 – Vista panorâmica da cidade de Rio Preto na década de 1940



Fonte: ARANTES, 2001, p. 11.

Para romper com a ideia de apenas um formato de malha urbana, comparou-se diferentes cidades ao longo dos séculos, relacionando-as com suas funções e atividades econômicas, a urbanização em cada tempo histórico.

Na antiguidade, por exemplo, as cidades tinham um contexto político-religioso e seus “[...] governantes tinham um papel preponderante, pois controlavam o excedente produzido no campo, uma vez que eram eles que recebiam o rendimento obtido na produção das terras comuns” (SPOSITO, 2020, p.19). Já na idade média, o núcleo urbano era marcado por uma forma circular, com a construção de muros ao redor para proteger a população europeia contra a invasão de inimigos (MUNFORD, 1982).

Sobre o formato circular e murado das cidades da Idade Média, fez-se um paralelo com a imagem da figura 21, que representa condomínios fechados em Rio Preto, murados e com formato circular.

Figura 21 – Condomínios fechados horizontais em São José do Rio Preto



Fonte: GOOGLE EARTH, 2020.

Ao longo da primeira aula foi possível desmitificar a visão equivocada de que todas as cidades do planeta seguem a mesma tendência, dessa forma, evidenciando que a produção do espaço urbano é orientada por diversos fatores, inclusive de ordem física.

No quadro 02, é possível identificar quais foram as cidades evidenciadas e as características expostas sobre cada uma, no sentido de exemplificar as diferenças e apontar algumas tendências da urbanização.

Quadro 02 – Diferentes produções do espaço urbano	
EXEMPLOS DAS URBANIZAÇÕES	
Cidade	Forma
São José do Rio Preto, Brasil	Tabuleiro de xadrez, com ruas largas e o rio representando um limite natural.
Amsterdã, Holanda	Erigida por diversos canais. Localizada em uma região pantanosa e cortada pelo rio Amstel.
Veneza, Itália	Recortada pelo mar e ruas estreitas que impedem a passagem de automóveis.
Macchu Picchu, Peru	Cidade Inca, construída na montanha, com pedras de granito, com sistemas de aquedutos e construção de estradas
Prypyat, Ucrânia	Cidade fantasma em decorrência do acidente nuclear de Chernobyl
Rio de Janeiro, Brasil	Habitações nos morros, ao lado da floresta Mata Atlântica

Nordlinger, Alemanha	Cidade da Idade Média com a presença dos muros ao redor do núcleo urbano
Dubai, Emirados Árabes	Com a presença tecnológica, a cidade superou os desafios que a natureza impunha, o clima quente e de grande período de estiagem de chuvas
Brasília, Brasil	Cidade projetada, com a presença de ruas largas e praças.
Mogadíscio, Somália	Região desértica, com pouca densidade de objetos técnicos científicos informacionais
Londres, Inglaterra	Gravura que evidencia a cidade na época da primeira revolução industrial. Vida dos operários precária, com alojamentos amontoados de pessoas, próximos de linhas férreas e sem infraestrutura e esgoto.
Fonte: Produzido pelo autor, 2020.	

Nessa perspectiva, a proposta é apresentar o conceito a partir de uma leitura crítica para além de algo “cristalizado”, seguindo a visão de Freire:

Por isso mesmo é que uma das características desta educação dissertadora é a “sonoridade” da palavra e não sua força transformadora. Quatro vezes quatro, dezesseis; Pará, capital Belém, que o educando fixa, memoriza, repete, sem perceber o que realmente significa quatro vezes quatro. O que verdadeiramente significa capital, na afirmação, Pará, capital Belém. Belém para o Pará e Pará para o Brasil (FREIRE, 2019a, p. 80).

Nesse sentido, na medida em que os alunos pensavam sobre maneiras diferentes da urbanização se manifestar, eles também faziam paralelos com sua realidade urbana, de quais são os processos que estão por trás das formas. A partir das reflexões, o conceito foi resignificado, sem trazer a tona uma prática mnemônica pautada no ensino tradicional. Utilizando o recurso imagético e o diálogo horizontal entre os envolvidos, o conceito de urbanização deixou a esfera do senso comum, visto apenas como crescimento físico das cidades e uma forma padrão para todos os lugares, para um conceito que traduz formas, processos e estruturas de uma cidade.

3.2 AULA 02 – PARA ALÉM DA FORMA: AS DESIGUALDADES SOCIAIS E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Na segunda aula, a discussão voltou-se para os conteúdos que caracterizam as formas urbanas, entre eles, o processo de segregação socioespacial e as desigualdades sociais. Para isso, utilizou-se manchetes de jornais e imagens como recurso didático (apêndice II).

Os alunos foram questionados de como a maioria dos rio-pretenses vivem no meio urbano. Muitos apontaram problemas recorrentes na vida dos moradores:

Quadro 03 - PROBLEMAS URBANOS APONTADOS PELOS ALUNOS
Alagamentos
Infraestrutura precária
Problemas na mobilidade urbana
Precarização na área da saúde
Queimadas
Criminalidade
Falta de parques
Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Para dar concreticidade aos problemas enfrentados, foram expostas duas reportagens (figuras 22 e 23) sobre a tendência da urbanização na América Latina e a necessidade do enfrentamento da pobreza para a redução da desigualdade social e a criação de espaços sustentáveis.

Figura 22 – Urbanização na América Latina

≡ ESTADÃO **Brasil** ASSINE

Países da América Latina e Caribe formam a região mais urbanizada do mundo

Relatório da ONU divulgado hoje mostra que 80% da população dos países da área vive em cidades; no Brasil, são 85%; pobreza ainda é problema grave

O Estado de S. Paulo
21 de agosto de 2012 | 12h00

DESTAQUES EM BRASIL

Plenário do STF forma maioria para

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO, 2012, n.p.

Figura 23 – Desigualdades nas cidades



Fonte: MENEGUE, 2020, n.p.

Ao atrelar a desigualdade social com os problemas urbanos foi evocado a categoria território, no sentido de compreender que o espaço é apropriado por agentes sociais, políticos e econômicos, que passam a controlar o território (SANTOS, 2017). Reduzir as desigualdades pressupõe a retirada de privilégios de uma elite que controla os espaços e corrobora com uma exploração social, elementos distantes de uma sociedade menos desigual. Cavalcanti dá subsídios para uma análise aprofundada da categoria:

Os territórios, pela reflexão geográfica, são espaços resultantes de apropriações de grupos (Estado, segmentos sociais, pessoas), porém, as análises advertem que essas apropriações são dinâmicas e podem ser momentâneas ou permanentes, regulares ou não, estáveis ou instáveis, flexíveis ou não. Cabe então, compreender como se estabelecem, ou se estabeleceram, as correlações entre os diferentes grupos e interesses naquele local, para resultar na coexistência entre lojas formalmente constituídas e vendedores de rua, por exemplo. Essa mesma compreensão identificaria as razões dos limites dessa coexistência, face aos conflitos de interesse latentes, que parecem estar evidenciados nesse cenário. Nele, a rua aparece como espaço público, como espaço do conflito de diferentes grupos. A solução por seu uso mais adequado depende de uma franca e democrática negociação, buscando contemplar, de modo justo, o interesse da maior parte da população. (CAVALCANTI, 2019, p. 129).

Para complementar, a partir de fotografias como a de Tuca Vieira e Johnny Miller (figura 24), foi evidenciado o processo de segregação socioespacial. Indagados do porquê esse fenômeno ser considerado um malefício para a sociedade, grande parte dos alunos disseram que geram problemas como a distância dos serviços coletivos, o preconceito de morar em determinados bairros e a falta de investimento em infraestrutura, em detrimento de áreas mais valorizadas.

Figura 24 – Vista aérea da cidade de Guarujá-SP



Fonte: MILLER, 2016.

Souza (2008), em seu livro “Fobópole”, vai de encontro com a perspectiva apresentada e discutida pelos alunos e esclarece que, no caso das elites, a autosegregação é uma solução escapista e não representa o enfrentamento do problema. Além disso, a segregação socioespacial colabora para deteriorar a qualidade de vida e a cidadania, trazendo a visão de um descompromisso para a cidade como um todo.

Botelho (2007) alerta que

Não se trata somente da atomização do social em indivíduos separados, em individualidades hostis e desprezíveis, mas sim da divisão quase sem limites do “continente” da sociedade, continente que não é indiferente ao conteúdo, mas o *suporte de relações* sociais. Dessa forma a fragmentação é um instrumento de poder político, pois “separa para reinar”, transformando os membros da sociedade em indivíduos indiferentes entre si, unidos em grupos de interesses contrapostos, isolados por barreiras visíveis e invisíveis (BOTELHO, 2007, p. 16).

Para complementar o exercício de reflexão, o mapa com a localização dos conjuntos habitacionais populares e dos condomínios fechados horizontais, em São José do Rio Preto, trouxe a dimensão do processo de segregação socioespacial. Os alunos questionaram a situação dos moradores da zona norte, que para muitos já julgam que são de famílias desestruturadas ou com algum vínculo com o crime organizado. Para eles, a segregação representa o preconceito e a falta de oportunidades.

3.3 AULA 03 – AS REFORMAS URBANAS PARA A LEGITIMAÇÃO DO DIREITO À CIDADE

Para dar prosseguimento à sequência didática, o objetivo principal do terceiro encontro foi desenvolver o conceito de reforma urbana. Em seu primeiro contato, os alunos possuíam o entendimento de transformação de um lugar em um sentido restrito de embelezamento.

A partir do conhecimento prévio demonstrado, recorreu-se ao material confeccionado pelo autor e entregue aos alunos (apêndice 03). Dessa forma, apresentou a reforma urbana associada à transformação da estrutura social, com foco na melhoria da qualidade de vida e a elevação do nível de justiça social. A visão costurada, baseada nas ideias de Lefebvre (2001), já apresentadas no primeiro capítulo, trouxe a oportunidade de entender o tema em outra perspectiva.

Em contraponto com a leitura de mundo dos alunos, buscou-se a ressignificação do termo reforma urbana, caminho que se cruza com o papel do professor, que ao “[...] falar com clareza sobre o objeto, é incitar o aluno a fim de que ele, com os materiais que ofereço, produza a compreensão do objeto em lugar de recebê-la, na íntegra, de mim” (FREIRE, 2019, p. 110).

Dessa maneira, Freire (2019, p. 12) alerta que respeitar a “leitura de mundo” do educando, não significa “[...] concordar com ela, a leitura de mundo, ou a ela se acomodar, assumindo-a como sua. Respeitar a leitura de mundo do educando não é também jogo tático com que o educador ou educadora procura tornar-se simpático ao educando”. A educação sempre é um ato político e esse ato, a partir das premissas do autor, deve ser orientado para a promoção da conscientização, pois para o *status quo* “[...] melhor será que a situação concreta de injustiça não se constitua num ‘percebido’ claro para a consciência dos que a sofrem” (FREIRE, 2019, p. 32).

Sob esse escopo, o processo de ensino aprendizagem pautou-se pela importância da luta dos movimentos sociais e da sociedade civil para a conquista de reformas urbanas e da busca do direito à cidade, o poder do povo, da participação popular.

Sobre a participação da população, Alves elucida:

A participação da população é uma oportunidade de mudar a lógica excludente que existe em relação ao espaço urbano [...]. Isto só vai acontecer por parte do poder público se esta população estiver mobilizada e tiver conhecimento de causa dos seus problemas para levar à mesa de debates as suas reais solicitações, transformando o seu lugar e diminuindo a exclusão

e segregação do espaço urbano, trazendo para todos a sensação de pertencimento do bairro que habita (ALVES, 2018, p. 57).

Além disso, a vigilância do povo auxilia no combate à corrupção, bem como a melhor “[...] gerir os recursos públicos objetivando seu não desperdício. Vê-se, dessa maneira, que os objetivos almejados e os resultados esperados pela/da participação popular alinham-se aos objetivos da escola e do ensino de Geografia” (ALMEIDA, 2014, p. 39).

Para realizar um paralelo concreto, deu-se início a exposição da construção dos parágrafos da Constituição, em específico, os artigos 182 e 183 que normatizam a política urbana. Como já mencionado, a partir das reflexões de Antonello (2013), os movimentos sociais e a sociedade reivindicaram para que fosse aprovada uma política urbana que corroborasse com os preceitos da função social da propriedade.

O momento permitiu, além de debater sobre a função social da propriedade, apresentar um documento legislativo, para que os alunos pudessem ter contato com outras formas de estrutura textual e de leitura. Para que se discuta sobre o espaço urbano é necessário um mínimo de entendimento das leis que o normatiza.

Ao proporcionar o acesso ao conhecimento destas leis que diz respeito ao cotidiano das pessoas na cidade, a formação cidadã encontra combustível e argumentos para a defesa dos direitos de utilização dos serviços e equipamentos da cidade, bem como os direitos específicos a cada condição humana como os direitos da mulher, os direitos dos jovens, os direitos da criança e do adolescente, os direitos dos idosos, dentre outros grupos (CAVALCANTI; SILVA; SOUZA, 2014, p. 15).

Seria falho levar para dentro da sala de aula o discurso sobre planejamento urbano e instrumentos urbanísticos sem reportar-se aos dispositivos legislativos que os sustentam e trazem o senso de politização. E como bem lembra Freire (2019a, p. 29), “[...] conscientizar é politizar. E a cultura popular se traduz por política popular; não há cultura do povo sem política do povo”.

Com os conceitos devidamente apresentados e debatidos, as próximas etapas da sequência didática foram destinadas para a produção prática dos alunos, utilizando o recurso de desenhos, produção de textos (cartas) e atividade associativa. A partir da análise das produções foi possível compreender até que ponto a sequência didática atingiu seu objetivo, tendo clareza que os conceitos são algo que demanda tempo para decantar as ideias e cultivar novas conexões, portanto, o impacto do processo não se restringe na finalização da sequência didática.

3.4 AULA 04 E 05 – O ESTATUTO DA CIDADE E OS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS

Nas aulas 04 e 05 deu-se início a discussão do planejamento urbano. Será que as cidades não são planejadas? Indagados sobre isso, por conta de todo o tema que já tinha sido desenvolvido, os alunos acreditam que as cidades não têm planejamento ou são mal planejadas, com lugares que ganham mais a preocupação e investimento do poder público.

Para elucidar o tema, buscou-se trabalhos na área do ensino de Geografia que trazem experiências concretas de ensino-aprendizagem com os alunos. Alguns exemplos merecem destaque especial (quadro 04).

QUADRO 04 -TRABALHOS QUE CONTEMPLAM O PLANEJAMENTO URBANO NO ENSINO DE GEOGRAFIA		
Título	Conteúdo	Autores
Dissertação: Planejamento e gestão urbanos e a participação popular: as possibilidades de contribuição da escola e da educação geográfica.	Analisa os princípios de participação popular no planejamento urbano em alguns municípios goianos. Propõe uma atividade pedagógica, para fomentar a participação dos alunos sobre questões do município.	ALMEIDA, 2014.
Artigo: O plano diretor como recurso didático para ensinar sobre a cidade e a formação para a cidadania	Aplicação de atividades desenvolvidas na escola sobre o Plano Diretor, na região metropolitana de Goiânia, com o intuito de auxiliar no processo de formação da cidadania e na construção de conceitos voltados para à gestão urbana.	CAVALCANTI, SILVA, SOUZA, 2014.
Artigo: O jogo do direito a cidade como instrumento didático e reflexivo no planejamento urbano	Aplicação de um jogo em sala de aula, para explicar sobre conceitos referentes ao planejamento urbano.	VARGAS, AROXA, ANTONELLO, 2017.
Dissertação: A participação popular na elaboração do plano diretor jovem	Analisa como o conteúdo do planejamento urbano, a partir da elaboração do Plano Diretor Jovem,	ALVES, 2018.

participativo de Londrina: uma experiência de cidadania	foi trabalhado nas escolas do município de Londrina	
Fonte: Organizado pelo autor, 2020.		

A partir dos trabalhos citados foram criadas estratégias e atividades para desenvolver o tema central da pesquisa, o planejamento urbano. Partiu-se da premissa de que não é possível expor sobre o planejamento urbano sem contextualizar previamente outros fenômenos urbanos, o conceito de urbanização e a reforma urbana.

Como apontado anteriormente, os alunos compreenderam que não é exclusivamente a falta de planejamento ou de legislação em si que ocasionam ambientes degradantes e desiguais no meio urbano. Mas, os agentes produtores do espaço urbano, entre eles o poder público, com sua política de planejamento, que prioriza determinados grupos da sociedade em detrimento de outros e a falta da aplicabilidade da lei para a regulação do território urbano.

Outro ponto de entendimento foi a importância do cidadão nesse processo, pois sem sua presença nos debates sobre a cidade, o ambiente democrático enfraquece. Dessa forma, ser cidadão do seu lugar e depois do mundo é um objetivo que deve ser percorrido neste século.

Para Santos (2014, p. 2) “a cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura. É, talvez, nesse sentido, que se costuma dizer que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista a se manter”. Callai e Zeni também pontuam:

É na escola que iniciamos o nosso aprendizado sobre como sermos cidadãos. É lá que temos as primeiras noções sobre direitos e deveres, ordem estatal e civil, sobre as leis civis e estatais que regem a sociedade. Cabe à escola o importante resgate dos valores ligados à identidade e ao pertencimento, ferramentas importantíssimas para a atuação cidadã no espaço público local. Espera-se que a concretização de uma cidadania local seja o ponto de partida para a participação cidadã em todos os níveis, para que, finalmente, se efetive o Estado Democrático de Direito proclamado pela nossa Constituição Federal/88. Somente após essa efetivação é que poderemos iniciar a construção de uma cidadania global (CALLAI; ZENI, 2011, p. 76-77).

Na convergência das reflexões sobre o que se deseja para a sociedade, a aula trouxe para o centro da discussão o Estatuto da Cidade e o plano diretor. Os alunos puderam identificar que toda a produção do espaço passa, direta ou indiretamente,

pelas premissas do plano diretor, um documento de vital importância para o desenvolvimento socioespacial de um município.

Com a análise dos referidos documentos foi possível dialogar sobre os principais instrumentos urbanísticos utilizados no planejamento e as formas de participação popular. São eles:

- Parcelamento, edificação e utilização compulsórios (PEUC).
- Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo.
- Estudo de impacto de vizinhança (EIV).
- Assembleias, conselhos municipais, audiências públicas e protocolos.

Depois de debatidos os instrumentos urbanísticos e sua aplicabilidade partiu-se para a realização das atividades propostas. A primeira delas, representada na figura 25, foi inspirada na atividade proposta por Cavalcanti, Silva e Souza (2014).

A atividade (figura 25) dava 05 notícias de jornais sobre problemas urbanos que ocorrem em São José do Rio Preto. Como foram realizados alguns apontamentos sobre o plano diretor do município, de 2006, solicitou-se que os alunos apontassem as ações corretas, presentes no documento, que sanariam os problemas elencados.

Na atividade elencada, os alunos puderam realizar associações entre as manchetes das reportagens, com os problemas urbanos apontados, e as ações previstas no plano diretor de 2006 do município. A proposta também permite trabalhar com estruturas cognitivas importantes para o processo de ensino aprendizagem, como aquelas citadas por Morin (2014):

Todo conhecimento constitui, ao mesmo tempo, uma tradução e uma reconstrução, a partir de sinais, signos, símbolos, sob a forma de representações, ideias, teorias, discursos. A organização dos conhecimentos é realizada em função de princípios e regras que não cabe analisar aqui; comporta operações de ligação (conjunção, inclusão, implicação). O processo é circular, passando da separação à ligação, da ligação à separação, e, além disso, da análise à síntese, da síntese à análise. Ou seja: o conhecimento comporta, ao mesmo tempo, separação e ligação, análise e síntese (MORIN, 2014, p. 24).

Figura 25 – Atividade proposta

Atividades

01 – Complete a tabela, com as ações apontadas no plano diretor de São José do Rio Preto que pode solucionar os problemas noticiados pelos jornais:

I – Desenvolver programas de conscientização dos valores ambientais, históricos e culturais junto à população.

II – Promover a preservação dos rios e córregos que abastecem o município e respectivas matas ciliares.

III – Transposição da linha férrea, da área urbana para fora do centro urbano do Município.

IV- Fomentar a ocupação das glebas, não utilizadas ou subutilizadas no perímetro urbano e área de expansão urbana.

V – Implantar, nas proximidades do futuro Rodoanel Norte, um distrito industrial e de comércio atacadista e dotá-lo de infraestrutura necessária.

Manchetes de jornais locais que retratam os problemas urbanos em Rio Preto	Ações apontadas pelo Plano Diretor de Rio Preto
Chuva forte deixa vias alagadas em Rio Preto – fevereiro, 2020.	
Câmera flagra jovem ateando fogo na área do antigo IPA em Rio Preto – outubro, 2020.	
Mobilidade urbana é uma das reclamações dos moradores do bairro São Deocleciano – setembro, 2017.	
Desemprego aumentou quase 30% em Rio Preto em 2019 – janeiro, 2020.	
IPTU progressivo atinge 3 mil imóveis – agosto, 2006	

Fonte: Acervo do autor, 2020.

Em outro exercício, os alunos tiveram que representar a sua cidade como eles a imaginam e como gostariam que ela fosse. Nessa atividade estão presentes os conceitos trabalhados durante a sequência didática, entre eles segregação socioespacial e vazios urbanos.

Para subsidiar a análise dos desenhos, os trabalhos de Miranda (2005) e Viana (2015) foram cruciais para compreender o processo de representação e a subjetividade em torno dos elementos trazidos pelos alunos. É mister compreender que, a postura do autor da presente pesquisa foi em não concluir de maneira cartesiana os desenhos, pois adota-se a seguinte linha de análise:

Até que ponto as nossas afirmações e explicações sobre o que, como e porque aparece ou não nos desenhos feitos pelos alunos corresponde de fato ao que representam, ao que quiseram mostrar, dizer e até que ponto conseguiram ou não? Com base em que posso, por exemplo, dizer que determinados elementos da figuração no desenho do aluno, como uma antena parabólica ou uma instalação industrial, significa, para o aluno, a mundialização do lugar, o estabelecimento de relações entre esse lugar e outros, entre lugar/mundo? Não estaríamos olhando os desenhos prontos, acabados, com olhos de geógrafos e lhes atribuindo significados geográficos que são nossos, mas não necessariamente dos alunos-autores dos desenhos? (MIRANDA, 2005, p. 66)

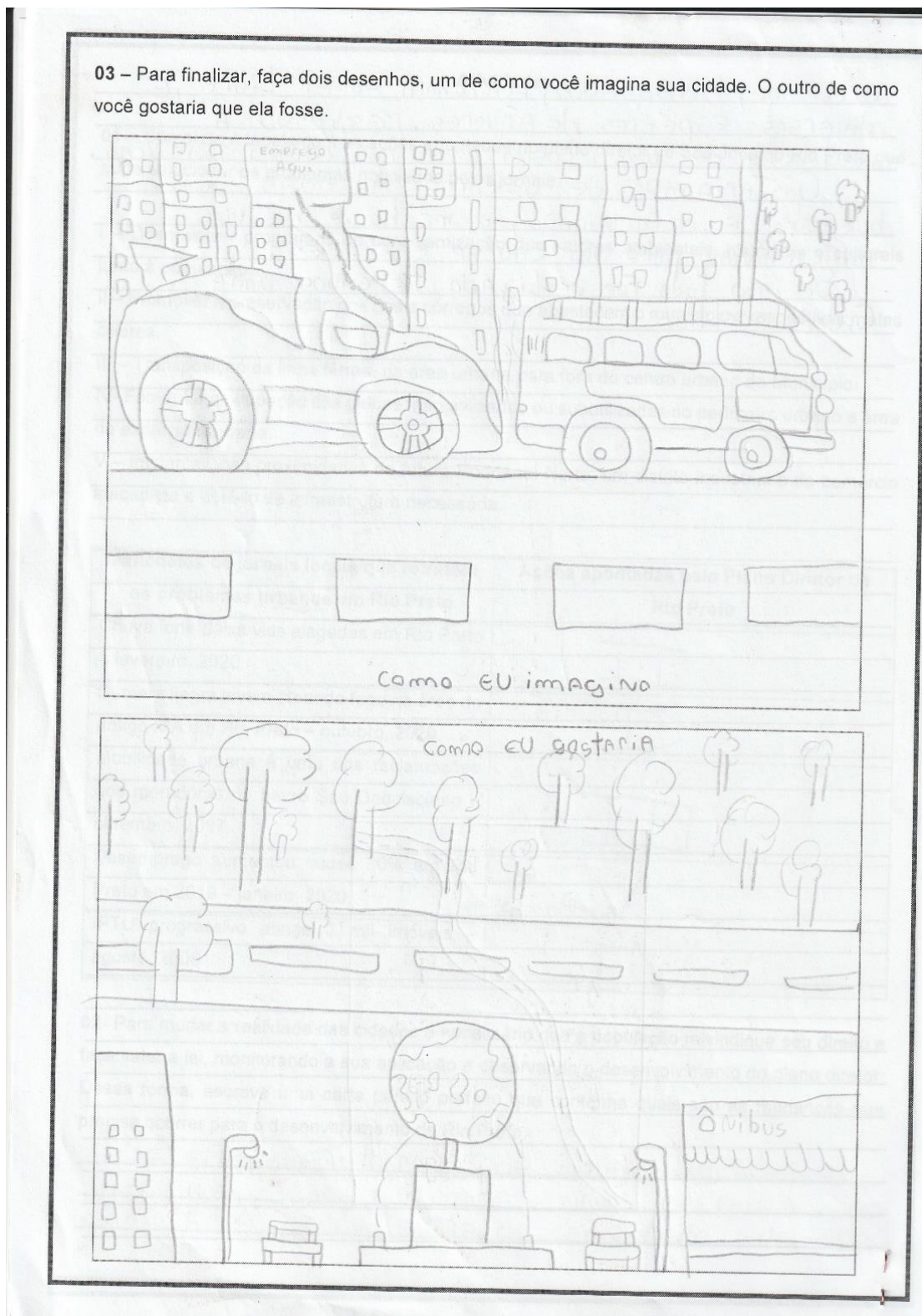
Nesse sentido, propõe-se dialogar com os autores das produções gráficas para entender o processo de criação e de representação das estruturas colocadas no papel, seguindo a tendência de Miranda (2015, p. 79) que analisa o desenho acabado como produto de um processo, “[...] de uma história, cujos movimentos não podem ser apreendidos pelo produto final, mas no desenvolvimento do processo, do qual o desenho final traz apenas as marcas, como registro.

Na busca pelas marcas deixadas pelos registros imagéticos, dois desenhos se destacaram pela maior presença de elementos trabalhados em sala de aula. No desenho representado pela figura 26, o aluno trouxe para a cidade que ele desejava maior presença de áreas verdes e praças e menor incidência de prédios.

A divergência, entre como se imagina a cidade e como gostaria que ela fosse, expressa o modo como se compreende o mundo que se vive. Para Viana (2015), o processo de representação está intimamente ligado com a vida cotidiana do indivíduo:

A cotidianidade produz um conjunto de exigências para os indivíduos e esse processo acaba se reproduzindo nas representações que eles produzem. A cotidianidade é marcada pela simplicidade, regularidade e naturalidade. A simplicidade é a forma da vida cotidiana, na qual os indivíduos se movem, resolvendo as coisas imediatamente e sem maiores problemas, nos quais as exigências que lhes são feitas não requerem grandes reflexões e complicadas soluções, sendo pragmática. As atividades e relações sociais são regulares, repetitivas, o que permite a previsibilidade, inclusive das próprias práticas cotidianas. A naturalidade é a forma de existência na qual o mundo não é questionado, problematizado, como se tudo fosse assim e não precisasse de questionamento. Esses três elementos, obviamente, são fenômenos sociais e mentais, pois o ser humano não vive apenas no *mundo material*, este é vivido mas percebido e interpretado, sendo também um *mundo cultural*.

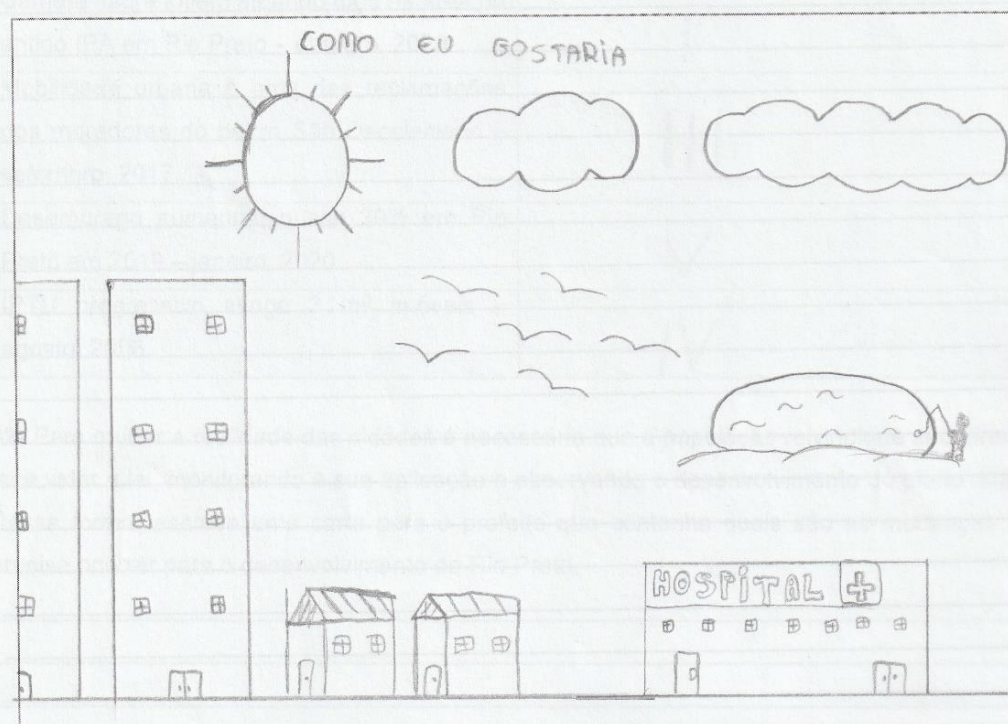
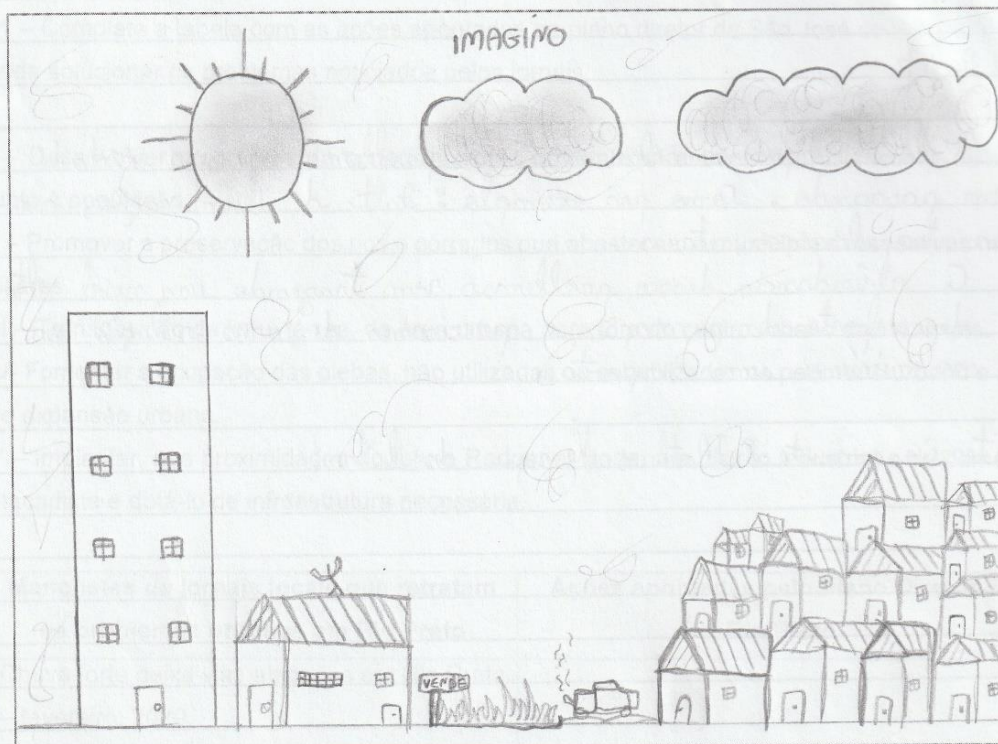
Figura 26 – Desenho produzido pelo aluno.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 27 – Desenho produzido pelo aluno.

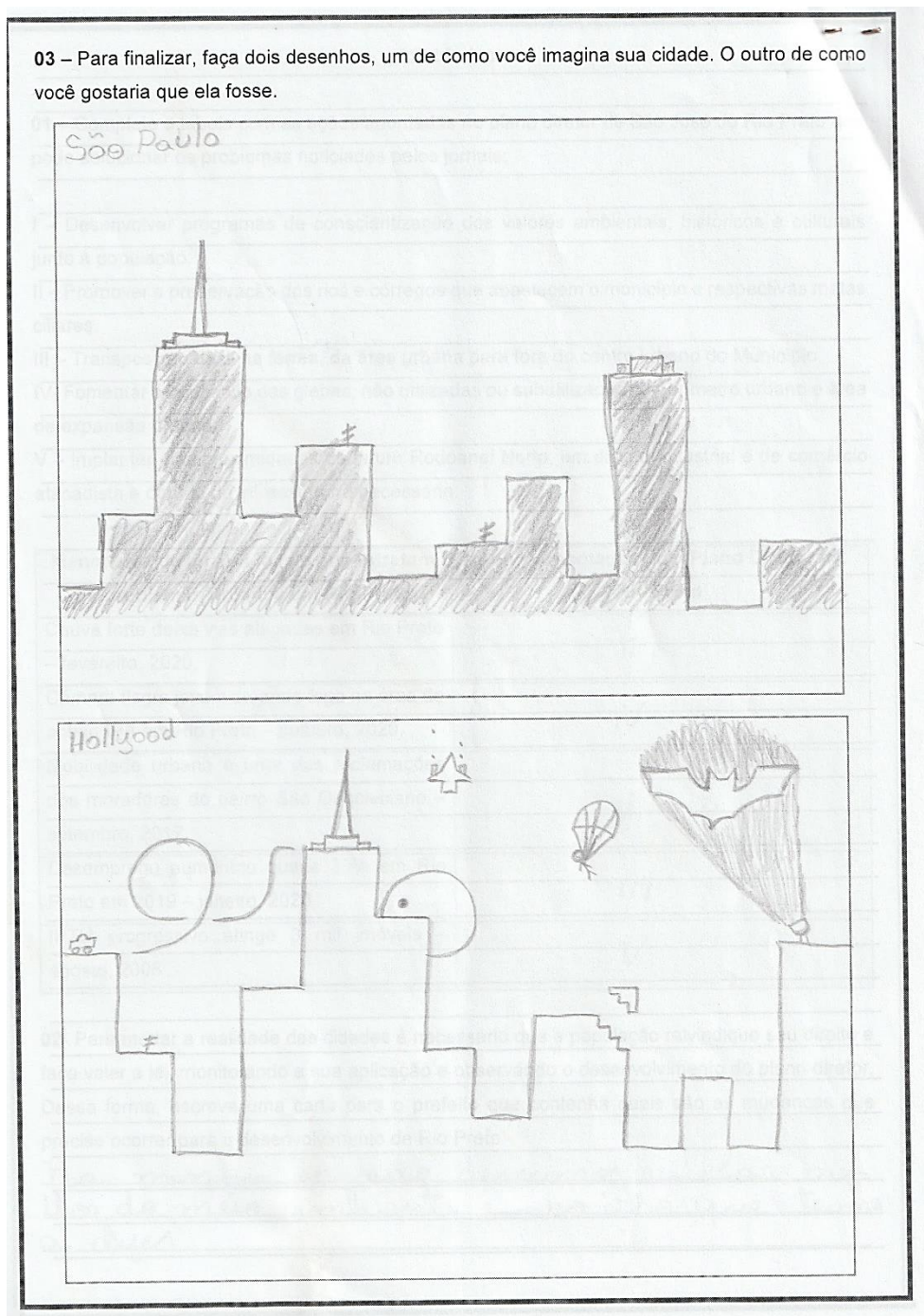
03 – Para finalizar, faça dois desenhos, um de como você imagina sua cidade. O outro de como você gostaria que ela fosse.



Fonte: Acervo do autor.

No segundo desenho (figura 27), o aluno representa uma cidade com vazios urbanos e uma área periférica, que pelas disposições das casas pode levar às suposições de ser uma região com menos infraestrutura. Já na parte abaixo, pode-se observar uma cidade sem casas justapostas e a referência de instrumentos públicos, como os hospitais.

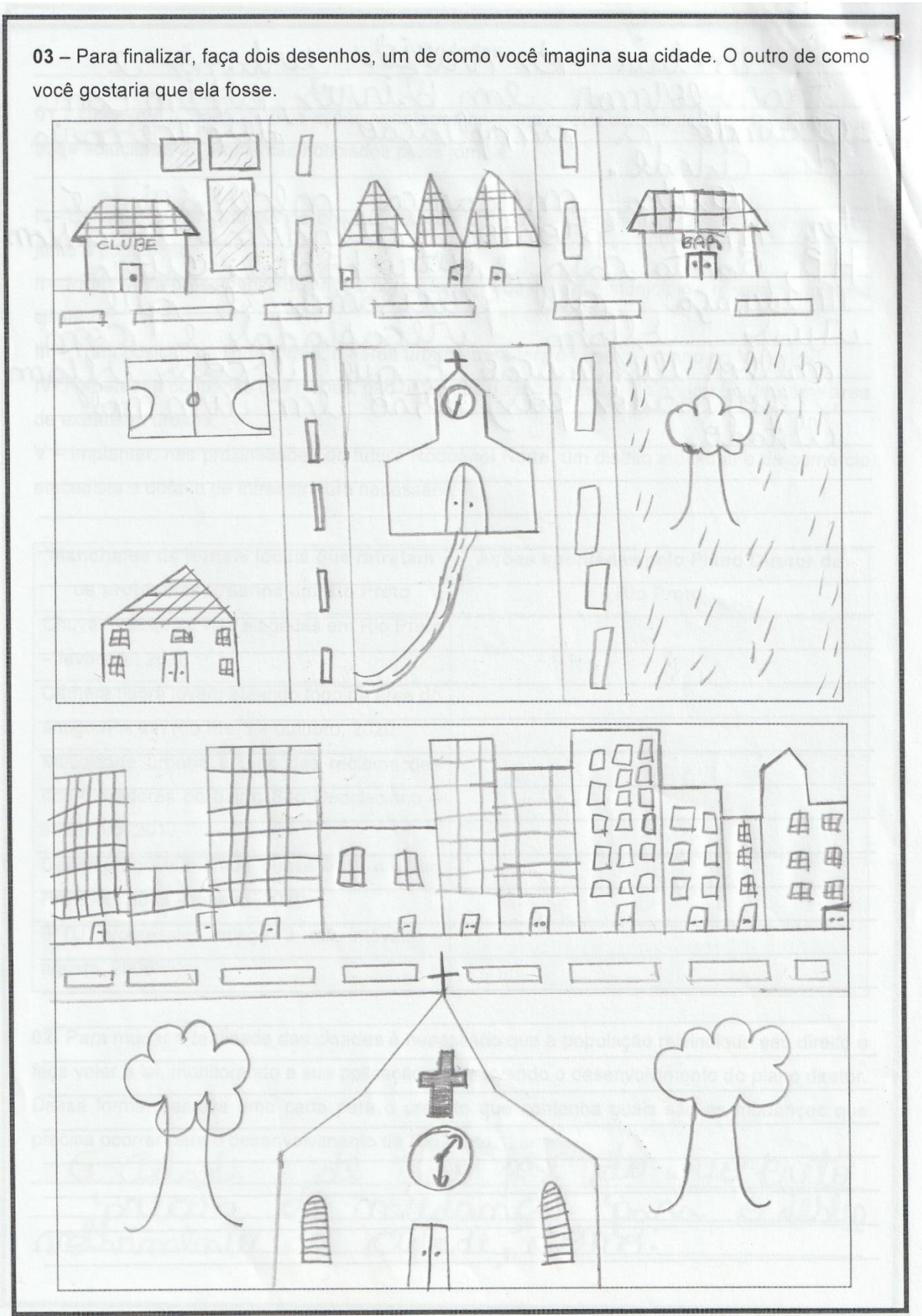
Figura 28 – Desenho reproduzido pelo aluno.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 29 – Desenho reproduzido pelo aluno.

03 – Para finalizar, faça dois desenhos, um de como você imagina sua cidade. O outro de como você gostaria que ela fosse.



Fonte: Acervo do autor.

Já os desenhos da figura 28 e 29 retratam poucos elementos debatidos em sala de aula. No primeiro, o aluno contrasta a cidade de São Paulo com o estúdio cinematográfico de Hollywood, e faz alusão ao filme do Batman em sua representação. No segundo, o aluno faz pouca alusão aos elementos trabalhados, como os vazios urbanos, a segregação socioespacial, falta de infraestrutura e processo de favelização.

A alusão à figura do Batman no desenho traz questionamentos importantes para o ensino de Geografia. A paisagem representada e as reflexões tecidas sobre o espaço geográfico são imbuídas de diferentes referências, entre elas de locais distantes ou mesmo irreais, que são representadas apenas em filmes e desenhos.

A atividade trouxe a oportunidade para os alunos pensarem sobre sua cidade, o seu lugar onde ocorrem as relações sociais. Nesse sentido, Freire (2016) ressalta que é mediante “[...] reflexão sobre sua situação, sobre seu ambiente concreto, que o homem se tornar sujeito. Quanto mais refletir a realidade, sobre sua situação concreta, mais ele “emergirá”, plenamente consciente, engajado, pronto a intervir sobre e na realidade”.

Os conceitos relacionam-se com o imagético dos alunos, como foi possível notar nas produções. Mesmo que os alunos evocam diferentes conceitos, o trabalho não possui a pretensão de que eles sejam totalmente compreendidos e aplicados em seu dia a dia. O conceito é algo complexo, portanto, o objetivo foi fazer com que os alunos mergulhassem na problemática.

3.5 AULAS 06 e 07 – URBANIZAÇÃO RIO-PRETENSE E O EXERCÍCIO DE REIVINDICAÇÃO

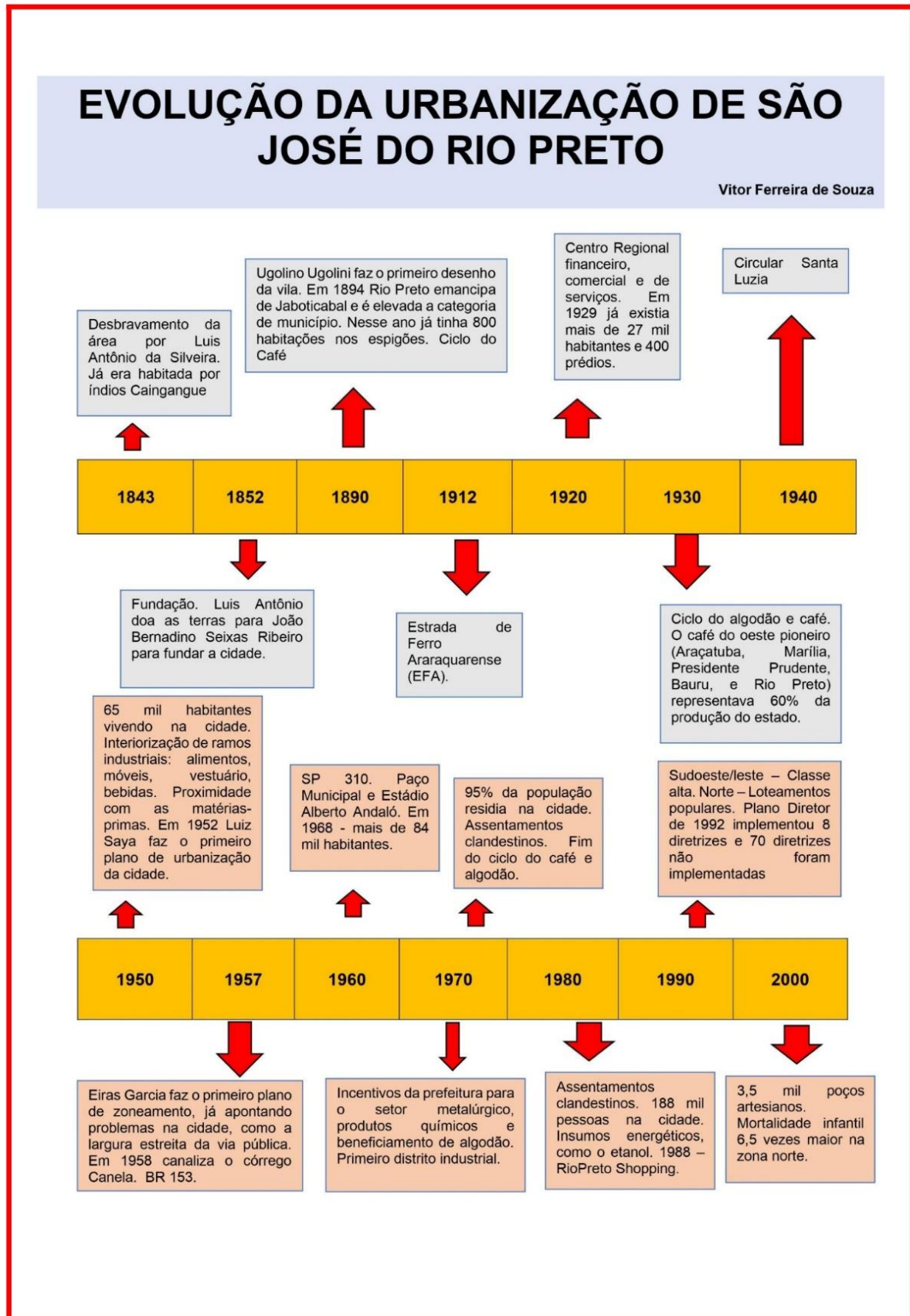
Nesse momento, para compreender um pouco mais sobre a evolução da produção do espaço urbano, foram realizados apontamentos a respeito da história da cidade e sua formação. Com isso, propiciou um debate sobre se os problemas que a cidade possui foram originados neste século ou apenas acentuados, com o surgimento de novos agentes produtores da cidade.

Também foi produzido, embasado nos trabalhos lidos sobre a história do município, um esquema (figura 30) que retrata a sua linha do tempo com eventos marcantes. Com isso, os alunos puderam identificar com mais facilidade as mudanças que foram ocorrendo ao longo das décadas, como o período do exponencial

crescimento populacional, modernização da cidade, loteamentos irregulares e as atividades econômicas.

Entre os eventos evidenciados, um que chamou a atenção dos alunos foi o desabamento de um prédio, ocorrido em 1997, tendo sido noticiado na imprensa nacional (figura 31). As pilastras que sustentavam o prédio estavam suportando um peso muito superior ao recomendado e na madrugada do dia 16 de outubro os vidros começaram a quebrar, ouviam-se barulhos parecidos com trovões. Às pressas, todos os moradores saíram do prédio antes de seu desabamento.

Figura 30 – Linha do tempo



Fonte: Acervo do autor.

O episódio do Itália, como era chamado o edifício que fazia parte de um conjunto de três prédios, retrata a crucialidade da fiscalização do poder público na garantia da construção de obras seguras. É comum ver nos noticiários, todos os anos, prédios ou estruturas que desabam no Brasil.

Além dos moradores, outros 5 prédios e duas casas foram afetadas. Por conta do comprometimento da estrutura, os outros dois edifícios do conjunto, Portugal e Espanha tiveram que ser desabados, em abril de 1998. Todos os proprietários dos três prédios que vieram a chão não foram indenizados até o presente momento.

Figura 31 – Imprensa nacional reportando o evento ocorrido em Rio Preto.

FOLHA DE S.PAULO **cotidiano**

São Paulo, sexta, 17 de outubro de 1997.

[Próximo Texto](#) | [Índice](#)

ACIDENTE

Não há informações oficiais sobre vítimas; escombros de 500 toneladas abalam edificios vizinhos, que podem ruir

Prédio de 17 andares desaba em Rio Preto

Pierre Duarte/Folha Imagem



Fonte: ZANETTI, 1998, n.p.

Com os debates em torno das formas de participação popular, da análise concreta da realidade urbana e do exemplo mencionado, os alunos foram incentivados a exercitar maneiras de reivindicar seus direitos. A opção escolhida foi a produção de uma carta que foi posteriormente protocolada no órgão responsável da prefeitura.

Outro motivo, que levou a recorrer a esse recurso didático, foi a necessidade em compreender qualitativamente a produção textual dos alunos, trazendo a exercitação de argumentos, assim como Demo (2011) aponta em seus trabalhos.

Aqui serão transcritos trechos de algumas cartas²⁴ a título de análise. Entre as semelhanças que mais se notam entre elas estão a reivindicação da solução de problemas urbanos que foram apontados no questionário. O tema da pandemia também ganhou destaque como se pode notar no trecho a seguir: “seria que melhorasse com a questão do desemprego, melhorassem as ruas esburacadas. Melhorar com máscaras em comércios e volta às aulas pelo menos uma vez na semana. Aglomeração em UBS. Se cuidar que não é brincadeira” (CY1).

Além de fomentar a participação popular, a atividade trouxe novas dimensões do cotidiano dos alunos. O clamor pela volta às aulas é significativo, retrata os anseios que eles estão tendo nesse período. Como se nota, o aluno observa também a falta do uso da máscara nas áreas do comércio.

Segue o próximo exemplo:

Bom, venho aqui em nome da cidade de Rio Preto que o senhor Edinho Araújo nos ajude em questão a nossa cidade. Rio Preto vem apresentando muitos pontos da cidade sendo alagados e isso está nos trazendo consequências e serviço para o senhor né, tendo que fazer mais projetos para a nossa cidade para melhorar essa questão. Enfim, pedimos que tenha mais monitoramento, exemplo implementando câmeras pela cidade ou nos pontos que estão sendo alagados. As câmeras ajudarão a saber quem está jogando lixo para que aconteça o alagamento do local e com isso vocês poderão multar aqueles que estão prejudicando o meio ambiente. É isso peço que o senhor nos escute. Obrigada! (CY2).

A reivindicação da aluna traz o problema das enchentes, que na última década o poder público vem construindo obras para conter os pontos de alagamento na cidade. Porém, como se observa, as consequências que os alagamentos trazem ainda é significativa na vida dos moradores, presente em seu cotidiano. Sobre o apontamento das câmeras, é preciso alertar que apenas sua utilização não sana o problema do lixo.

O encontro de soluções que partam dos alunos é crucial para a leitura crítica dos conteúdos conceituais trabalhados. Freire (2016, p. 71) aponta para a necessidade de os indivíduos evocarem respostas para os seus desafios. “É importante perceber que a resposta dada pelo homem a um desafio não muda somente a realidade que se

²⁴ Para manter os alunos no anonimato, os seus nomes serão representados pelo termo CY1 CY2, assim por diante, conforme regra da ABNT.

opõe a ele e à qual ele mesmo se opõe; essa resposta também muda ele próprio, um pouco mais e de maneira diferente a cada desafio”.

Prefeito, venho te informar sobre os atuais problemas que a cidade vem passando. Como por exemplo: falta de iluminação, alagamentos, buracos, etc... A abundância desses problemas vem trazendo um nível alto de desconforto da população e precisamos de uma solução ou de no mínimo resposta (CY3).

No registro acima, observa-se a cobrança por respostas do poder público frente aos problemas apontados. No país, a cultura de solidificar canais de comunicação, em que as prefeituras informam a população sobre as medidas que são tomadas para a mitigação ou a solução das adversidades ainda é inócua. A imprensa²⁵ tem um papel preponderante nesse sentido, já que ela contribui para expor as ações do poder público para toda a comunidade, com informações pouco ventiladas pelas instituições públicas.

Prefeito, gostaríamos de novas moradias aos que não têm, queremos novos parques com área verde, pista de caminhada e de ciclismo, brinquedos, academia ao ar livre, e diversas espécies de árvores. Pedimos a construção de um museu e outras coisas turísticas. Gostaríamos de vermos as ruas sem buracos e reformadas, a melhoria de vias subterrâneas para não causar enchentes. Se isso tudo for realizado teremos uma cidade melhor (CY4).

No trecho acima, o aluno desenvolve uma visão mais ampla sobre o desenvolvimento socioespacial, e traz elementos variados para a melhoria da cidade: instrumentos coletivos, culturais e reformas urbanas voltadas para infraestrutura. A exposição de elementos variados traz uma representação cotidiana com um grau maior de complexidade.

Sobre isso, Viana (2015) esclarece que as representações cotidianas podem se tornar representações complexas, distanciadas de um conteúdo mais superficial. A escola tem um papel importante nesse contexto de trazer uma leitura mais crítica sobre a sociedade.

Eu acho que principalmente na saúde e no estudo. Na saúde tinha que ter mais aparelhos, médicos e mais hospitais. Porque você fica um ano na fila para marcar um exame e seis meses para sair o resultado. E nos UPA têm muitos aparelhos simples em falta e quebrados. E você vai lá no UPA fica três dias esperando vaga para a Santa Casa e quando você chega lá correndo o risco de pegar alguma doença quando você chega lá não é uma coisa tão grave que podia ser tratada no UPA. Na escola tinha que ter mais materiais, escolas e professores é muitos alunos para poucas escolas. Na segurança

²⁵ Nos últimos anos a imprensa vem sendo duramente atacada. De acordo com a pesquisa realizada, em 2020, pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), foram 428 ataques contra jornalistas, com agressões verbais, físicas e virtuais. O número representa um aumento 105,77% ao registrado no ano anterior (FRENAJ, 2021).

das escolas com câmara e com guardas de segunda a sexta e 24 horas por dia para não ter assaltos de noite e de fins de semana. (CY5).

O trecho da carta acima escancara o problema da saúde pública. A realização de alguns exames pelo Sistema Único de Saúde (SUS) é lenta, algo que afeta grande parte da população, um dos gargalos do Brasil. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde, realizada pelo IBGE (2019), cerca de 150 milhões de brasileiros dependem do SUS, demonstrando a sua importância e abrangência.

Já no aspecto educacional, o aluno aponta que as salas lotadas e a falta de professor trazem dificuldades para a manutenção da qualidade de ensino. A reivindicação, destoante das ações e objetivos que engloba um plano diretor, traz para o debate os elementos que incomodam o aluno, sendo crucial o entendimento de seu cotidiano. Sobre isso, Freire (2016, p. 67) elucida que “[...] para ser válida, a educação precisa levar em conta, ao mesmo tempo, a vocação ontológica do homem – vocação a ser sujeito – e as condições em que ele vive: em determinado local, em determinado momento, em determinado contexto”.

Sr. Prefeito, venho notando que a nossa cidade está precisando de algumas melhorias, pois a população está insatisfeita com certas situações... Sugiro que o senhor observe o nosso Plano Diretor, feito pela população!!! 01 – Promover e desenvolver programas para jovens, que ensine valores ambientais, culturais, históricos... 02 – Implantar mais comércio, para garantir emprego à civilização. 03 – Resolver a questão da falta de água decorrentes, utilizando a água dos rios próximos. 04 – Fiscalizar e pressionar vazios urbanos para desenvolverem uma função econômica. Bem essas questões são as que estão deixando a população mais insatisfeita, ficaríamos felizes se o senhor as solucionasse. (CY6).

Nessa carta, o aluno já evocou o plano diretor e trouxe as suas reivindicações semelhantes à estrutura do documento que foi analisado em sala de aula, com as ações em tópicos e com verbo no infinitivo. O contato com a legislação, desde a fase o Ensino Fundamental, é crucial para que se promova uma cidadania consciente dos direitos, deveres e de como o poder público normatiza os setores da sociedade. Para Cavalcanti, Silva e Souza (2014), o contato dos alunos com os documentos legislativos é imprescindível:

[...] a formação cidadã encontra combustível e argumentos para a defesa dos direitos de utilização dos serviços e equipamentos da cidade, bem como os direitos específicos a cada condição humana como os direitos da mulher, os direitos dos jovens, os direitos da criança e do adolescente, os direitos dos idosos, dentre outros grupos (CAVALCANTI, SILVA, SOUZA, 2014, p. 15).

Na carta abaixo é feita referência aos vazios urbanos e demonstra o entendimento dos malefícios que uma cidade espraiada causa para a sociedade civil, com gastos desnecessários para dotar mais áreas de infraestrutura.

A cidade de São José do Rio Preto precisa de mudanças para o desenvolvimento da cidade, como: excluir os vazios urbanos e transformar em bairros, assim cancelando a ampliação desnecessária da cidade. Outra mudança necessária é ter mais pronto atendimento assim HB, Santa Casa e outro hospital. Outra mudança que precisamos é que ruas sejam recalçadas e com melhor iluminação. E que escolas sejam reformadas pois, estão em um mal estado. (CY7).

Nesse ponto é necessário esclarecer que o exercício de promover a participação dos alunos, frente às questões sobre sua cidade e com isso desenvolver o sentido de cidadania, é o início de um longo processo para transformar a realidade atual. Para Magnoni Júnior (2018), a educação transforma a consciência, mas ela por si só não transforma a materialidade imposta. É preciso que os cidadãos ocupem os espaços políticos e de participação social, que sejam diversos em pluralidade de ideias, gênero, nível social, etnia, para que assim possa representar a diversidade da população brasileira.

Sobre o que foi apontando acima, Cavalcanti (2013, p. 10) complementa: “O equacionamento dos problemas enfrentados pela sociedade brasileira passa pela educação geral básica, pela formação da cidadania e pela participação social crítica dos cidadãos, com o controle democrático da esfera pública”.

Caro, prefeito. Eis aqui as mudanças que eu acho necessárias para o desenvolvimento de nossa cidade. Que as cidades estão em constante desenvolvimento, não é surpresa para ninguém. Mas para que isso ocorra corretamente, é preciso planejamento e melhoras nas condições de vida de seus moradores. Com o planejamento poderemos prever problemas futuros, e com melhoras nas condições de vida (investindo em setores como da saúde e educação) poderemos elevar o nível de justiça social. Já que reduzir desigualdades é essencial para tornar cidades sustentáveis. Enfim, senhor prefeito, por enquanto é isso. Mas tenho certeza que há várias mudanças que podem ajudar o desenvolvimento de nossa querida, Rio Preto. (CY8).

O aluno assinala a importância do planejamento urbano para a elevação do nível da justiça social e evoca uma das reportagens que foram analisadas nas aulas anteriores: reduzir desigualdades é essencial para tornar cidades sustentáveis. É possível observar, com todo o caminho que foi realizado até aqui, que as aulas trouxeram não apenas novas informações para os alunos, mas maneiras de inteligir com o mundo de maneira crítica. O foco não é um processo de decorar informações, mas articulá-las em sua vida cotidiana, sobre isso Freire pontua:

Não pode haver conhecimento pois os educandos não são chamados a conhecer, mas a memorizar o conteúdo narrado pelo educador. [...] na concepção “bancária” – permita-se-nos a repetição insistente -, o educador vai “enchendo” os educandos de falso saber, que são os conteúdos impostos, na prática problematizadora, vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo (FREIRE, 2019, p. 96-100).

Com a conclusão da atividade proposta, foi feito um compilado das reivindicações dos alunos e redigida apenas uma carta (figura 32) que foi protocolada para que os órgãos públicos dessem satisfações em relação aos problemas que foram elencados. O documento foi enviado para as seguintes secretarias: Secretaria de Planejamento Estratégico, Ciência, Tecnologia e Inovação. Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo. Secretaria de Obras. Secretaria de Educação.

Figura 32 - Carta protocolada nos órgãos responsáveis da prefeitura.

Vossa Senhoria Secretário de Planejamento Estratégico, Ciência, Tecnologia e Inovação
Orlando Bolçone.

No ano de 2019, diante da necessidade em se discutir a importância do Plano Diretor, foi realizado uma sequência de aulas sobre o tema, com os alunos do nono ano da escola municipal Roberto Jorge. As atividades e o material produzidos encontram-se em anexo.

Ao término da discussão, foi proposto para os alunos que escrevessem uma carta apontando possíveis estratégias e reivindicando melhorias para a nossa cidade, para que eles pudessem exercer sua cidadania e ampliar os canais de participação. Segue abaixo o compilado de seus questionamentos. **Para cada tema gostaríamos de uma resposta do que está sendo realizado pelo município para sanar os problemas apontados.**

- Monitorar a qualidade da pavimentação das ruas e calçadas.
- Solucionar os pontos de alagamentos existentes no município.
- Implantar câmeras em locais que ocorrem, de maneira recorrente, incêndios florestais e descarte inapropriado de lixos.
- Criar uma cartilha educativa sobre o Plano Diretor, a política urbana e os instrumentos de planejamento.
- Inserir o tema do Plano Diretor de São José do Rio Preto no currículo das escolas municipais.
- Ampliar e proteger as áreas verdes do município.
- Ampliar as pistas de caminhada, principalmente em locais com pouca densidade de serviços coletivos.
- Criar, juntamente com os municípios vizinhos, um circuito de atratividade turística.
- Melhorar a iluminação pública em alguns bairros.
- Reformar as escolas e prover novos computadores e um técnico para as salas de informática.
- Coibir a prática dos vazios urbanos.
- Melhorar a área de saúde.
- Conscientizar os jovens no cuidado com o patrimônio público.

Vitor Ferreira de Souza, CPF: 392814848-62. Professor de geografia da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto.

Até o presente momento, algumas reivindicações foram esclarecidas e a única secretaria que não entrou em contato foi de Educação. Segue abaixo as respostas para os itens que foram respondidos pelo órgão responsável:

QUADRO 05 – RESPOSTAS OBTIDAS POR CADA ÓRGÃO		
Reivindicação	Resposta	Secretaria Responsável
Criar, juntamente com os municípios vizinhos, um circuito de atratividade turística	Envio de um documento contendo dois projetos turísticos: Caminho da Fé (ramal São José) e Rota Caipira, ambos envolvendo os municípios vizinhos.	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Negócios de Turismo
Ampliar e proteger as áreas verdes do município	Entre os anos de 2017 e 2020 foram mais de 69.000 mil mudas de árvores doadas pelo Viveiro Municipal. Parcerias com grupos para realizar o plantio. Plantio de árvores nas Áreas de Preservação Permanente (APP) dos córregos borá, canela, macaco, entre outros. Toda vez que é necessário cortar alguma árvore, um técnico avalia a real necessidade e dimensiona quantas árvores deverão ser plantadas em substituição.	Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo
Melhorar a área da saúde	Envio de um link contendo todas as informações referente aos indicadores da área da saúde do município. Convite para participação de uma reunião intersecretorial para expor sobre o cenário da saúde.	Secretaria da Saúde

Mesmo que todas as solicitações não foram respondidas, o exercício evidencia a necessidade de a sociedade monitorar as ações do poder público e cobrar os seus resultados. Todas as informações foram pertinentes, pois tanto o pesquisador, quanto os alunos não sabiam sobre os projetos e os dados elencados.

O exercício proposto também vai de encontro com os objetivos do ensino de Geografia, assim como salienta Cavalcanti:

A finalidade de ensinar Geografia para crianças e jovens deve ser justamente a de os ajudar a formar raciocínios e concepções mais articulados e aprofundados a respeito do espaço. Trata-se de possibilitar aos alunos a

prática de pensar os fatos e acontecimentos enquanto constituídos de múltiplos determinantes; de pensar os fatos e acontecimentos mediante várias explicações, dependendo da conjugação desses determinantes, entre os quais se encontra o espacial. A participação de crianças e jovens na vida adulta, seja no trabalho, no bairro em que moram, no lazer, nos espaços de prática política explícita, certamente será de melhor qualidade se estes conseguirem pensar sobre seu espaço de forma mais abrangente e crítica (CAVALCANTI, 2013, p. 24).

Dessa forma, a dimensão do ensinar vai muito além de uma concepção de educação bancária (FREIRE, 2019). O ensinar é “[...] colocar problemas a partir dos quais seja possível reelaborar os conteúdos escolares e também é fornecer toda a informação necessária para as crianças poderem avançar na construção desses conteúdos” (CAVALCANTI, 2013).

Ensinar é promover a discussão sobre os problemas colocados, é oferecer a oportunidade de coordenar diferentes pontos de vista, é orientar para a resolução cooperativa das situações problemáticas. Ensinar é incentivar a formulação de conceitualizações necessárias para o progresso no domínio do objeto do conhecimento, é propiciar redefinições sucessivas até atingir um conhecimento próximo ao saber socialmente estabelecido. Ensinar é – finalmente – fazer com que as crianças coloquem novos problemas que não teriam levantado fora da escola (CAVALCANTI, 2013, p. 155).

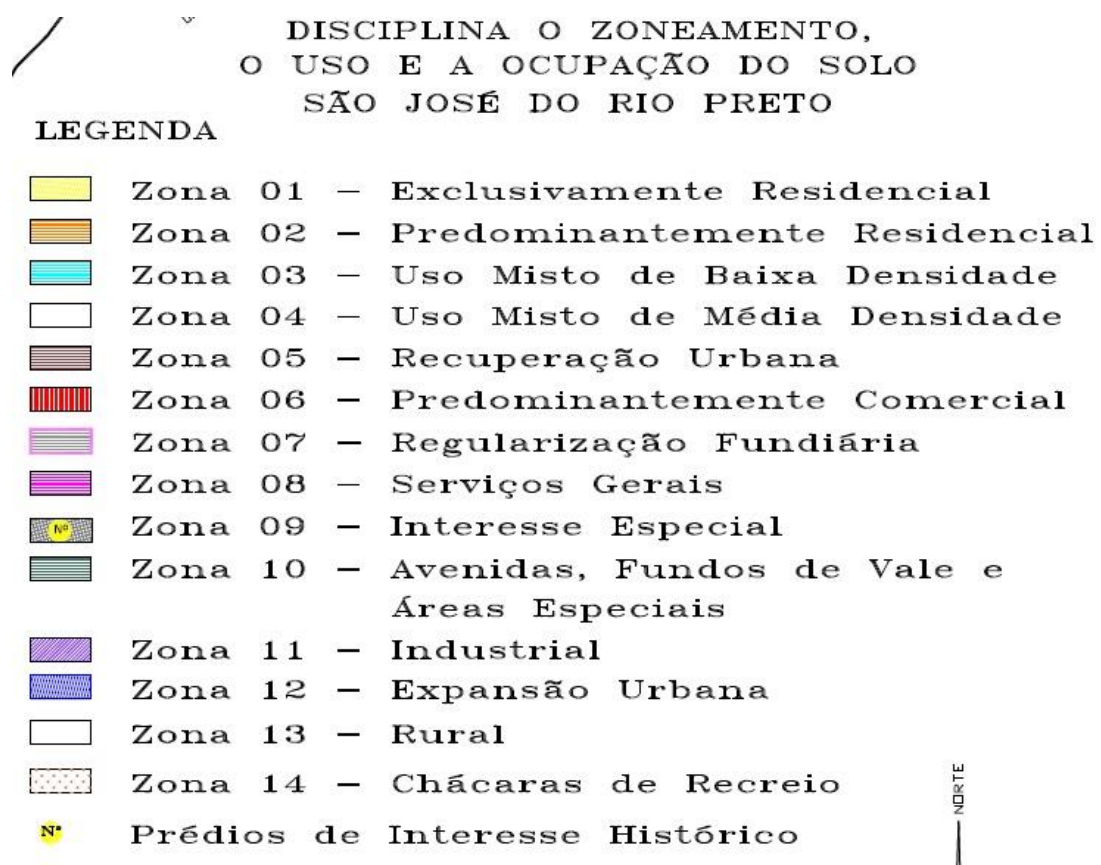
É mister salientar que a partir de todo o processo de ensino aprendizagem, o professor também refletiu sobre sua prática e observou pontos falhos da sequência didática, como a pouca oferta de atividades para os alunos e a falta de maiores questionamentos sobre a produção dos desenhos. Talvez, com mais atividades que colocassem os alunos como protagonistas do processo de aprendizagem e com novas nuances sobre a problemática proposta, os resultados seriam ainda mais concretos. Outro ponto de destaque é a dificuldade em se garantir a dialogicidade em um cenário de ensino remoto. Mesmo com as interações durante as aulas e pelo *WhatsApp*, a sala de aula seria a melhor opção para todas as discussões propostas.

IV OBJETO EDUCACIONAL: ZONEAMENTO CIDADINO

As aulas 8 e 9 tiveram como objetivo a criação de um objeto educacional para finalizar as etapas da sequência didática. A partir de reflexões sobre as dúvidas dos alunos e dos conteúdos trabalhados, optou-se por explorar um dos principais instrumentos utilizados no planejamento, o zoneamento urbano.

Com o auxílio de um material produzido (apêndice III) e com o mapa de zoneamento de São José do Rio Preto, em consonância com cada passo a passo da sequência didática, foi trabalhado de forma prática o conceito de zoneamento urbano e explorou-se cada tipo de zona do próprio município: exclusivamente residenciais, mistas de baixa densidade, industriais, entre outras presentes na legenda do mapa de zoneamento identificado na figura abaixo.

Figura 33 – Legenda do mapa do zoneamento urbano de São José do Rio Preto.



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2020, n.p.

Já no mapa da figura 34 representa uma parte do zoneamento de São José do Rio Preto e observa-se áreas brancas, classificadas em zonas de uso misto de média

densidade, com possibilidade de verticalização. Na parte leste, os condomínios horizontais fechados, classificados pela cor amarela e alaranjada, descritos como exclusivamente residencial e predominantemente residencial, respectivamente.

Figura 34 – Parte do zoneamento urbano rio-pretense

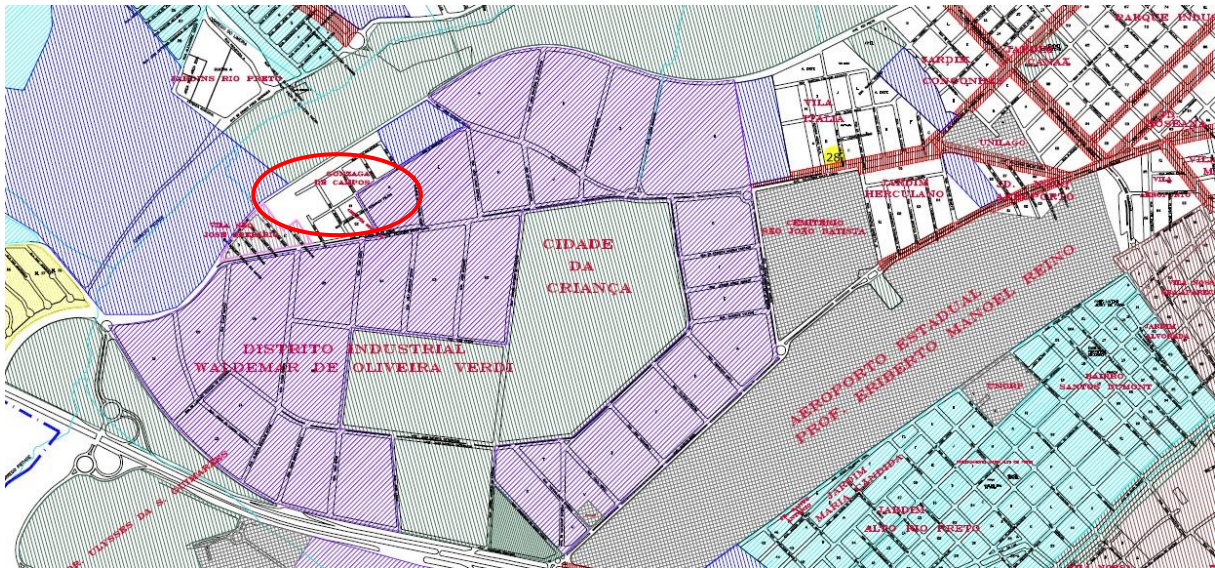


Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2020, n.p.

Na parte oeste do mapa (figura 34) é onde se localiza o Gonzaga de Campos, bairro em que se encontra a escola onde o estudo de caso ocorreu. Ele é permeado pelas cores roxas, que representam áreas industriais. Há também as cores cinzas que são as áreas de interesse especial, caracterizadas por uso institucional e de importância pública.

O primeiro passo, para trabalhar todas informações, foi alertar os alunos em como o poder público pode apropriar-se de um zoneamento urbano para estimular áreas segregadas. É um instrumento que normatiza o que pode ou não ser edificado em cada área da cidade, trazendo benefícios ou malefícios para a sociedade a depender do tipo de escolha realizada. Um exemplo disso é a necessidade de restringir construções em áreas de mananciais ou proibir edificações de prédios em locais próximos de aeroportos.

Figura 35 – Bairro da escola representado pelo círculo vermelho.



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2020, n.p.

No mapa da figura 35 e na imagem de satélite da figura 36 é possível observar o bairro da escola, identificado pelo círculo vermelho. Quando expostos, os alunos ficaram surpresos em como o bairro é pequeno frente ao entorno constituído de fábricas. Mesmo que já tinham o conhecimento prévio da área ser industrial, as imagens trouxeram concretude para a análise.

Figura 36 – Escola circulada em vermelho



Fonte: GOOGLE EARTH, 2020.

O objeto educacional foi criado para que os alunos pudessem refletir sobre o conteúdo a partir da prática, criando o seu próprio zoneamento. A ideia original era que eles trabalhassem com um material concreto feito de madeira, porém, com as aulas remotas foi necessária a realização de algumas adaptações. Dessa forma, foi confeccionado o protótipo do objeto educacional, intitulado “zoneamento cidadão”, e a sua adaptação para o ensino remoto, expressa na figura 37 e 38.

Como se pode observar a partir das figuras referidas, a atividade prática permite que os alunos façam seu zoneamento, podendo este caracterizar-se em espaços menos desiguais, com áreas de interesse social e coletivas bem distribuídas no território; áreas de preservação ambiental distante de áreas industriais; e a distribuição equitativa do comércio e serviços. Por outro lado, os alunos poderiam escolher o caminho contrário à justiça social, com a concentração de áreas coletivas em poucos setores da cidade; áreas de preservação ambiental próximas de fábricas e de locais de média densidade; e espaços voltados para programas de habitação apenas em um local da cidade, incentivando a segregação.

Outro objetivo foi amarrar a temática do zoneamento urbano com a categoria região. Os alunos puderam identificar sua cidade como um todo e, também, a partir de divisões para facilitar a administração, os processos urbanos e a normatização do meio. Veja alguns exemplos.

No exemplo da figura 39, o aluno colocou todas as áreas industriais no centro da cidade²⁶. Em casos concretos, as zonas industriais ficam distantes do núcleo urbano e de regiões densamente residenciais, em decorrência da geração de transtornos ligados às atividades de algumas fábricas que podem gerar poluição do ar e sonora.

²⁶ Para facilitar a observação serão circulados os locais que devem ser observados na representação.

Figura 37 – Exemplo da atividade proposta.

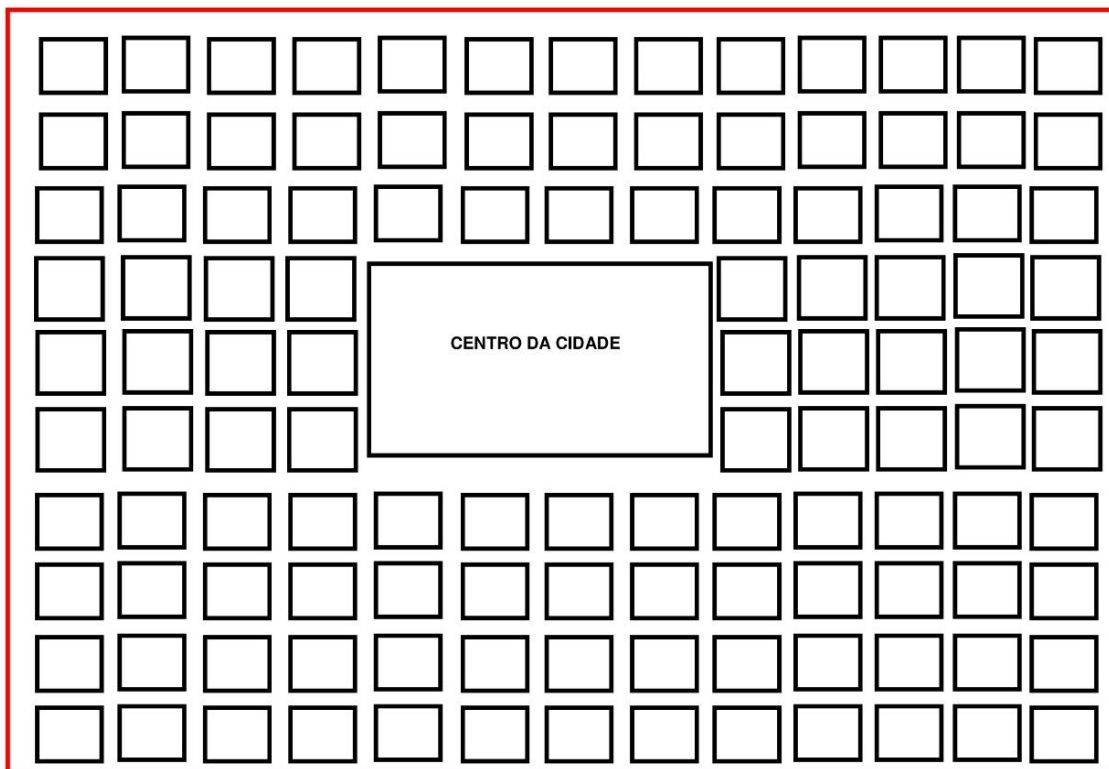
Exercício

01 – Agora é sua vez de fazer o zoneamento de sua cidade. Os quadrinhos da ilustração representam os bairros, pinte-os de acordo com o estabelecido na legenda, respeitando a quantidade de bairros (quadradinhos) por zona.

Quantidade de quadradinhos	LEGENDA: ZONAS DO MUNICÍPIO	
08		Exclusivamente residencial – somente casas
17		Uso misto de baixa densidade – comércio, serviços e casas
28		Uso misto de média densidade – comércio, serviços, casas e prédios
12		Predominantemente comercial
08		Área exclusivamente industrial – somente fábricas
08		Áreas especiais – espaços para programas de habitação, regularização fundiária, imóveis tombados
11		Áreas de interesse social – aeroporto, cemitérios, estações de tratamento de esgoto, shopping
06		Áreas coletivas – UBS, escolas, teatros, universidades, parques, postos policiais
11		Áreas de preservação ambiental, florestas e rios
10		Áreas rurais

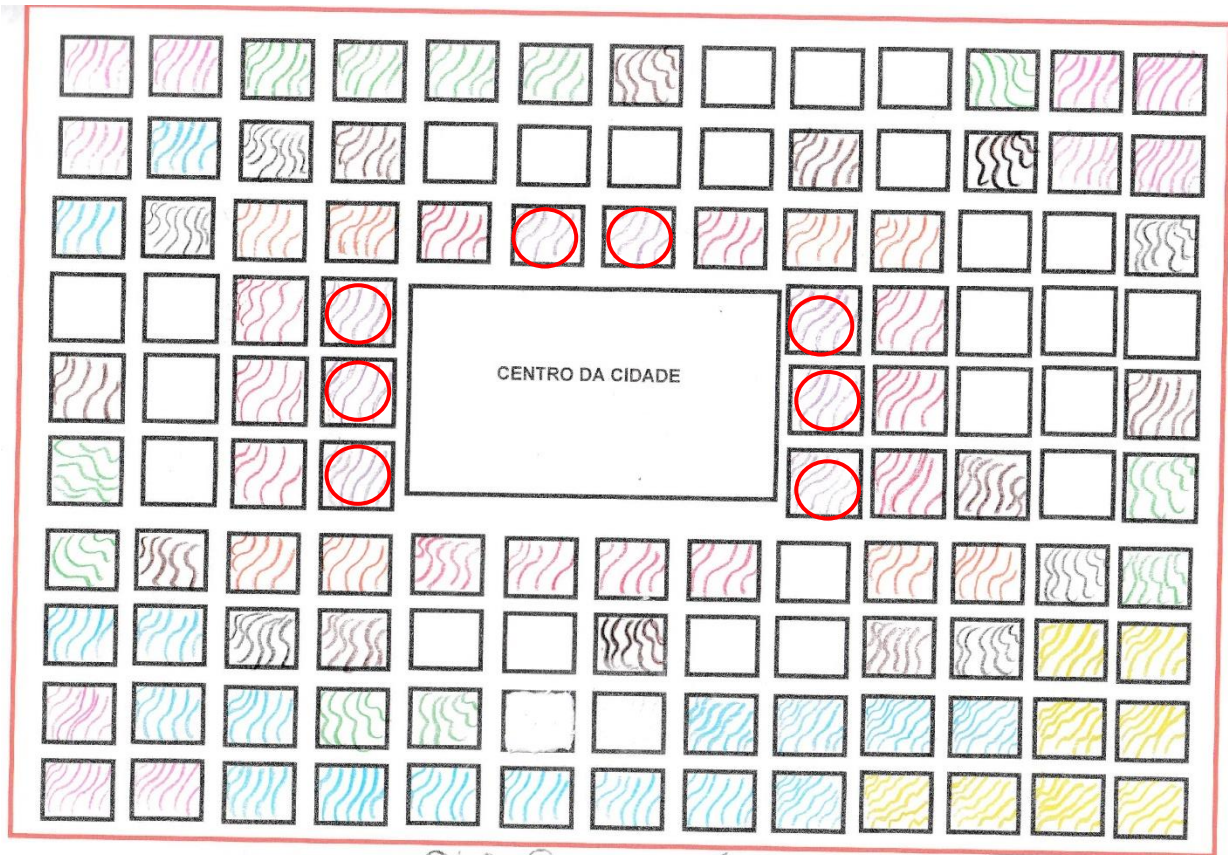
Fonte: Acervo do autor.

Figura 38 – Cada quadrado representa uma quadra.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 39 – Exemplo 01: zoneamento

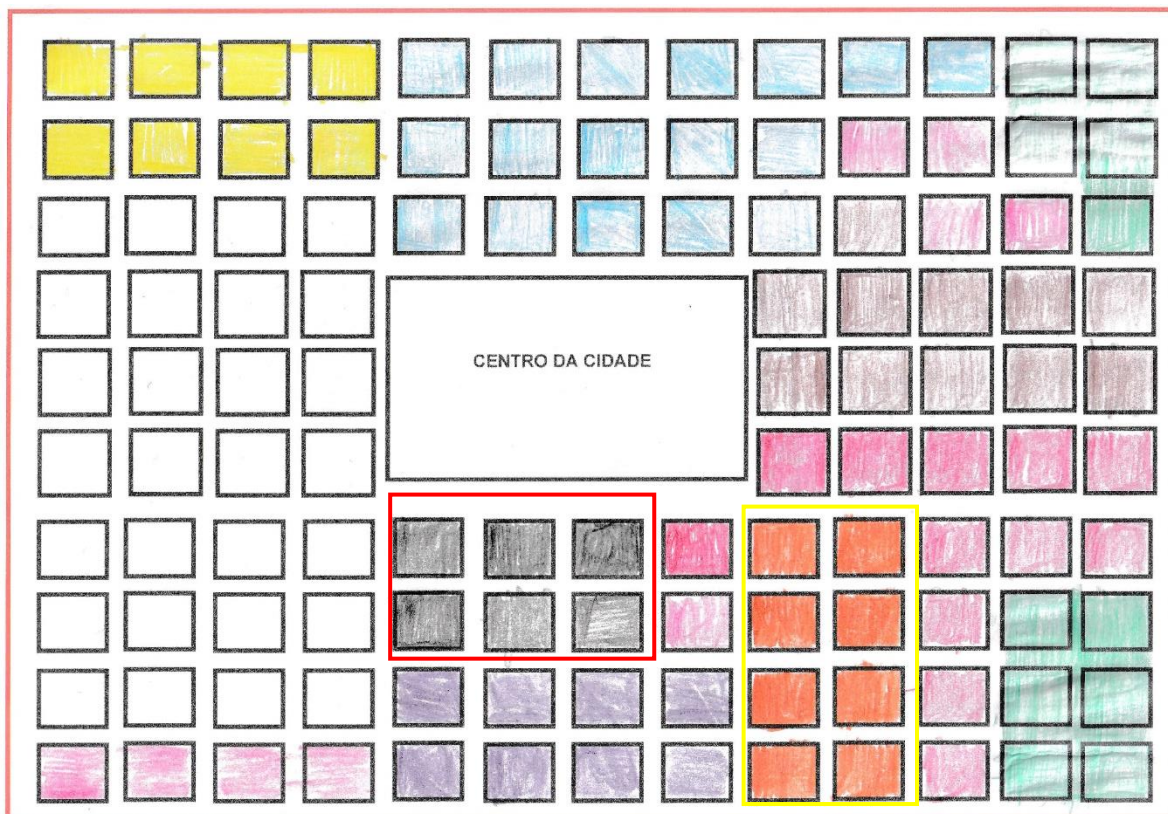


Fonte: Acervo do autor.

Além disso, imaginem distritos industriais próximos de calçadas, locais com expressivo tráfego de veículos e pouco espaço para a expansão das plantas industriais. Fazendo um paralelo com o centro de São José do Rio Preto, os alunos puderam perceber que seria inviável a criação de distritos industriais bem no centro da cidade.

O segundo exemplo (figura 40), a distribuição realizada evidencia um clássico exemplo de segregação. Os lugares com a cor preta, que representam áreas coletivas (unidade básica de saúde (UBS), escolas, teatros, parques, universidades, entre outros), foram concentrados apenas em uma parte da cidade. Nas áreas que representam espaços para programas de habitação (alaranjado) também estão concentradas em apenas um local, trazendo enormes prejuízos para o desenvolvimento socioespacial.

Figura 40 – Exemplo 02: zoneamento.

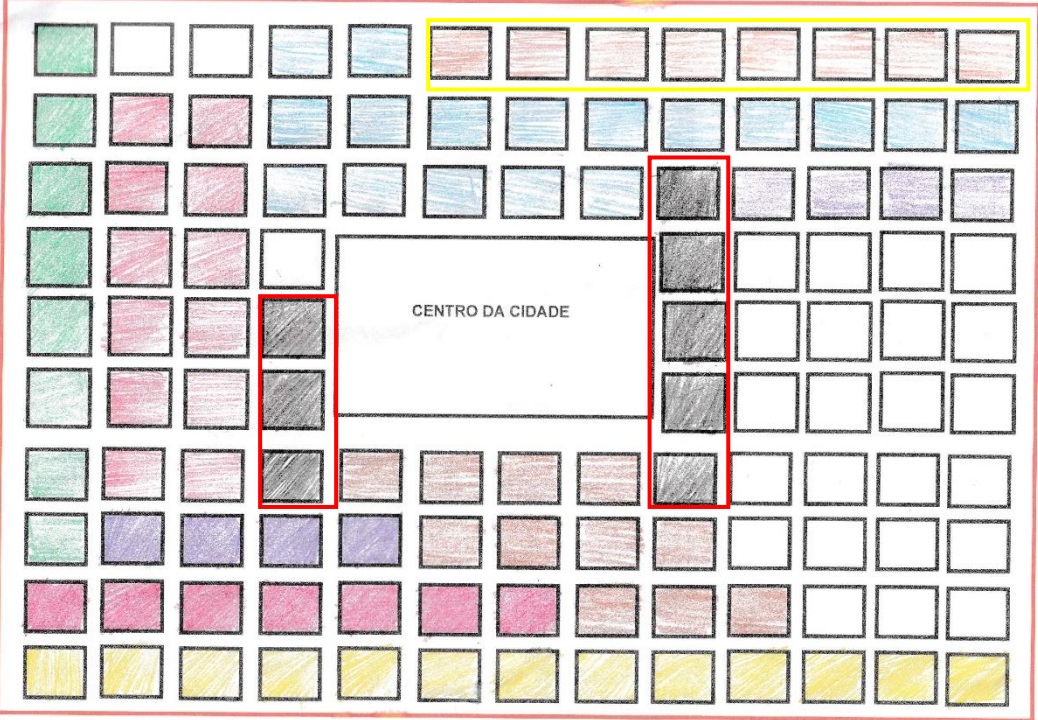


Fonte: Acervo do autor.

Como se nota, a cidade está toda compartimentada com cada atividade localizada em apenas um setor. Esse cenário passa uma falsa impressão de que a forma urbana será esteticamente e funcionalmente mais eficaz, porém, o dinamismo enfraquece e os recursos públicos se tornam escassos para determinadas localidades.

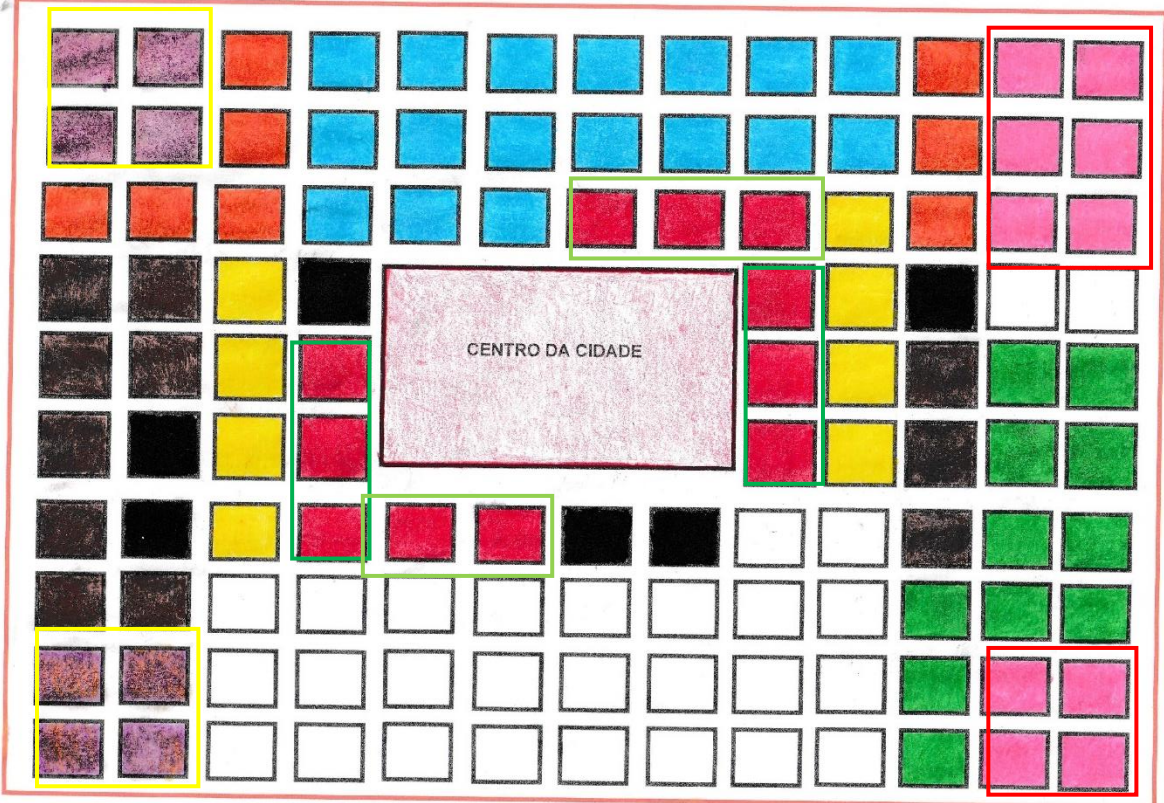
O exemplo da figura 41, as áreas coletivas (em preto) estão todas no centro da cidade, deixando as áreas periféricas desprovidas de serviços coletivos. Outra situação são os espaços para programas de habitação, todos distribuídos no extremo norte da representação, promovendo a segregação de áreas.

Figura 41 – Exemplo 03: zoneamento.



Fonte: Acervo do autor.

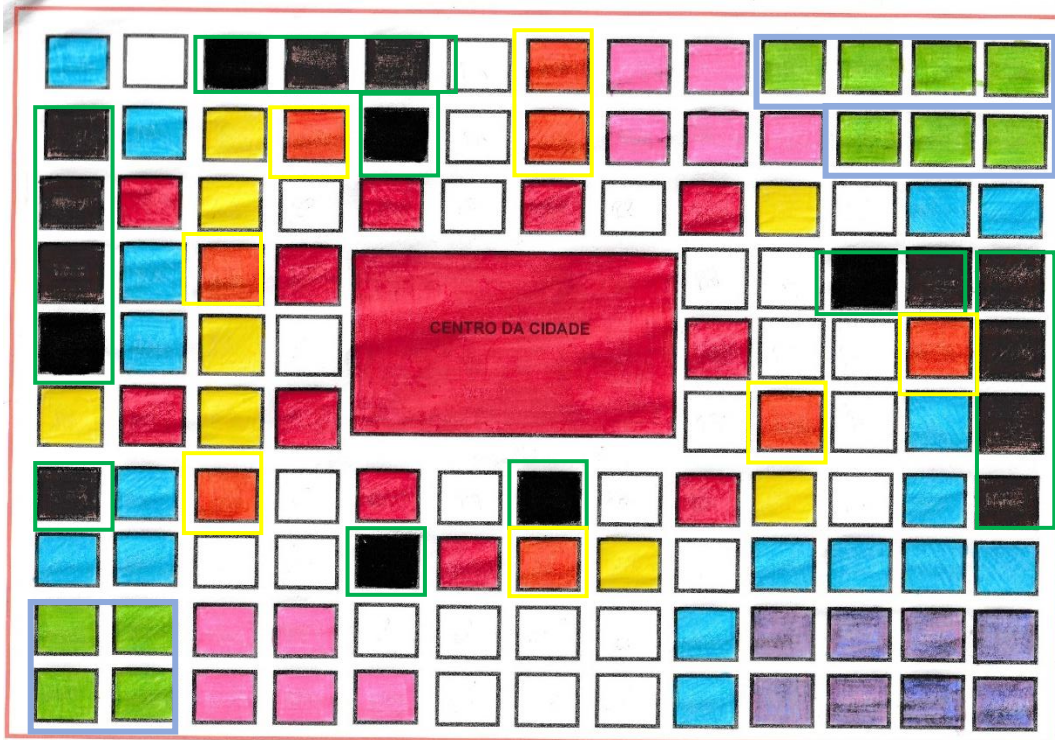
Figura 42 – Exemplo 04: zoneamento.



Fonte: Acervo do autor.

No exemplo 04 (figura 42), as áreas predominantemente comerciais (em vermelho) estão direcionadas para o centro da cidade. As áreas rurais (em rosa) estão todas nas áreas extremas da representação, diferentemente de muitos alunos, que, equivocadamente, puseram áreas rurais no centro da cidade. As indústrias (em roxo) foram colocadas todas nos locais periurbanos.

Figura 43 – Exemplo 05: zoneamento.

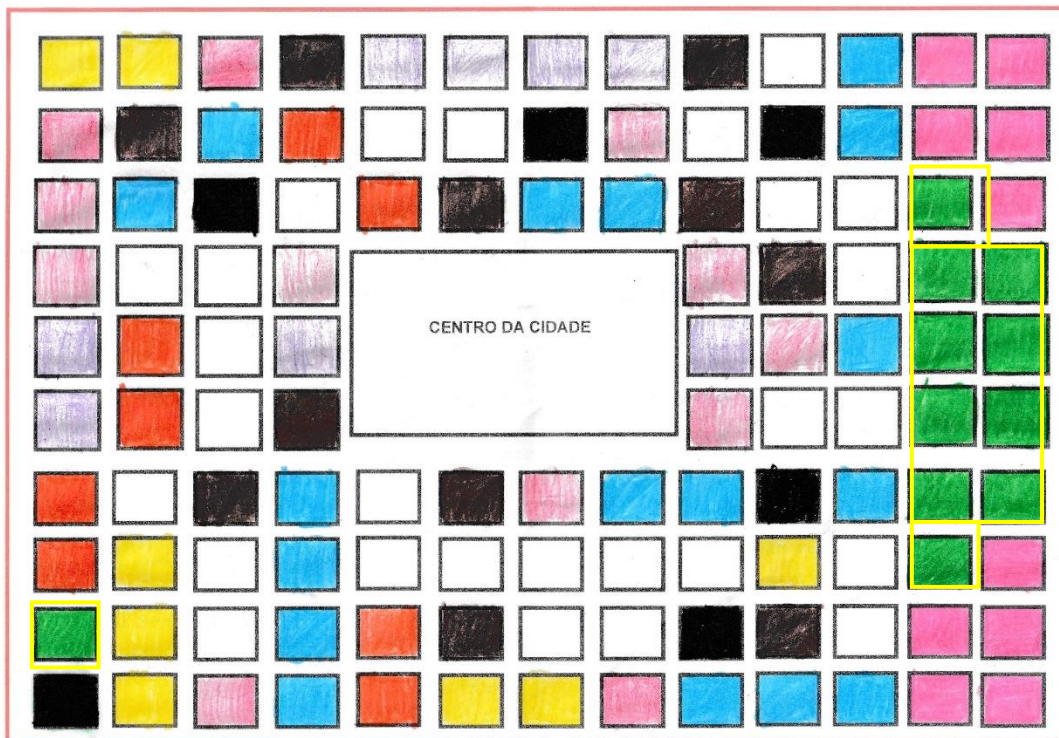


Fonte: Acervo do autor.

No exemplo da figura 43 representa um zoneamento com maior nível de justiça social. As áreas alaranjadas, que são espaços para programas de habitação, estão distribuídas em todas as regiões, em áreas centrais e periféricas. Os serviços coletivos (em preto) também estão melhor distribuídos. Os locais de preservação ambiental estão todos próximos das áreas rurais e de uso misto de baixa densidade.

A figura 44 também evidencia uma cidade com os recursos melhores distribuídos. As áreas de preservação estão em locais mais distantes, seguindo a tendência dos outros exemplos. É mister ressaltar que as áreas de preservação ambiental podem ser encontradas em centros urbanos, representadas por florestas urbanas, como na cidade do Rio de Janeiro, e em locais de mananciais que cortam determinados municípios.

Figura 44 – Exemplo 06: zoneamento.



Fonte: Acervo do autor.

A figura 45 retrata o objeto educacional, confeccionado com madeira de dimensões 2,5 cm x 2,5 cm e pintado com tinta de artesanato, o material tem o mesmo objetivo da atividade adaptada, exercitar a noção do zoneamento urbano no ensino de Geografia.

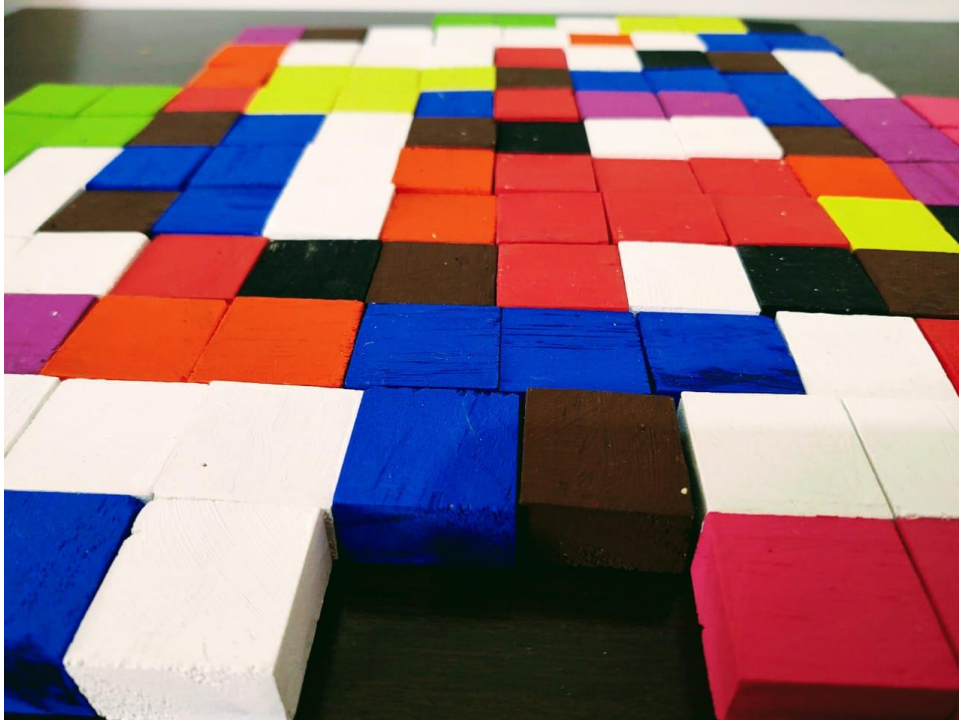
A preferência por um material concreto faz parte das premissas evocadas pela linha de pensamento adotada sobre o conceito de sequência didática. A possibilidade de mover as peças, organizar e rearranjar o quadro de possibilidades traz a possibilidade de ressignificar o conteúdo trabalhado, ao trazer uma dimensão prática e de estimulação do raciocínio.

Continuando a reflexão em um outro prisma, a própria Geografia está vinculada com o sentido de experienciar as coisas, os lugares e os objetos espaciais. Moreira (2017) sobre esse processo:

A construção geográfica de uma sociedade é um processo de práticas e saberes espaciais dialeticamente interligados numa práxis. Os saberes espaciais que vêm das práticas. E as práticas espaciais que por meio daqueles se orientam. A sociedade geograficamente edificada é o fruto desse amálgama. Como também a própria Geografia. (MOREIRA, 2017, p. 27).

A atividade incorpora o sentido de dar noção como as estruturas espaciais são montadas, a partir da práxis humana. O zoneamento é uma ação do homem sobre o território, imbuída de conteúdo político, econômico e cultural.

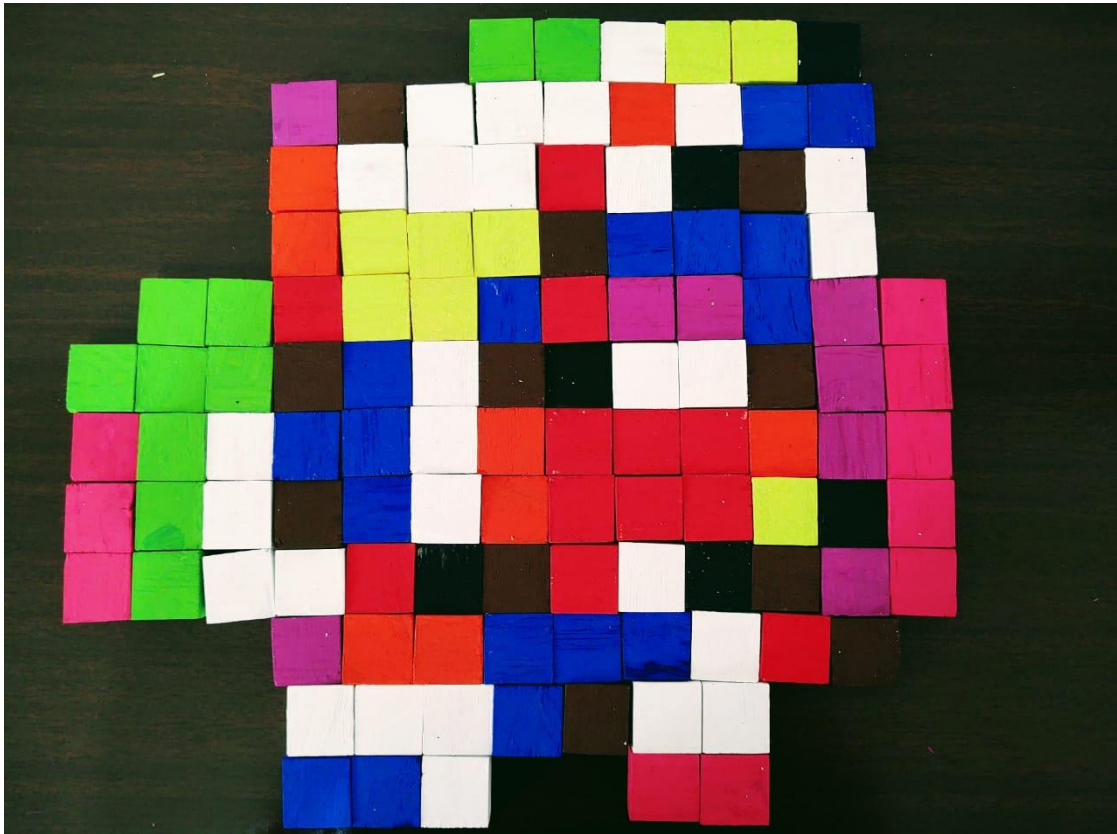
Figura 45 – Objeto educacional: zoneamento citadino



Fonte: Acervo do autor.

Na figura 46, um exemplo de zoneamento realizado, com o mover das peças e os seus encaixes espera-se reflexão por parte dos alunos. Como colocar cada peça de forma a ter um panorama urbano mais próximo de uma justiça social ou de um direito à cidade? São reflexões que o jogo pode trazer como produto final de uma sequência didática sobre planejamento urbano.

Figura 46 – Modelo de zoneamento



Fonte: Acervo do autor.

Para o ensino de Geografia, as contribuições estão no campo de compreender como os territórios são regulamentados, direta ou indiretamente pelo poder público. Além disso, o conceito de região apareceu durante todo o processo da atividade. Ao regionalizar, classificar o espaço urbano em determinadas áreas foi possível os alunos identificarem a complexidade da cidade e de seus agentes produtores. Com isso, buscou-se uma conscientização do espaço geográfico, para dar acesso à articulação de conhecimentos necessários para o exercício cidadão.

O percurso da sequência didática também propiciou uma avaliação dos alunos e do trabalho realizado a partir uma perspectiva processual. Foi observado os apontamentos e a participação dos alunos, a produção das cartas, a utilização de termos legislativos, a confecção dos desenhos e a realização da atividade prática do zoneamento cidadão.

V CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que não se tenha o intuito de cristalizar conceitos ou resultados obtidos, durante o processo de aplicação da pesquisa foi possível enxergar alguns cenários profícuos do ensino da Geografia, associado com a temática do planejamento urbano.

A primeira sustentação, talvez a mais importante, é que o trabalho realizado junto aos alunos tornou claro que não é possível discutir o processo de produção espacial sem remeter-se às ações do poder público. Existe um certo reducionismo ao abordar a produção espacial apenas sob o espectro dos agentes ligados ao empresariado e a iniciativa privada. As comunidades produzem traços marcantes em seus territórios e o poder público normatiza grande parte da estrutura urbana, por meio do seu plano diretor, documento que conduz o planejamento urbano e seus instrumentos urbanísticos.

Nesse caminho, os alunos puderam ressignificar como a sua cidade é produzida em seu cotidiano. É aleatória sua produção? Não tem planejamento? É criada sem o jugo do poder público? Para o bem ou para o mal, o planejamento urbano existe, regulamentado em lei federal, o que traz para os cidadãos a necessidade de se tornarem guardiões do direito a espaços sustentáveis, conforme o que preconiza a Constituição.

Portanto, o processo da criação de uma identidade cidadã passa por conhecer a cidade, seu visível e invisível, formas e processos. E é na escola que se inicia o ato político de questionar, de reivindicar pelo seu direito à cidade. Nesse sentido, as atividades apresentadas trouxeram novos horizontes de luta e de transformações para os alunos. Acredita-se que são novas lentes geográficas construídas por todos em conjunto, sem processo bancário ou ditatorial, pelo contrário, sob a luz de uma pedagogia libertadora.

As produções dos alunos, associadas com os seus relatos, evidenciou que o conhecimento da Geografia se manteve presente. A descoberta sobre o tema para eles e uma revisitação da temática para o pesquisador trouxe uma fundição de novas perspectivas de enxergar o mundo. Para o pesquisador, que leciona para 15 turmas, o estudo de caso trouxe uma nova ressignificação de sua prática e novos aprendizados. Todo o processo de construção da pesquisa foi um desafio pessoal, mas também um desafio para a carreira docente.

A produção da carta, alvo de pouca importância para os alunos no início, tornou-se célebre ao expor que de alguma forma eles estavam exercitando o direito de propor, de produzir e de criticar. Ao final, os alunos perceberam que há possibilidade para se cultivar uma democracia participativa, mesmo com os entraves e retrocessos vividos nos últimos anos.

Nessa tessitura ocorreu o desenvolvimento dos conceitos, não apenas aqueles direcionados para o campo do planejamento urbano per se, mas também as categorias geográficas. O conhecimento do **lugar** da escola, sua posição na cidade e no mundo, o lugar do aluno na cidade; a **paisagem** dialética da cidade, a estrutura econômica que conduz relações sociais e a produção espacial, paisagens que dizem muito a respeito de uma sociedade que criam espaços para investir; o **território** que é produzido pelos mais diversos agentes no espaço e no tempo; a **região** sob o ato de regionalizar uma cidade, permitir estruturá-la em um zoneamento que perfaz à justiça social.

Na atividade do zoneamento, o ganho foi em consolidar os processos de normatização da produção do espaço. A partir de todas as questões levantadas, como segregação socioespacial, problemas ambientais, habitações populares, serviços coletivos, os alunos puderam gerir a maneira que era possível aplicar um zoneamento sem acentuar os problemas socioambientais. Nesse ponto, a necessidade de se trabalhar o zoneamento com um material concreto foi indispensável. O protótipo, caso fosse aplicado, poderia dar resultados diferentes sobre as produções dos alunos, por conta de uma visualização concreta sobre a atividade realizada.

O zoneamento coaduna com os objetivos do ensino de Geografia, de como conferir a noção da espacialidade de maneira crítica. Nesse caso, une dois processos cognitivos distintos, o primeiro o entendimento das leis e do direito à cidade, o segundo a organização do território e suas possíveis consequências por tais configurações.

O ensino de Geografia, como em tantos outros temas, mostrou-se crucial para a promoção da cidadania, com a gestação de uma democracia mais participativa, além disso, o ensino de Geografia, por meio da pesquisa proposta, trouxe a confirmação de que sem o entendimento da espacialidade não há protesto, levante, consciência dos problemas sociais, pois é na espacialidade que se nota as mazelas deste tempo e dos tempos de outrora.

5.0 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. R de. **Planejamento e gestão urbanos e a participação popular: as possibilidades de contribuição da escola e da educação geográfica**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

ALVES, E. A. **A participação popular na elaboração do plano diretor jovem participativo de Londrina**: uma experiência de cidadania. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

ANTONELLO, I. T. Potencialidade do planejamento participativo no Brasil. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 2, mai/ago. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/19752>>. Acesso em: 24 jun. 2020.

ARANTES, L. **Dicionário rio-pretense**: a história de São José do Rio Preto em verbetes de A a Z. São José do Rio Preto: Editora Rio-pretense, 1997.

AZEVEDO, A. M. de. **Territorialidade e plano diretor em São José do Rio Preto**. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004.

BOTELHO, A. **O urbano em fragmentos**: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 maio 2020.

_____. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em: 10 maio 2020.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BUENO, J. C de. **A expansão física de São José do Rio Preto – 1980 a 2000**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo – São Paulo, 2002.

CALLAI, H. C.; ZENI, B. S. A importância do lugar: construindo a cidadania na fábula perversa do globalitarismo de Milton Santos. **Revista Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 01, n. 191, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/9/9>. Acesso em: 10 de abr. 2020.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____. **A cidade**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2019a.

_____. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L de; SPOSITO, M. E. B (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2019b, p. 53-74.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 18. ed. Campinas: Papirus, 2013.

_____. **Geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana**. 7 ed. Campinas: Papirus, 2014.

_____. **Ensino de Geografia na Escola**. 4 ed. Campinas: Papirus, 2015.

_____. Ensino de Geografia e cenários urbanos cotidianos: laboratórios para o desenvolvimento do pensamento geográfico. **Ponto Sur**, Buenos Aires, n. 01, jul/dez. 2019. Disponível em: <<http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/RPS/article/view/6916/6136>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

_____; SILVA, S. A; SOUZA, V. C. O plano diretor como recurso didático para ensinar sobre a cidade e a formação para a cidadania. **GeoUECE**, Fortaleza, v. 3, n. 5, jun/dez. 2014. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=geoeuce&page=article&op=view&path%5B%5D=913&path%5B%5D=1056>. Acesso em: 28 jan. 2020.

CAVALHEIRO, A. A; LAURITO, P. **Álbum da Comarca de Rio Preto (1927-1929)**. São Paulo: Duprat-Mayença, 1929.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. 14. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Nota técnica nº 02/2020**. Disponível em: <https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Repositorio/28/Documentos/Nota%20T%C3%A9cnica%20n.%2002.2020%20-%20Revis%C3%A3o%20do%20Plano%20Diretor%20de%20S%C3%A3o%20Jos%C3%A9%20do%20Rio%20Preto.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

DEMO, P. **Metodologia da Investigação em Educação**. Curitiba: IBPEX, 2005.

_____. **Praticar ciência: metodologias do conhecimento científico**. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2019.

DENALDI, R; CAVALCANTI, C. B; SOUZA, C. V. C. de. (Org.). **Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios e IPTU progressivo no tempo: Caderno técnico de regulamentação e implementação**. Brasília: Ministério das Cidades, 2015.

FARINA, J. C. **Mapa ferroviário.** Disponível em: <https://blogdojosecarlosfarina.blogspot.com/2018/09/mapa-ferroviario-ferrovia-rondonopolis.html>. Acesso em: 20 dez 2020.

FRANCISCO. A. M. Contribuição à história da urbanização de São José do Rio Preto – SP. **Tópos**, Presidente Prudente, v. 05, n. 01, p.119-142, jun. 2011. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/2274/2080>. Acesso em: 10 out. 2019.

FREIRE, P. **Conscientização.** São Paulo: Cortez, 2016.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 68. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019a.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 58 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019b.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade.** São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **17 contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2016.

IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2015.** Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

_____. **Pesquisa nacional de saúde: 2019 – informações sobre domicílios, acesso e utilização dos serviços de saúde.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

_____. **Regiões de influência das cidades: 2018.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO. **Mapa do Estado de São Paulo: 1900.** Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/documento_cartografico. Acesso em: 20 dez. 2020.

LACOSTE, Y. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** 19 ed. São Paulo: Papirus, 2012.

LEFEBVRE. H. **A revolução urbana.** Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999

_____. **O direito à cidade.** 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MAGNONI JÚNIOR, L. A educação e ensino de geografia de qualidade para a construção de uma sociedade democrática e resiliente. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. XXII, n. 01, jan/dez. 2018. Disponível em: http://agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXII_1/agb_xxii_1_web/Rev_AGB_dez_2018-14.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

MARICATO, E. Brasil 2000: qual planejamento urbano? **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, jan/dez. 1997. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/viewFile/273/82>>. Acesso em: 05 out. 2020.

_____. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MEIRELES, E; CASTRO, C. M. P. de. Provisão do programa minha casa, minha vida em São José do Rio Preto, SP: inserção urbana e adequação socioeconômica e ambiental – um estudo de caso do conjunto habitacional Nova Esperança. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, jul./set. 2017. Disponível: <https://seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/view/53970>. Acesso: 02 jun. 2020.

MENEGUE, P. **Reduzir desigualdades é essencial para tornar cidades sustentáveis, destacam especialistas**. São Paulo: 2020. Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,reduzir-desigualdades-e-essencial-para-tornar-cidades-sustentaveis-destacam-especialistas,70003414197>. Acesso em: 29 ago. 2020.

MIRANDA, S. L. **O lugar do desenho e o desenho do lugar no ensino de geografia: contribuição para uma geografia escolar crítica**. 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

MOREIRA, R. Correndo atrás do prejuízo: o problema do paradigma geográfico da geografia. **ANPEGE**, v. 7, n. 1, p. 49-58, out. 2011.

_____. **O discurso do avesso: para a crítica da geografia que se ensina**. São Paulo: Contexto, 2014.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014

MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas**. Trad. Neil R. da Silva. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

NYGAARD, P. D. **Plano diretores de cidades: discutindo sua base doutrinária**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

O ESTADO DE S. PAULO. **Países da América Latina e Caribe formam a região mais urbanizada do mundo**. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,paises-da-america-latina-e-caribe-formam-a-regiao-mais-urbanizada-do-mundo,919619>. São Paulo, 2012. Acesso em: 10 jun. 2020.

OTERO, E. V. **Reestruturação urbana em cidades médias paulistas**: a cidade como negócio. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PINHIERO, N. S. **Os nômades**: etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo, 1850-1912. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, UNESP, 1992.

RIBEIRO, R. B. **Estrada de ferro Araraquara**: da morada do sol à “boca do sertão” – os espaços invisíveis. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RIBEIRO, L.C de Q; CARDOSO, A. L. Plano Diretor e gestão democrática da cidade. In: _____. (orgs.). **Reforma urbana e gestão democrática**: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p.103-118.

RODRIGUES. A. M. Loteamentos murados e condomínios fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial. In: VASCONCELOS, P. de A; CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S. M (org.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2018.

ROLNIK, R. **Impacto da aplicação de novos instrumentos urbanísticos em cidades do Estado de São Paulo**. Campinas: PUC/FAPESP, 1998.

SANTOS, A. C. **Mudanças e permanências na política urbana e o seu papel na produção do espaço urbano desigual**: estudo de São José do Rio Preto – SP. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2013.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo, Hucitec, 1986.

_____. **O espaço do cidadão**. 7 ed. São Paulo: Edusp, 2014.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2017.

_____. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Lei complementar nº 224 de 06 de outubro de 2006**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de São José do Rio Preto. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-jose-do-rio-preto/lei-complementar/2006/22/224/lei-complementar-n-224-2006-dispoe-sobre-o-plano-diretor-de-desenvolvimento-sustentavel-de-sao-jose-do-rio-preto>. Acesso em: 06 de jun. 2020.

_____. **Lei complementar nº 651, de 14 de janeiro de 2021**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de São José do Rio Preto. Disponível em:

https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/plano-diretor-21/Plano-Viario/Plano_Diretor.pdf. Acesso em: 03 jan. 2021.

SAULE JÚNIOR, N; UZZO, K. A trajetória da Reforma urbana no Brasil. In: SUGRANYES, A; MATHIVEL, C. (Org.). **Cidades para todos**: propostas e experiências pelo direito à cidade. Chile: Habitat Internacional Coalition, 2010, p. 257-271.

SOUZA, M L. de. **Fobópolis**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 12^o ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

_____. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L de; SPOSITO, M. E. B (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2019, p. 123-146.

_____. **Capitalismo e urbanização**. 16 ed. São Paulo: Contexto, 2020.

TEODÓZIO, D. M. **Do sertão à cidade** – Planejamento urbano em São José do Rio Preto: dos anos 50 aos anos 2000. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

VARGAS, K. B; AROXA, B. H; ANTONELLO, I, T; VEIGA, L. A. O jogo do direito à cidade como instrumento didático e reflexivo no planejamento urbano. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA, 10., 2017, Maringá. **Anais** [...]. Maringá: UNICESUMAR, 2017. p. 01-09.

VASCONCELOS, L. A. T. **Desenvolvimento econômico e urbanização nas regiões administrativas de São José do Rio Preto e de Araçatuba**. 1992. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

VIANA, N. **A pesquisa em representações cotidianas**. Lisboa: Chiado, 2015.

VIERA, T. **Paraisópolis, 2004**. Disponível em: <<https://www.tucavieira.com.br/paraisopolis>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

VILLAÇA, F. Dilemas do Plano Diretor. In: CEPAM. **O município no século XXI**: cenários e perspectivas. São Paulo: Cepam, 1999, p. 237-274.

WAITMAN, M. **Luzes no mundo.** 2009. Disponível em: <http://atividadesdegeografia.blogspot.com/2009/01/luzes-no-mundo.html>. Acesso em: 10 jun. 2020.

ZABALA, A. **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

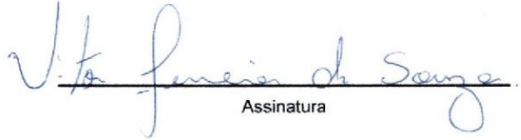
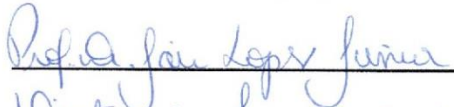
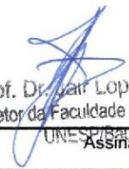
ZANETTI, E. **Prédio de 17 andares desaba em Rio Preto.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff171001.htm#:~:text=S%C3%A3o%20Paulo%2C%20sexta%2C%2017%20de%20outubro%20de%201997.&text=Um%20edif%C3%ADcio%20de%2017%20andares,uma%20dist%C3%A2ncia%20de%20100%20m>. Acesso em: 10 mar. 2020.

APÊNDICE I



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: MIOPIA ESPACIAL: A INVISIBILIDADE DO PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO URBANO NO ENSINO DE GEOGRAFIA			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 32			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: VITOR FERREIRA DE SOUZA			
6. CPF: 392.814.848-62	7. Endereço (Rua, n.º): sao jose CENTRO 2374 MIRASSOL SAO PAULO 15130053		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 17981426903	10. Outro Telefone:	11. Email: vitorfssouza@gmail.com
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data: <u>12</u> / <u>11</u> / <u>2019</u>		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO	13. CNPJ: 48.031.918/0028-44	14. Unidade/Orgão: Faculdade de Ciências/Bancos	
15. Telefone: (14) 3103-6087	16. Outro Telefone:		
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>			
Responsável:	 		CPF: <u>316.533.001-94</u>
Cargo/Função:	<u>Diretor da Faculdade de Ciências</u>		
Data: <u>13</u> / <u>11</u> / <u>2019</u>	 Prof. Dr. <u>Jair Lopes Júnior</u> Diretor da Faculdade de Ciências Assinatura		
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

**CARTA DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO
PARA APLICAÇÃO DE PESQUISA EM UNIDADE ESCOLAR**

São José do Rio Preto, 13 de Novembro de 2019.

Ilma. Sra. Diretora

Eu, Vitor Ferreira de Souza, docente da disciplina de Geografia nessa escola, informo que, como aluno de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Docência para Educação Básica da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Bauru, venho solicitar autorização para aplicação da minha pesquisa nesta unidade escolar.

O projeto de pesquisa proposto intitula-se "**Miopia espacial: a invisibilidade do planejamento e ordenamento urbano no ensino de geografia**", e refere-se à promoção de noções gerais do planejamento e ordenamento urbano de São José do Rio Preto por meio de uma sequência didática, sob a orientação do docente Prof. Dr. Lourenço Magnoni Júnior.

O tema proposto foi pensado a partir da dificuldade dos alunos em compreenderem a urbanização de sua cidade e como eles, como cidadãos, podem participar ativamente das questões urbanas que afetam diretamente o seu cotidiano.

Para tanto, solicito vossa autorização para aplicar a pesquisa na sala de aula desta escola. Esclareço que esta pesquisa não acarretará custos a essa Instituição Educacional, bem como será expressamente assegurado o devido sigilo e confidencialidade tanto da escola, quanto dos relatos informais dos discentes acerca da sequência didática e, ainda, também não prejudicará o conteúdo a ser ministrado no ano letivo.

Ademais, considerando o fato dos discentes serem menores de idade, todos os pais e/ou responsáveis serão convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) consentindo a participação dos filhos nesta pesquisa. Além disso, também serão livres para recusar-se a participar, retirar seu consentimento livre e esclarecido ou interromper a participação a qualquer momento sem que ocorra qualquer penalidade.

O tempo estimado para realização da pesquisa é de aproximadamente um mês (abril) do ano de 2020. A divulgação dos resultados obtidos será realizada sob forma de trabalho científico, com divulgação em eventos e revistas científicas.

Diante do exposto, agradeço antecipadamente a atenção e conto com vossa autorização para iniciar contribuições para a aprendizagem dos discentes em relação aos estudos na disciplina de geografia.

Atenciosamente,



Vitor Ferreira de Souza

TERMO DE CONSENTIMENTO E AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Eu, Kelly Cristina Martins
_____, diretora da
Escola Municipal Roberto Figueira
RG 41.840510-4, residente e domiciliada à Av./Rua
Joaquim Pedro da Silva 595, Bairro Saulo Alves, da cidade de São
José do Rio Preto/SP, CEP 15.120-000, e-
mail kellymartins_rp@yahoo.com.br, telefone (17)
981314826, declaro ciência acerca da pesquisa científica intitulada
**"Miopia espacial: a invisibilidade do planejamento e ordenamento urbano
no ensino de geografia"**, proposta pelo discente Vitor Ferreira de Souza, sob
orientação do Prof. Dr. Lourenço Magnoni Júnior, e manifesto através deste o
meu consentimento e autorização para realizar a pesquisa de Mestrado
Profissional.

São José do Rio Preto, 13 de novembro de 2019.



Assinatura da Diretora da Instituição Escolar

Kelly Cristina Martins
RG 41.840.510-4
Diretora da Escola

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Pais ou Responsável Legal)

(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/2012/Resolução 510/2016)

Pais ou responsáveis, seu/sua filho(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) do projeto de pesquisa **"Miopia Espacial: a invisibilidade do planejamento e ordenamento urbano no ensino de geografia"** na responsabilidade do professor pesquisador **Vitor Ferreira de Souza**.

A pesquisa tem como objetivo fornecer noções gerais sobre o planejamento e ordenamento urbano da cidade de São José do Rio Preto por meio de uma sequência didática durante as aulas de geografia. As aulas darão enfoque no zoneamento urbano e no plano diretor da cidade, abordando questões cruciais para o entendimento da urbanização brasileira.

Os riscos para a realização da pesquisa são mínimos, visto que se trata da aplicação de atividades que o professor e alunos já estão acostumados a trabalharem durante as aulas, além disso, todas as atividades têm o foco à aprendizagem dos alunos.

Seu/sua filho(a) está livre para, a qualquer momento, deixar de participar da pesquisa sem sofrer consequências no aprendizado, mas acreditamos que o contato com esse tema irá proporcionar melhorias em seu aprendizado, garantindo bom rendimento escolar. Todas as informações fornecidas por você e pelo(a) seu/sua filho(a) serão mantidos em sigilo e não terão direitos financeiros sobre os resultados finais da pesquisa.

Tendo dúvidas ou perguntas, você poderá entrar em contato o professor pesquisador Vitor Ferreira de Souza na própria escola, ou pelo celular: (17) 98142-6903 ou *e-mail*: vitorfssouza@hotmail.com e ao orientador Prof. Dr. Lourenço Magnoni Júnior, pelo celular: (14) 99711-1450 ou *e-mail*: lourenco.junior@fatec.sp.gov.br. Caso surja alguma dúvida quanto à ética da pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UNESP. Coordenador: Prof. Dr. Mário Lázaro Camargo, telefone: (14) 3103-9400, *e-mail*: cepesquisa@fc.unesp.br. Endereço: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01 - Vargem Limpa - Bauru/SP - CEP 17033-360.

Se você concorda que seu/sua filho(a) participe deste projeto, preencha os dados abaixo e entregue essa folha na escola.

Menor participante:

Nome: _____

R.G. _____

Responsável:

Nome: _____

R.G. _____

Endereço: _____

Fone: _____

São José do Rio Preto, ____ de _____ de
2020.

Assinatura – Responsável legal

Assinatura – Pesquisador responsável

OBS.: Termo apresenta duas vias, uma destinada ao responsável legal e a outra ao pesquisador.

Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE (Aluno)

(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/2012/Resolução 510/2016)

Aluno(a) do Nono Ano, você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) do projeto de pesquisa **"Miopia Espacial: a invisibilidade do planejamento e ordenamento urbano no ensino de geografia"** sob responsabilidade do professor pesquisador **Vitor Ferreira de Souza**.

A pesquisa tem como objetivo fornecer noções gerais sobre o planejamento e ordenamento urbano da cidade de São José do Rio Preto por meio de uma sequência didática durante as aulas de geografia. As aulas darão enfoque no zoneamento urbano e no plano diretor da cidade, abordando questões cruciais para o entendimento da urbanização brasileira.

Os riscos para a realização da pesquisa são mínimos, visto que se trata da aplicação de atividades que o professor e alunos já estão acostumados a trabalharem durante as aulas, além disso, todas as atividades têm o foco à aprendizagem dos alunos.

Caso você tenha interesse em participar desta pesquisa, seus pais (ou responsáveis) têm que autorizar sua participação. Você está livre para participar ou não. O responsável por você também poderá interromper a sua participação a qualquer momento. Se decidir não participar, seu aprendizado não será prejudicado durante as aulas. Quaisquer dúvidas poderão ser perguntadas durante nossas aulas ou pelo *e-mail*: vitorfssouza@gmail.com. Caso surja alguma dúvida quanto à ética da pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UNESP. Coordenador: Prof. Dr. Mário Lázaro Camargo, telefone: (14) 3103-9400, *e-mail*: cepesquisa@fc.unesp.br. Endereço: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01 - Vargem Limpa - Bauru/SP - CEP 17033-360.

Se você concorda e deseja participar deste projeto, preencha as informações abaixo. Em outra folha, você estará levando o Termo de Consentimento para seus pais ou responsáveis lerem e assinarem, caso autorizarem a participação. Essa folha deverá ser entregue na escola.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Bauru



Nome: _____

R.G. _____

São José do Rio Preto, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do Participante

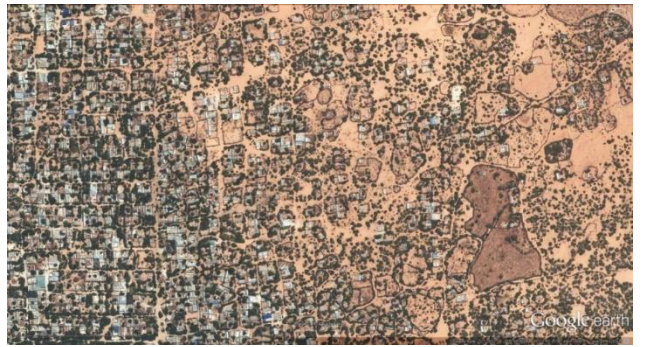
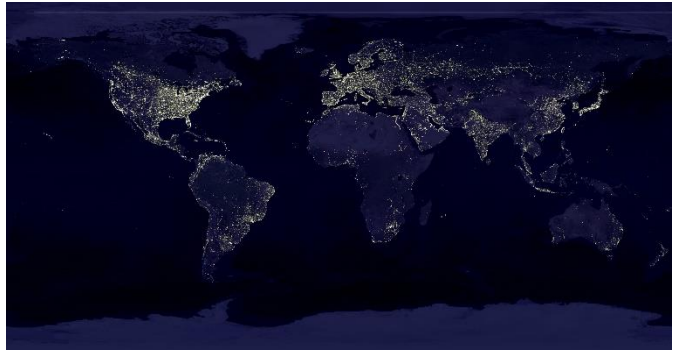
Assinatura do Pesquisador
responsável

OBS.: Termo apresenta duas vias, uma destinada ao participante e a outra ao pesquisador.

APÊNDICE II

Aula 01





Aula 02

Paraisópolis: como um loteamento de alto padrão virou a 2ª maior favela de SP

Felipe Souza (@felipe_dess) e Rafael Barifouse
Da BBC News Brasil em São Paulo

8 dezembro 2019



Mais de metade da população mundial já vive em áreas urbanas, diz ONU

Com quase 38 milhões de pessoas, Tóquio lidera lista de cidades mais populosas; São Paulo aparece em quinto

18/07/2014 - 10:48min
Atualizado em 10/07/2014 - 10:48min

Por que a cidade de São Paulo não consegue evitar as enchentes frequentes?

Felipe Souza e Leandro Machado
Da BBC News Brasil em São Paulo

10 fevereiro 2020



'Problemas e soluções para futuro sustentável estão nas cidades', diz ex-chefe da ONU-Habitat

Claudio Acioly Jr. trabalha com urbanização de favelas, habitação e desenvolvimento urbano em instituições internacionais
Entrevista com
Claudio Acioly Jr.

Priscila Mengue, O Estado de S.Paulo
27 de agosto de 2020 | 05h00

DESTAQUES EM SUSTENTABILIDADE



Reduzir desigualdades é essencial para tornar cidades sustentáveis, destacam especialistas

Expansão desordenada criou cidades espraiadas, desiguais e repletas de problemas urbanos, especialmente de mobilidade, saneamento básico, habitação e acesso a lazer e serviços; exemplos de países vizinhos mostram que é possível mudar

Priscila Mengue, O Estado de S.Paulo
27 de agosto de 2020 | 05h00

Conheça seus novos professores e se destaque no mercado de Trabalho



Países da América Latina e Caribe formam a região mais urbanizada do mundo

Relatório da ONU divulgado hoje mostra que 80% da população dos países da área vive em cidades; no Brasil, são 85%; pobreza ainda é problema grave

O Estado de S.Paulo
21 de agosto de 2012 | 12h00

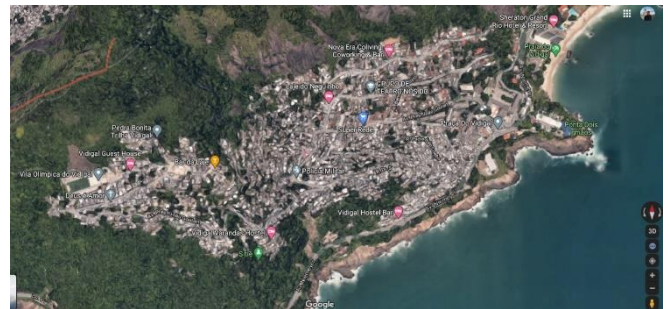
DESTAQUES EM BRASIL

Plenário do STF forma maioria para



ONU: Brasil terá 55 milhões vivendo em favelas até 2020

Um relatório das Nações Unidas sobre os centros urbanos no mundo, divulgado nesta sexta-feira em Londres, diz que o número de moradores nas favelas brasileiras deve subir para 55 milhões em 2020 - o que seria equivalente a 25% da população do país, de acordo com projeções demográficas feitas pelo IBGE. Apesar do número alto, o documento frisa que a taxa de crescimento das favelas no Brasil, em 0,34% ao ano, está praticamente estabilizada. Os dados das Nações Unidas mostram que 52,3 milhões de pessoas viviam em favelas brasileiras em 2005, 28% da população do país. Isso significa que apesar do aumento absoluto no número de habitantes nas favelas nos próximos anos, eles representariam um percentual cada vez menor da população total do país.



Aula 03

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

- a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;
- b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;
- c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana;
- d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infra-estrutura correspondente;
- e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;

CAPÍTULO II DA POLÍTICA URBANA

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. [\(Regulamento\)](#). [\(Vide Lei nº 13.311, de 11 de julho de 2016\)](#)

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

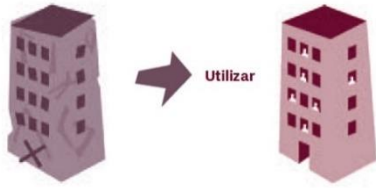
§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

Aula 04 e 05

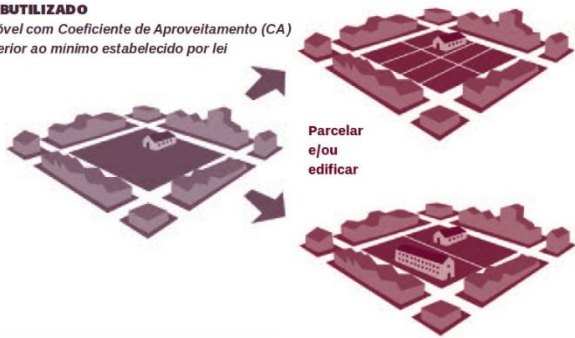
NÃO UTILIZADO

Edifícios ou outros imóveis desocupados



SUBUTILIZADO

Imóvel com Coeficiente de Aproveitamento (CA) inferior ao mínimo estabelecido por lei

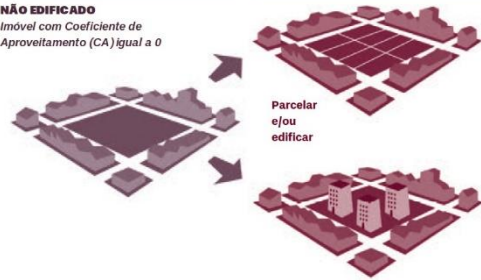


TIPOLOGIA DE IMÓVEIS OCIOSOS

O que o proprietário deve fazer para cumprir a função social da propriedade

NÃO EDIFICADO

Imóvel com Coeficiente de Aproveitamento (CA) igual a 0



■ ÁREAS MAIS ADENSADAS ■ ÁREAS MENOS ADENSADAS ■ IMÓVEIS OCIOSOS ■ ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

EVOLUÇÃO DOS VALORES DE IPTU NOS CASOS DE DUPLICAÇÃO ANUAL DAS ALÍQUOTAS DE PROGRESSIVIDADE

Imóvel com alíquota ordinária de IPTU = 0,30% (sobre o valor venal do imóvel)
 Valor venal do imóvel: R\$ 1.000.000,00
 Valor do IPTU: R\$ 3.000,00

Cálculo do IPTU considerando a incidência da progressividade no tempo:



Aula 06 e 07

16/10/2005 - 16h10min
Itália, Portugal e Espanha

Queda das torres completa oito anos sem indenização

Itália, Portugal e Espanha

Fabiola Zanetti e Monise Centurion

COMPARTILHE



Hélio Tuzi

Quatro famílias dormiam na madrugada do dia 16 de outubro de 1997 quando foram avisadas de que deveriam deixar o apartamento em que moravam, no edifício Itália, apenas com a roupa do corpo porque o prédio estava prestes a desabar. Dez minutos após a saída dos moradores, a torre ruiu. Os edifícios Camões e Parati, além de três casas próximas, foram atingidos. Além dos moradores do edifício Itália.

Fernando Andrade tinha loja de carros, perdeu tudo, e começou de novo

Próximo Texto | Índice

ACIDENTE Não há informações oficiais sobre vítimas; escombros de 500 toneladas abalam edifícios vizinhos, que podem ruir Prédio de 17 andares desaba em Rio Preto



RIO PRETO

REDES SOCIAIS

01/07/2018 - 00h30min
Mapeamento IBGE

Rio Preto é a 8ª do País em 'Ilhas urbanas'

Levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que Rio Preto é um dos municípios que mais concentram áreas "pouco densamente povoadas", fenômeno relacionado à expansão desordenada e responsável pelos chamados vazios urbanos, duas vezes maiores aqui por exemplo que Ribeirão Preto

Francisca Pinheiro

COMPARTILHE



Francisca Pinheiro 29/6/2018

Mapeamento por satélite feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que Rio Preto é a oitava cidade brasileira com expansão

ISSUE O DIÁRIO



02- Para mudar a realidade das cidades é necessário que a população reivindique seu direito e faça valer a lei, monitorando a sua aplicação e observando o desenvolvimento do plano diretor. Dessa forma, escreva uma carta para o prefeito que contenha quais são as mudanças que precisa ocorrer para o desenvolvimento de Rio Preto.

*Eu acho que principalmente na saúde e no estudo,
na saúde tem que ter mais aparelhos,*

CARTA PARA O PREFEITO.

18

Prefeito

Venho te informar sobre os atuais problemas que a cidade vem passando. Como por exemplo: falta de iluminação, lixo acumulado, buracos, etc.

A abundância desses problemas vem trazendo um nível alto de desconforto da população e precisamos de uma solução ou de no mínimo uma resposta.

Atenciosamente: Mathias Henrique do Silva.

ciclismo, brinquedos, academia ao ar livre, e diversas espécies de árvores. Precisamos a construção de um Museu e outras coisas turísticas.

Gostariamos de vermos as ruas serem buracos e reformadas, a melhoria de vias subterrâneas para não causar enchentes.

Se isso tudo for realizado teremos uma cidade melhor

02- Para mudar a realidade das cidades é necessário que a população reivindique seu direito e faça valer a lei, monitorando a sua aplicação e observando o desenvolvimento do plano diretor. Dessa forma, escreva uma carta para o prefeito que contenha quais são as mudanças que precisa ocorrer para o desenvolvimento de Rio Preto.

Prefeito, gostaríamos de novas moradias em que não tem que pagar nada, parques, áreas verde, pista de caminhada e de

volvam às aulas pelo menos uma semana
aglomeração em UBS
se cuidar que não é Brasília

02- Para mudar a realidade das cidades é necessário que a população reivindique seu direito e faça valer a lei, monitorando a sua aplicação e observando o desenvolvimento do plano diretor. Dessa forma, escreva uma carta para o prefeito que contenha quais são as mudanças que precisa ocorrer para o desenvolvimento de Rio Preto.

Seria que melhorasse com a questão da desemprego,
melhorarem as suas esferas
melhorar com máquinas em comércio

Rio preto tem apresentado muitos pontos de cidade sendo o lago e isso está nos trazendo consequências e serviços para o melhor mel, sendo que fazemos mais projetos para a nossa cidade para melhorar isso questão.

Então, podemos que tenho mais melhoramos até, porque um ponto cominas pela cidade ou nos pontos que está sendo alagados.

As cominas ajudarão o poder quem está fazendo isso para que aconteça o desenvolvimento do local, e com isso não poder muito aqueles que estão prejudicando o meio ambiente.

Uma pena que o senhor não esteja ouvindo!

02- Para mudar a realidade das cidades é necessário que a população reivindique seu direito e faça valer a lei, monitorando a sua aplicação e observando o desenvolvimento do plano diretor. Dessa forma, escreva uma carta para o prefeito que contenha quais são as mudanças que precisa ocorrer para o desenvolvimento de Rio Preto.

Bom, tenho aqui em nome do cidade de Rio Preto, que o senhor, tenho vontade nos ajudar em questão o novo cidade.

que os dados estão em constante desenvolvimento, não é suficiente para ninguém. Mas para que isso ocorra constantemente, é preciso planejamento e melhorias nas condições de vida de seus moradores.

Com os planejamentos poderemos prever problemas futuros, e com melhorias nas condições de vida, (construção de um sistema como da saúde e educação) poderemos atingir o nível de justiça social. É que reduzir desigualdades é essencial para tomar ações sustentáveis.

Confio também, prefeito, por quanto a um tempo atrás que foi vários mudanças que podem ajudar no desenvolvimento de nossa cidade, Rio Preto.

02- Para mudar a realidade das cidades é necessário que a população reivindique seu direito e faça valer a lei, monitorando a sua aplicação e observando o desenvolvimento do plano diretor. Dessa forma, escreva uma carta para o prefeito que contenha quais são as mudanças que precisa ocorrer para o desenvolvimento de Rio Preto.

Caro, prefeito.

Estou aqui as mudanças que eu acho necessárias para o desenvolvimento de nossa cidade.

Excluir os vários urbanos e transformar em bairros, assim com Ellanda a ampliação necessária da cidade.

Outra mudança necessária é ter mais pronto atendimento assim HB, Santa Casa e outro hospital. Outra mudança que precisamos é que ruas sejam recapadas e com melhor iluminação. E que as ruas sejam reformadas pois estão em um mal estado.

02- Para mudar a realidade das cidades é necessário que a população reivindique seu direito e faça valer a lei, monitorando a sua aplicação e observando o desenvolvimento do plano diretor. Dessa forma, escreva uma carta para o prefeito que contenha quais são as mudanças que precisa ocorrer para o desenvolvimento de Rio Preto.

A cidade de São José de Rio Preto
precisa de melhorias para o bem
estímulo da cidade, como:

Sugiro que o senhor observe o nosso Plano
Diretor, feito pela população!!!

1º Promover e desenvolver programas para jovens,
que ensine valores ambientais, culturais, históricos...

2º Implantar mais comércio, para garantir
empregos à civilização.

3º Resolver a questão da falta de água decorrentes,
utilizando a água dos rios próximos.

4º Fiscalizar e pressionar zonas urbanas para
desenvolverem uma função econômica.

Com essas questões são as que estão deixando a
população mais insatisfeita, ficariamos felizes
se o senhor solucionasse-as.

Ass: População

02- Para mudar a realidade das cidades é necessário que a população reivindique seu direito e faça valer a lei, monitorando a sua aplicação e observando o desenvolvimento do plano diretor. Dessa forma, escreva uma carta para o prefeito que contenha quais são as mudanças que precisa ocorrer para o desenvolvimento de Rio Preto.

Sr. Prefeito, venho notando que a nossa cidade
está precisando de algumas melhorias, pois a população
está insatisfeita com certas situações...

medico e mais hospitalar. Porque voce
fica um ano na fila para marcar
um exame e sei meser para sair o
resultado. E no UPA tem muito opor-
thor simpler em falta e quebrador. E voce vai
lá no UPA fica tão olon esperando vaga
para a conta xora e quando voce chega lá
corrente sinto de pagar alguma desonça, e
quando voce chega lá não é uma coisa tão
grande que podia ser tratada no UPA.

No escola tinha que ter mais materiais,
escola e professora é muito alienor para
pauca escola.

No seguranga da escola com comeror e
com quardon de seguranga a escola e 24 horas
por dia para não ter amulhor de waite e
de finais de semana.

APÊNDICE III

O PLANEJAMENTO URBANO BRASILEIRO: A BUSCA PELO DIREITO À CIDADE



Mesmo com muitos espaços não urbanizados, nos últimos 120 anos ocorre um intenso fenômeno de migração das pessoas do campo para a cidade. Para se ter uma ideia, de acordo com os dados da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1900, apenas 13% da população moravam em áreas urbanas. A projeção para 2030 é que teremos 60% da população mundial morando no meio urbano. Nesse sentido, pensar cidades mais sustentáveis e planejadas é uma necessidade cada vez mais emergencial.

Na foto de satélite podemos ter uma noção da distribuição do processo de urbanização ao longo do globo terrestre.

Os pontos luminosos (focos de urbanização) se sobressaem nos países europeus, Estados Unidos, Japão e Índia.

As áreas escuras são explicadas por diversos fatores. Na África, região predominantemente rural e áreas com pouca infraestrutura. Ao norte do planeta, o gelo dificulta o avanço. E em algumas regiões da África, Ásia, Austrália e América do Sul, áreas com pouca urbanização em decorrência dos desertos, florestas ou/e montanhas.



Países da América Latina e Caribe formam a região mais urbanizada do mundo

Relatório da ONU divulgado hoje mostra que 80% da população dos países da área vive em cidades; no Brasil, são 85%; pobreza ainda é problema grave

O Estado de S.Paulo
21 de agosto de 2012 | 12h00

DESTAQUES EM BRASIL



Plenário do STF forma maioria para



Reduzir desigualdades é essencial para tornar cidades sustentáveis, destacam especialistas

Expansão desordenada criou cidades espalhadas, desiguais e repletas de problemas urbanísticos, especialmente de mobilidade, saneamento básico, habitação e acesso a lazer e serviços; exemplos de países vizinhos mostram que é possível mudar

Priscila Mengue, O Estado de S.Paulo
27 de agosto de 2020 | 05h00

PUBLICIDADE

Conheça seus novos professores
e se destaque no mercado de trabalho.



A todo momento, o debate sobre os desafios de superar os problemas no espaço urbano são noticiados pelos veículos de comunicação, sejam em jornais impressos e digitais, sejam em telejornais.

Hoje, o foco é combater a desigualdade social e produzir uma cidade onde todos possam o direito de espaços sustentáveis, com lazer, infraestrutura, moradia, transporte coletivo, equipamentos públicos, entre outros elementos necessários para uma vida digna ao trabalhador.

PLANETA FUTURO

Cidades gigantes, desafios gigantes

Centros urbanos da América Latina precisam planos de edificabilidade, transporte e luta contra a desigualdade



JUAN MORENILLA

Madri - 11 FEB 2016 - 10:15 BRST



No caso dos países em desenvolvimento, os desafios são ainda maiores, pois não há como resolver os problemas da cidade sem tocar na problemática social. Como se pode notar, a desigualdade social está expressa na paisagem, e representa a cada dia uma evolução do processo de segregação social e territorial. As camadas mais baixas da população vivem em condições e em áreas precárias, e os ricos em condomínios fechados ou em bairros distantes daqueles considerados mais populares. A foto ao lado, a favela de Paraisópolis e um prédio de luxo no Morumbi, registrada em 2004 pelo fotógrafo Tuca Vieira, para o jornal Folha de S. Paulo, representa bem este processo.



Em cada região do planeta, o meio físico e os elementos sociais e culturais trazem diferentes modelos de urbanização. Uns mais planejados, outros com um planejamento precário. No caso das duas imagens acima, Amsterdã (Holanda) e Veneza (Itália), o planejamento urbano leva em consideração o nível do mar, construindo canais e diques que dificultam alagamentos no espaço urbano provocados pelo avanço da água do oceano. Já no Cairo, capital do Egito, a questão das altas temperaturas se impõe.



Já em cidades medievais podemos observar, em algumas delas, a construção de muralhas ao seu redor para proteção de ataques inimigos, como a imagem no canto superior esquerdo, da cidade Nördlingen, na Alemanha.

Em muitas cidades brasileiras vemos a ocorrência de um formato de tabuleiro de xadrez, como por exemplo, em São José do Rio Preto, retratada na foto da década de 1940, no canto superior direito. A última imagem, retrata a favela de Paraisópolis, em São Paulo. Como se pode notar, a construção dos bairros e das casas não segue um ordenamento trazendo diversos problemas, como ruas estreitas, becos sem saída, além da precária infraestrutura, como falta de água encanada e energia elétrica.

O PLANEJAMENTO URBANO E A REFORMA URBANA

Planejar a construção ou a ampliação das cidades e de suas estruturas ajuda a garantir seu funcionamento adequado ante a sobrecarga crescente de moradores. Mesmo em países ricos, é um desafio dar conta de todas as necessidades das metrópoles e das megalópoles. Planejar significa prever necessidades ou problemas futuros e executar antecipadamente o que será eficaz.

Num primeiro momento, por exemplo, permitir a construção de edifícios de apartamentos numa rua central, em que exista apenas casas térreas, parece uma boa solução e otimiza recursos, pois já há tubulação de água, de esgoto, rede elétrica, linhas de ônibus, e pode existir um posto de saúde e uma escola pública para atender os novos moradores. Mas, quando a população da rua ou do bairro se multiplica por cem ou mil vezes, surgem os problemas: falta de água nos canos para abastecer a todos, as ruas ficam engarrafadas e poluídas, o posto de saúde lota e faltam vagas nas escolas.

Outro ponto, é que o planejamento urbano deve estar em consonância com os objetivos que são apregoados pela reforma urbana. Por reforma urbana entende-se uma transformação da estrutura social, tendo por objetivo melhorar o espaço urbano, as condições de vida da população, principalmente, a mais pobre, elevando o nível de justiça social. A reforma urbana busca o direito à cidade, que seria o direito à liberdade, aos ambientes sustentáveis, direito à habitação, entre outros. No Brasil, a luta pela reforma urbana existe desde a década de 1950 e, ao longo da história, importantes movimentos sociais e entidades pressionam o governo para a concretização da reforma, adquirindo importantes conquistas.

CONSTITUIÇÃO E ESTATUTO DA CIDADE

A Constituição, que representa um conjunto de leis que servem para reger um Estado e dá normas para elaboração de outras leis, possui 2 artigos sobre a política urbana, o 182 e o 183. Vejamos:

CAPÍTULO II DA POLÍTICA URBANA

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (Regulamento) (Vide Lei nº 13.311 de 11 de julho de 2016)

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

- I - parcelamento ou edificação compulsórios;
- II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;
- III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. (Regulamento)

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

Como se pode observar, a propriedade urbana deve cumprir sua função social, ou seja, utilizá-la para habitação, atividades econômicas geradoras de emprego e renda, proteção do meio ambiente e preservação do patrimônio cultural. Este preceito visa acabar com o tipo de especulação imobiliária que deixa o imóvel vazio ou o terreno sem edificar, deixando a terra “parada” para ser valorizada ao longo dos anos.

Nesse sentido, uma outra lei que auxilia na promoção de um planejamento urbano socioespacial é o Estatuto da Cidade, aprovada no ano de 2001. Nela se prevê diversos instrumentos urbanísticos para coibir práticas que estimulam a desigualdade social e a degradação ambiental, além do plano diretor.

O plano diretor seria um estudo realizado, levando em consideração a realidade física, social, econômica e administrativa da cidade, que apresenta um conjunto de propostas de curto, médio e longo prazo para o desenvolvimento socioespacial da cidade. Questões sobre o solo urbano, infraestrutura, habitação, áreas de lazer, problemas urbanos recorrentes são levados em consideração. Este plano é aprovado pela Câmara dos vereadores e tem vigência de 10 anos, sendo o principal mecanismo de planejamento das cidades brasileiras.

OS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS

Vejamos agora quais são os principais instrumentos urbanísticos que ajudam a organizar o espaço urbano.



■ ÁREAS MAIS ADENSADAS ■ ÁREAS MENOS ADENSADAS ■ IMÓVEIS OCIOSOS ■ ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL



Vazios urbanos: são terras ociosas, que não cumpre a função social. Este tipo de prática é extremamente prejudicial para a cidade, pois ela ocasiona a sua expansão, trazendo enormes custos para o município, já que terá que ampliar a rede de infraestrutura.

Ao lado temos o exemplo de duas cidades. Uma com poucos vazios urbanos, outra com muitos vazios urbanos, expandindo a sua rede desnecessariamente.

01/07/2018 - 00h30min

Mapeamento IBGE

Rio Preto é a 8ª do País em 'Ilhas urbanas'

Levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que Rio Preto é um dos municípios que mais concentram áreas "pouco densamente povoadas", fenômeno relacionado à expansão desordenada e responsável pelos chamados vazios urbanos, duas vezes maiores aqui por exemplo que Ribeirão Preto

Francela Pinheiro

COMPARTILHE



TIPOLOGIA DE IMÓVEIS OCIOSOS

O que o proprietário deve fazer para cumprir a função social da propriedade

NÃO EDIFICADO

Imóvel com Coeficiente de Aproveitamento (CA) igual a 0



SUBUTILIZADO

Imóvel com Coeficiente de Aproveitamento (CA) inferior ao mínimo estabelecido por lei



NÃO UTILIZADO

Edifícios ou outros imóveis desocupados



Utilizar



Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios

(PEUC): Previsto no Estatuto da Cidade, o PEUC é um instrumento para coibir a ociosidade da terra urbana. Quando a área permanece sem ser edificada, o poder público obriga o proprietário parcelar ou construir sobre essa área, assim como no primeiro exemplo.

Já quando o terreno tem pouca edificação em relação a sua área, o proprietário é obrigado a edificar de acordo com os parâmetros da prefeitura, ou parcelar em lotes menores.

Já para aquelas construções não utilizadas, a lei também se aplica. É necessário utilizar as construções, salvo algumas exceções. A prática de imóveis que não são utilizados é muito comum na cidade de São Paulo.

EVOLUÇÃO DOS VALORES DE IPTU NOS CASOS DE DUPLICAÇÃO ANUAL DAS ALÍQUOTAS DE PROGRESSIVIDADE

Imóvel com alíquota ordinária de IPTU = **0,30%** (sobre o valor venal do Imóvel)

Valor venal do Imóvel: R\$ 1.000.000,00

Valor do IPTU: R\$ 3.000,00

Cálculo do IPTU considerando a incidência da progressividade no tempo:



Caso não respeitem à aplicação do PEUC, o poder público inicia a taxação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo: ou seja, aumenta o valor do IPTU do proprietário, obrigando-o a respeitar as normas estabelecidas pela lei. Caso o proprietário ainda continue deixando sua propriedade “parada”, o poder público pode realizar a desapropriação do imóvel.

20/08/2006 - 11h00min

Tributo polêmico

IPTU progressivo atinge 3 mil imóveis

Tributo polêmico

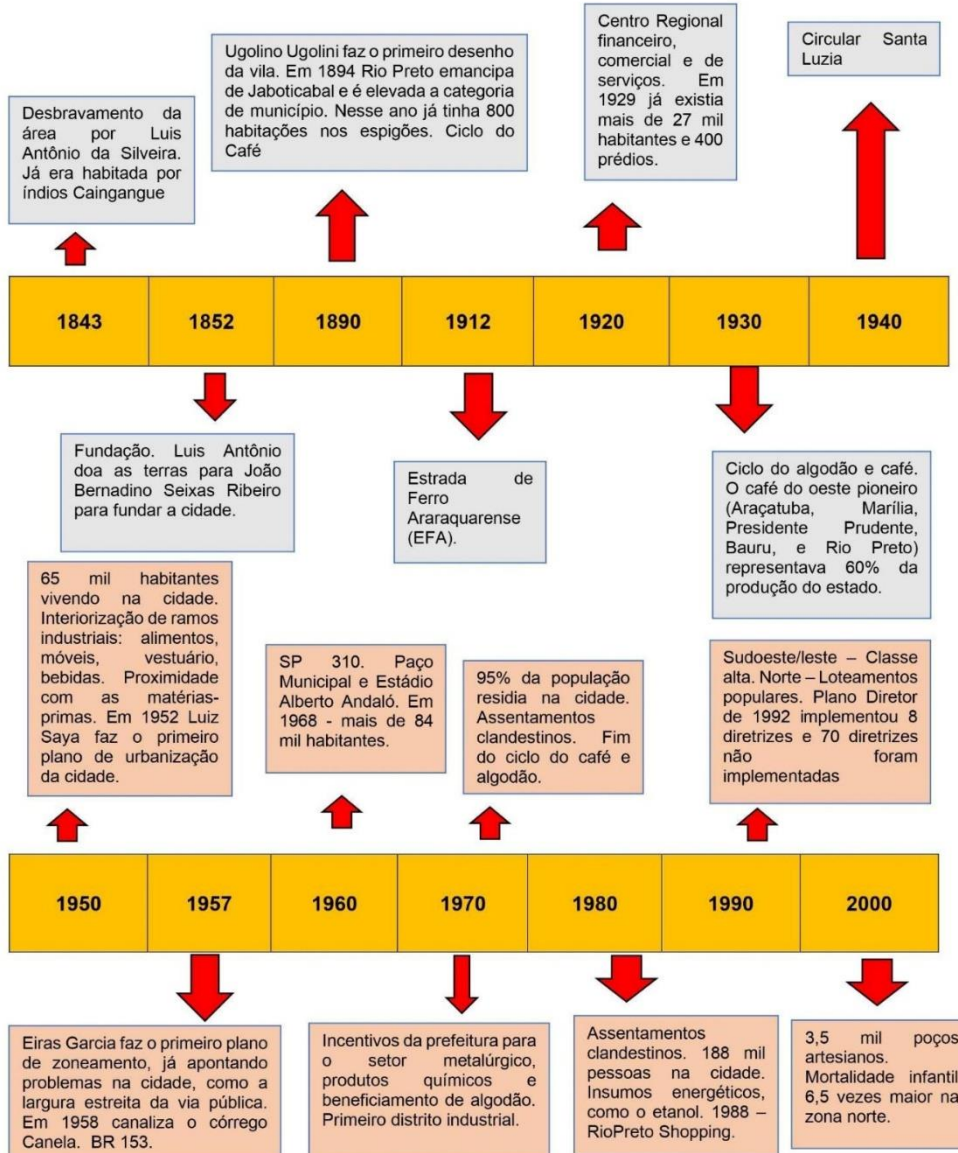
Rita Fernandjes

COMPARTILHE



EVOLUÇÃO DA URBANIZAÇÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Vitor Ferreira de Souza



Atividades

01 – Complete a tabela, com as ações apontadas no plano diretor de São José do Rio Preto que pode solucionar os problemas noticiados pelos jornais:

I – Desenvolver programas de conscientização dos valores ambientais, históricos e culturais junto à população.

II – Promover a preservação dos rios e córregos que abastecem o município e respectivas matas ciliares.

III – Transposição da linha férrea, da área urbana para fora do centro urbano do Município.

IV- Fomentar a ocupação das glebas, não utilizadas ou subutilizadas no perímetro urbano e área de expansão urbana.

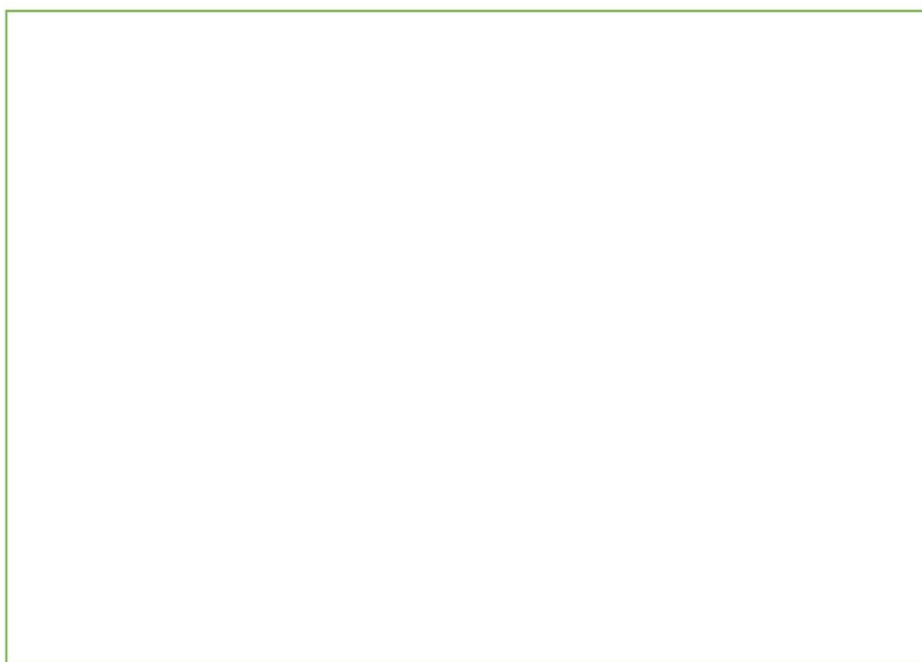
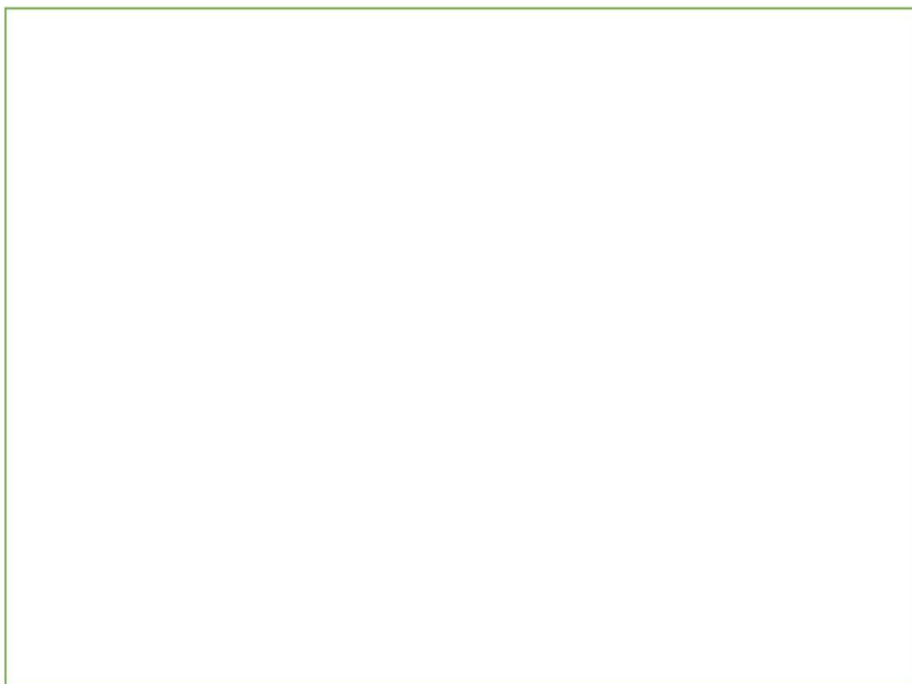
V – Implantar, nas proximidades do futuro Rodoanel Norte, um distrito industrial e de comércio atacadista e dotá-lo de infraestrutura necessária.

Manchetes de jornais locais que retratam os problemas urbanos em Rio Preto	Ações apontadas pelo Plano Diretor de Rio Preto
Chuva forte deixa vias alagadas em Rio Preto – fevereiro, 2020.	
Câmera flagra jovem ateando fogo na área do antigo IPA em Rio Preto – outubro, 2020.	
Mobilidade urbana é uma das reclamações dos moradores do bairro São Deocleciano – setembro, 2017.	
Desemprego aumentou quase 30% em Rio Preto em 2019 – janeiro, 2020.	
IPTU progressivo atinge 3 mil imóveis – agosto, 2006	

02- Para mudar a realidade das cidades é necessário que a população reivindique seu direito e faça valer a lei, monitorando a sua aplicação e observando o desenvolvimento do plano diretor. Dessa forma, escreva uma carta para o prefeito que contenha quais são as mudanças que precisa ocorrer para o desenvolvimento de Rio Preto.

A large rectangular box with a red border, containing 25 horizontal lines for writing. The lines are evenly spaced and extend across the width of the box.

03 – Para finalizar, faça dois desenhos, um de como você imagina sua cidade. O outro de como você gostaria que ela fosse.



O ZONEAMENTO URBANO



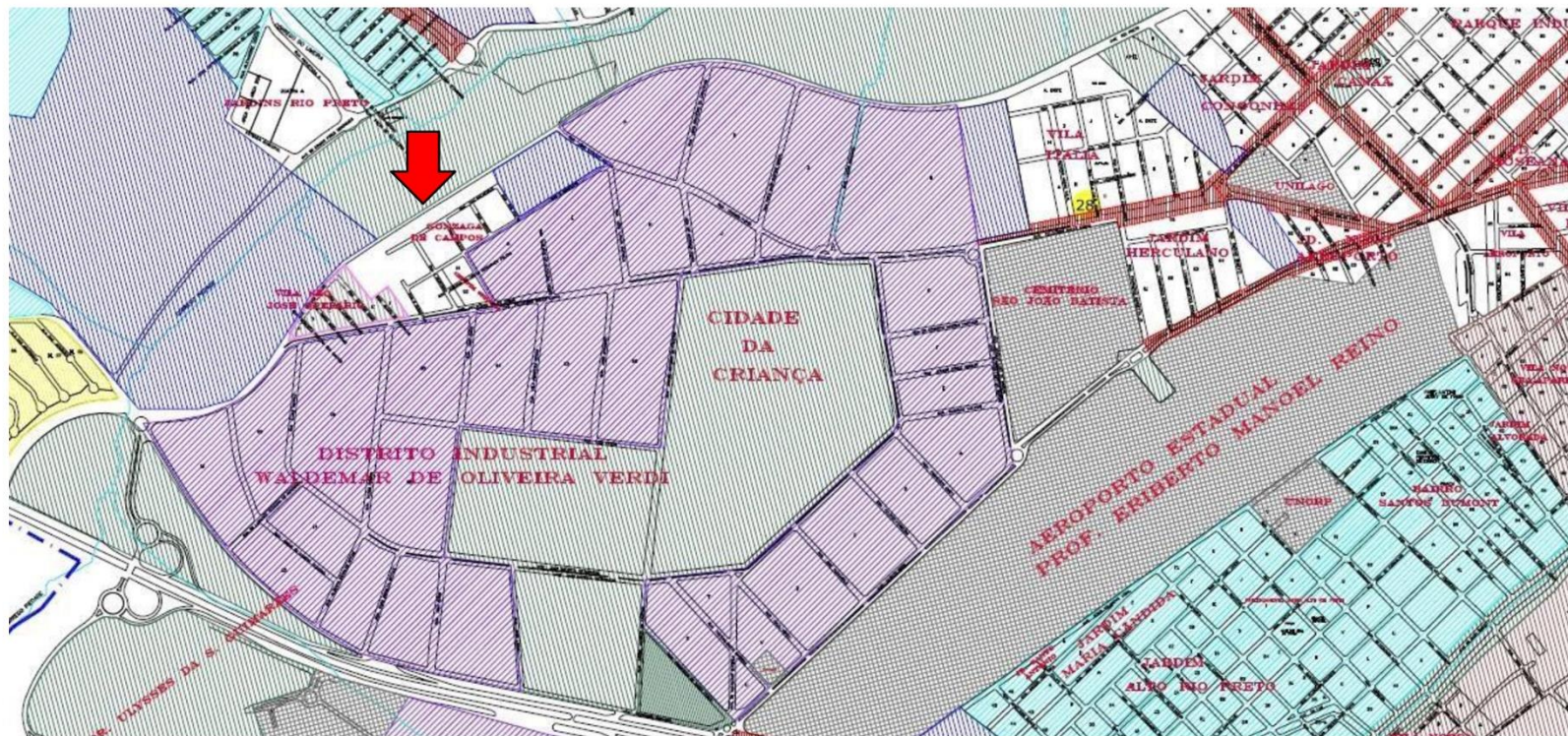
Na imagem acima temos uma parte do mapa do zoneamento urbano de São José do Rio Preto. As áreas roxas são de uso estritamente industrial, já as que estão em amarelo são exclusivamente residenciais, ou seja, não são permitidos estabelecimentos comerciais.

Já nas áreas em azuis, o seu uso é misto de baixa densidade. Pode ter comércio, serviços, residências, porém é vedado a construção de prédios.

Outro instrumento de planejamento das cidades é o zoneamento urbano. O zoneamento pode ser entendido quando se divide o território em zonas diferenciadas, sendo que cada uma delas serão aplicados parâmetros de uso e ocupação específicos. Em outras palavras, o zoneamento vai estabelecer o que pode ou não pode ser construído em determinado setor da cidade. Vamos aos exemplos.

Caso um setor da cidade tenha um aeroporto, o zoneamento proíbe a construção de prédios ao seu redor.

Em áreas florestais e de mananciais, o zoneamento não permite nenhum tipo de edificação.



O bairro da escola Roberto Jorge, indicado por uma flecha no mapa acima, é classificado como uso misto de média densidade, ou seja, são permitidos comércios, serviços, residências e prédios. Veja que o bairro é circundado por áreas industriais (roxo) e por áreas de interesse especial, que são edificações de uso institucional ou de interesse público, como por exemplo, a Cidade da Criança e o Aeroporto Estadual Prof. Eriberto Manoel Reino.



GESTÃO URBANA / ECONOMIA

Zoneamento e segregação em São Paulo

O zoneamento foi historicamente um importante instrumento político para auxiliar a segregação socioespacial das elites paulistanas no setor sudoeste da cidade de São Paulo.

Paula Miyahara

20 de janeiro de 2017

É necessário ter cuidado em realizar o zoneamento urbano, pois o próprio poder público pode intensificar a segregação socioespacial.











Em cidades brasileiras, o zoneamento urbano já foi utilizado para excluir as pessoas de baixa renda para determinados lugares da cidade.

Já existem estudos que apontam uma segregação socioespacial em São José do Rio Preto, como o trabalho do Luiz Henrique Mateus Lima (ao lado).

Nesse contexto, a formação de pequenos conjuntos em diferentes zonas da cidade que são compostos por enclaves de luxo trazem à tona a segregação existente em Rio Preto, visto que, internamente, eles são homogêneos, mas a relação com os bairros nos arredores tende a ser marcada pelas diferenças, especialmente referentes à renda.

Exercício

01 – Agora é sua vez de fazer o zoneamento de sua cidade. Os quadrinhos da ilustração representam os bairros, pinte-os de acordo com o estabelecido na legenda, respeitando a quantidade de bairros (quadradinhos) por zona.

Quantidade de quadradinhos	LEGENDA: ZONAS DO MUNICÍPIO	
08		Exclusivamente residencial – somente casas
17		Uso misto de baixa densidade – comércio, serviços e casas
28		Uso misto de média densidade – comércio, serviços, casas e prédios
12		Predominantemente comercial
08		Área exclusivamente industrial – somente fábricas
08		Áreas especiais – espaços para programas de habitação, regularização fundiária, imóveis tombados
11		Áreas de interesse social – aeroporto, cemitérios, estações de tratamento de esgoto, shopping
06		Áreas coletivas– UBS, escolas, teatros, universidades, parques, postos policiais
11		Áreas de preservação ambiental, florestas e rios
10		Áreas rurais

